Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 2, 3 E 4 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.128 | Preço banca: R$ 3,50

Balança comercial tem maior superávit para meses de março

Embalada pela valorização das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial registra o melhor resultado positivo para meses de março desde o início da série histórica, em 1989. No mês passado, o país exportou US$ 7,383 bilhões a mais do que importou. Segundo o Ministério da Economia, isso representa alta de 19,3% em relação ao registrado em março do ano passado.

No primeiro trimestre, a balança comercial acumula superávit de US$ 11,313 bilhões. Isso representa 37,6% a mais que o registrado de janeiro e março do ano passado (US$ 8,087 bilhões). O saldo é o segundo melhor da história para o período, perdendo apenas para 2017, quando o superávit tinha ficado em US$ 13,016 bilhões nesse intervalo.

No mês passado, o Brasil vendeu US$ 29,095 bilhões para o exterior e comprou US$ 21,711 bilhões. Tanto as importações como as exportações bateram recorde em março, desde o início da série histórica, em 1989. As exportações subiram 25% em relação a março do ano passado, pelo critério da média diária. As importações aumentaram 27,1% na mesma comparação. Página 3

Vacinas usadas no Brasil contra covid-19 elevam proteção contra reinfecções

Página 12

Decreto mantém redução do Imposto sobre Produto Industrializado em 25%

Página 3

Chocolate para a Páscoa pode apresentar diferença de até 224% no preço

Foto/Agência Brasil

Página 2

Nova lei prevê prisão para servidor que destratar vítima de violência

Página 12

Tarifas de táxi aumentam em São Paulo

Página 2

Dólar fecha em R$ 4,66 e alcança menor valor em dois anos

Página 5

Copa do Mundo: Brasil enfrenta Sérvia, Suíça e Camarões na 1ª fase

O Brasil terá Sérvia, Suíça e Camarões pela frente no Grupo G da Copa do Mundo deste ano. O sorteio foi realizado no Centro de Exibições e Convenções de Doha, no Catar, país sede da competição, que será disputada entre 21 de novembro e 18 de dezembro deste ano. O dono da casa fará o jogo de abertura do Mundial contra o Equador.

A seleção de Tite estreará diante dos sérvios no dia 24 de novembro, uma quinta-feira. Quatro dias depois, em uma segunda-feira, encara os suíços. A participação na primeira fase chega ao fim no dia 2 de dezembro, uma sexta-feira, contra os camaroneses.

Os três adversários são velhos conhecidos dos brasileiros em fases de grupo na Copa. Sérvia e Suíça, por exemplo, foram rivais na última edição, há quatro anos, na Rússia. Já Camarões esteve no caminho nas campanhas do tetracampeonato, em 1994, nos Estados Unidos, de 2014, quando o Brasil sediou o torneio.

Ainda faltam serem conhecidos três participantes do Mundial. Um deles sairá do duelo entre Costa Rica (quarta colocada das Eliminatórias das Américas Central e do Norte) e Nova Zelândia (vencedora da Oceania) e será alocado no Grupo E, junto com Espanha, Alemanha e Japão.

Outro será decidido no confronto entre Peru (quinto da América do Sul) e a Austrália ou Emirados Árabes Unidos (que se enfrentam para definir o representante asiático da repescagem). Quem avançar, integrará o Grupo D, de França (atual campeã mundial), Dinamarca e Tunísia.

O último europeu confirmado sairá da partida entre País de Gales contra o ganhador de Escócia e Ucrânia - que jogariam em março, mas cujo embate foi adiado, devido à ação militar russa no território ucraniano. O classificado será inserido no Grupo B, com Inglaterra, Irã e Estados Unidos. O classificado será inserido no Grupo B, com Inglaterra, Irã e Estados Unidos.

O sorteio teve de obedecer algumas regras. Países de mesmo continente, por exemplo, não poderiam cair na mesma chave, exceto os europeus (com limite de dois por grupo).

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,67
Venda: 4,67

Turismo
Compra: 4,64
Venda: 4,83

EURO
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Esporte

Atibaia recebe neste final de semana o Banco Master Rocky Mountain Games

Maior festival de competições outdoor e cultura de montanha do Brasil, o Banco Master Rocky Mountain Games abre a temporada 2022 neste sábado e domingo (2 e 3) na Pedra Grande, em Atibaia, interior de São Paulo. Com inscrições esgotadas antecipadamente, 800 atletas se dividirão entre as sete modalidades em disputa. Essa adesão de atletas representa um aumento de 80% em relação a primeira edição do evento, realizada em 2019.

A estrutura montada na pista de pouso de voo livre localizada no Parque da Pedra Grande (Alameda Prof. Lucas Nogueira Garcez, 4746 - Jardim Itapetinga), o principal ponto de encontro dos aventureiros da região, será o ponto de partida das modalidades: mountain bike (25km e 50km), trail run (6km, 12km, 21km e 42km), corrida Uphill (4,5km), Downhill, Hike & Fly (trekking + parapente), gravel (50km) e canicross (corrida de 4 km com cachorros e seus tutores).

Além da aventura, o Banco Master Rocky Mountain Games vai proporcionar aos participantes a oportunidade de explorar a região de forma única. Isso porque, os trajetos passam por um combinado de áreas públicas, privadas e áreas de proteção ambiental, muitas delas fechadas para o uso durante a maior parte do ano.

O Banco Master Rocky Mountain Games terá premiação em dinheiro no total de R$ 20 mil. Além de troféus, os três primeiros colocados masculino e feminino nas modalidades Trail Run 21 km, Mountain Bike 40 km, Uphill, Gravel. Os campeões do Rocky Man e Rocky Woman (categoria que engloba Trail Run 21 km, Mountain Bike 40 km e Corrida Uphill) individual e por equipe também embolsarão uma grana.

Foto: Ricardo Leiva

O *MTB terá disputas no domingo*

Cultura na montanha – Em paralelo às competições, o Banco Master Rocky Mountain Games terá atrações culturais para envolver familiares e amigos dos atletas, e também os visitantes. O evento terá shows de duas bandas, exibirá filmes ao ar livre, oferecerá opções gastronômicas, além de atividades extras, como slackline e arremesso de machado.

Para os pequenos – As crianças de 5 a 12 anos contarão com atividades voltadas exclusivamente para elas no Acampamento Go Outside. Montado na arena do evento, funcionará no sábado e domingo, das 6h45 às 15h.

O Banco Master Rocky Mountain Games é uma realização da Rocky Mountain Sports Content. O evento tem naming rights do Banco Master, com patrocínio da Legrand Pharma e apoios do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Sabesp, da Mynd, confecção de artigos esportivos, Cerveja Patagonia e da Prefeitura de Atibaia.

CBAt confirma a realização de mais dois eventos internacionais

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) confirmou a realização de mais dois eventos importantes no calendário de 2022: o Torneio Internacional Cidade de São Paulo, categoria D na classificação da World Athletics, no dia 27 de abril, na pista do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, e o Grande Prêmio Internacional Rio de Atletismo, da categoria C, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Nilton Santos, o Engenhão, onde foram disputados os torneios de atletismo dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Com isso, a CBAt ratifica o empenho de dar oportunidade de os atletas brasileiros participarem em casa de eventos internacionais, como aconteceu no último domingo (27), com a disputa dos Campeonatos Sul-Americano e Pan-Americano de Cross Country, na cidade de Serra, no Espírito Santo.

A CBAt definiu também as provas oficiais e extras das duas competições. Em São Paulo, serão disputadas como oficiais as provas dos 100 m, 200 m, 110 m c/barreiras, salto em distância, salto triplo, salto em altura, arremesso do peso e lançamento do dardo, no masculino; 200 m, 400 m, 800 m, 100 m c/barreiras, 400 m c/barreiras, 2.000 m c/obstáculos, salto em distância, salto triplo, arremesso do peso, lançamento do disco e lançamento do martelo, no feminino.

Nas provas extras estão programadas, no masculino, 400 m, 800 m, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos e salto com vara. E, no feminino, 100 m, salto em altura, salto com vara, arremesso do peso e lançamento do dardo.

No GP do Rio, válido pelo World Athletics Continental Tour Bronze, as provas oficiais serão 100 m, 200 m, 110 m c/barreiras, salto em distância, salto triplo, salto em altura, arremesso do peso e lançamento do dardo, no masculino; 200 m, 400 m, 800 m, 100 m c/barreiras, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos, salto em distância, salto triplo, arremesso do peso, lançamento do disco e lançamento do martelo, no feminino.

As provas extras serão, no masculino, os 400 m, 800 m, 400 m c/barreiras, 3.000 m c/obstáculos e salto com vara. E, no feminino, 100 m, salto em altura, salto com vara e arremesso do peso.

Nas duas competições serão distribuídos prêmios em dinheiro – em São Paulo do primeiro ao terceiro colocado em cada prova oficial e no Rio do primeiro ao quarto. Nas provas de arremesso, lançamentos e saltos horizontais cada participante terá direito a apenas quatro tentativas.

A CBAt convidará os quatro primeiros colocados no ranking brasileiro combinado entre 10 de junho de 2021 a 13 de março de 2022 para as competições. Podem participar também os atletas classificados até o 8º lugar neste mesmo ranking nas provas extras, mas, neste caso, todas as despesas serão por conta dos participantes.

A NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro para a saúde integral dos atletas e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

autojornal
o dia a dia motorizado

Leilão do Villa-Lobos, Candido Portinari e Água Branca supera R$ 62 milhões

O Governo do Estado recebeu oferta de R$ 62,7 milhões para concessão dos parques urbanos Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca (Fernando Costa). O valor representa ágio de mais de 3 mil por cento sobre o lance mínimo estipulado em R$1.597,099,49. A proposta do Consórcio Novos Parques Urbanos segue para análise documental e habilitação técnica e, se aprovada, será declarada vencedora.

A concessionária será responsável pela manutenção e modernização das estruturas existentes, ampliação da oferta de serviços como alimentação, lazer, do estacionamento, além de assumir os custos operacionais, por exemplo, limpeza e vigilância patrimonial. Nos primeiros seis anos deverão ser investidos R$ 46,9 milhões, do total de R$ 61,6 milhões obrigatórios. O prazo contratual é de 30 anos.

"A concessão tem se mostrado um modelo de sucesso para melhorar a experiência do visitante nos parques de São Paulo, por meio da promoção de novas atrações e serviços", explica o secretário Marcos Penido.

Vale ressaltar que o concessionário não poderá cobrar ingresso para entrada nos parques. Em contrapartida, o contrato permite a exploração comercial do local com a locação de imóveis, eventos, além da arrecadação com os quiosques destinados à alimentação.

As ações da nova administração deverão seguir os planos-diretores e preservar as características históricas dos espaços, especialmente no caso do Água Branca. Os conselhos consultivos continuarão auxiliando na gestão dos parques, que juntos recebem 14 milhões visitantes por ano.

Todo o processo para a concessão, com consultas e audiências públicas, está disponível em: https://www.infraestrutura meioambiente.sp.gov.br/editais/2021/12/concorrencia-internacional-no-02-2021.

"O Programa de Concessão incrementa a frequência e a experiência do usuário, além de desonerar o Estado. O projeto é respaldado pela qualidade regulatória e pela experiência paulista, conferindo ao concessionário e aos financiadores os melhores mecanismos contratuais disponíveis para concretizar as expressões segurança jurídica e bancabilidade", explica Tarcila Reis, Subsecretária de Parcerias do Estado de São Paulo.

Fernando Costa (Água Branca)

Criado em 1929, o Parque Doutor Fernando Costa, conhecido como Parque da Água Branca, fica na Zona Oeste da capital e tem 137 mil metros quadrados. A concessão prevê a manutenção da feira orgânica, do espaço de leitura, das atividades para o público da terceira idade, além da reforma do aquário e do espaço de educação ambiental.

Villa-Lobos e Cândido Portinari

Localizado na região Oeste da Capital e fundado em 1989, o Parque Villa-Lobos abrange uma área de 732 mil metros e diversas opções de esporte e lazer. Em 2013 a área vizinha transformou-se no Parque Urbano Candido Portinari, com fácil acesso a partir da estação CPTM Villa-Lobos/Jaguaré. São mais de 120 mil m2 destinados a lazer, esporte, educação e cultura, com destaque para a pista e o bowl, onde ocorrem etapas de campeonatos mundiais de skate.

Concessões

Desde 2019, nove áreas verdes passaram a ser geridas pela iniciativa privada: Horto Florestal de Campos do Jordão, Zoológico/Zoo Safari, Botânico, Caminhos do Mar, Parque Cantareira e Parque Estadual Alberto Loefgren. Agora o Villa-Lobos, Água Branca e Cândido Portinari se juntam a lista. No total, os investimentos mínimos em melhorias nestas áreas somam R$ 390 milhões.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereador Gilberto Jr. (PSC) festeja a filiação do jornalista e comunicador (tv) Datena ao PSC do seu pai - deputado federal Gilberto Nascimento (presidente paulista da legenda) - pra disputar o Senado 2022. Deve crescer a bancada na ALESP

.

PREFEITURA (São Paulo)
Conforme antecipamos ainda em 2021, o ex-deputado federal Ricardo Trípoli (PSDB), irmão dos vereadores paulistanos Roberto (PV) e Reginaldo (PSDB), tá deixando o Secretariado do Ricardo Nunes (MDB) pra concorrer à Câmara dos Deputados

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputado Cezar, candidato à reeleição, acompanhou o filhão Elvis Cezar que foi prefeito em Santana do Parnaíba e que é candidato a governador do Estado pelo PDT. O pai filiou-se ao partido que terá Ciro Gomes como candidato à Presidência 2022

.

GOVERNO (São Paulo)
Secretário (Desenvolvimento Regional) e presidente estadual do PSDB, Marquinho Vinholi foi pro sacrifício. Não vai se candidatar pra Câmara Federal. Acompanhará as campanhas presidencial de Doria e pra governador de Rodrigo (ambos PSDB)

.

CONGRESSO (Brasil)
Jornalista e comunicador Datena, agora candidato ao Senado pelo PSC, vai apoiar o ex-ministro (Infraestrutura) do Bolsonaro e candidato - via Republicanos (ex-PRB) - ao governo paulista Tarcísio Freitas e não mais o agora governador Rodrigo (PSDB)

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Entre os 10 ministros do Jair Bolsonaro (PL), exonerados pra disputarem cargos nas eleições 2022, somente um é de São Paulo: o astronauta Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovação) será candidato pra deputado federal na nave do PL

.

PARTIDOS
A Arena virou PDS, que virou PPR, que virou PPB, que hoje é Progressistas (PP). O MDB virou PMDB e voltou a ser MDB. O PFL virou DEM, que na fusão com o PSL agora é União Brasil. O PL virou PR e voltou a ser PL. O PTN virou o Podemos ...

.

POLÍTICOS
... O PT do B virou Avante. O PEN virou Patriota. O PMR virou PRB, que virou Republicanos. O PCB virou PPS, que virou Cidadania. O PSDC virou DC. O PRN, que virou PTC, acaba de virar o Agir e o PMB quer virar Brasil 35. Lembrando que todas ...

.

(Brasil)
... as atuais 32 legendas têm seus donos e sócios preferenciais, o refundador e dono do PSD, ex-prefeito paulistano Kassab, joga todas as fichas em ter candidatura própria à Presidência ou fazer a diferença apoiando a dupla Lula (PT) - Alckmin (PSB)

.

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** tornou-se referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Tarifas de táxi aumentam em São Paulo

O valor da tarifa de táxi na capital paulista irá aumentar a partir deste sábado (2). Os novos preços foram autorizados pela Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (Senatram) e pelo Departamento de Transportes Públicos (DTP) da prefeitura.

Para táxi comum, rádio táxi, táxi preto e táxi especial, a bandeirada (valor inicial da corrida) passará de R$ 4,50 para R$ 5,50; a tarifa quilométrica (valor por quilômetro rodado), de R$ 2,75 para R$ 4,00; e a tarifa horária (quando o carro fica parado ou circula a menos de 15 quilômetros por hora), de R$ 33,00 para R$ 49,00. Já no táxi luxo, a bandeirada subirá de R$ 6,75 para R$ 8,25; a tarifa quilométrica, de R$ 4,15 para R$ 6,00; e a tarifa horária, de R$ 49,50 para R$ 73,50.

Segundo a prefeitura, os valores foram ajustados após sete anos sem alterações, abaixo da inflação acumulada no período. "No período, a inflação acumulada, medida pelo IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo] foi de 53,09%. Os novos valores fixados, portanto, estão abaixo da inflação acumulada no período", destacou a administração municipal em nota.

Até que todos os taxímetros sejam adequados às novas tarifas, os taxistas deverão, obrigatoriamente, prestar o serviço dispondo de duas tabelas de conversão no interior do veículo. Atualmente há 36.738 táxis ativos credenciados na cidade de São Paulo. (Agência Brasil)

Chocolate para a Páscoa pode apresentar diferença de até 224% no preço

Uma pesquisa de preços feita pelo Procon em São Paulo para a Páscoa deste ano apontou que um mesmo tablete de chocolate pode custar 224% a mais em um estabelecimento que vende pela internet em comparação a outro.

Segundo o Procon, a maior diferença encontrada na pesquisa foi em um tablete de chocolate meio amargo da marca Hershey's, por R$ 3,85 em um estabelecimento, mas estava sendo vendido em outro por R$ 12,46.

Já entre os ovos de Páscoa, a maior diferença encontrada foi de 144,65% em um Ferrero Rocher de 365 gramas. Em uma loja, ele estava sendo comercializado por R$ 72,90. Em outra loja, esse mesmo ovo estava sendo vendido a R$ 178,35.

Nas caixas de bombons, a maior diferença encontrada entre os estabelecimentos foi de 96,54%. Uma caixa de Sortidos Garotices, da Garoto, foi encontrada pelo preço de R$ 16,49 em uma loja e R$ 8,39 em outra.

De acordo com o Procon, a pesquisa feita neste ano apontou um aumento de 2,36% no preço médio dos bombons, de 13,02% nos tabletes de chocolate e de 19,53% no preço dos ovos de Páscoa em relação à Páscoa do ano passado.

O levantamento do Procon foi feito pela internet, em nove sites, entre os dias 14 e 17 de março. Foram analisados os sites do Pão de Açúcar, Ponto Frio, Andorinha, Americanas, Carrefour, Extra, Magazine Luiza, Mambo e Trimais. Os preços foram comparados em, no mínimo, três locais diferentes.

Os especialistas do Procon de São Paulo recomendam que o consumidor faça uma comparação de preços praticados em diferentes lojas antes de efetuar a compra. Também é importante, segundo o Procon, comparar o preço do frete, se a compra for feita pela internet.

O Procon informa ainda que os produtos licenciados com personagens costumam ter um preço mais elevado. Se o momento for de orçamento apertado, o órgão aconselha que as caixas de bombons e tabletes de chocolates podem substituir os tradicionais ovos de Páscoa, que costumam ser mais caros. (Agencia Brasil)

Certidão de Uso e Ocupação do Solo é emitida pela Prefeitura de SP em até 30 dias

Toda cidade tem regras para o uso e ocupação do solo em cada uma de suas áreas. E é de responsabilidade da Prefeitura estabelecer essas normas, além de definir que tipo de empreendimento ou atividade pode ser instalada em cada rua, quadra ou bairro. Para garantir que a legislação seja cumprida, existe um documento que atesta que um determinado imóvel na cidade está de acordo com essas posturas municipais: Certidão de Uso e Ocupação do Solo.

A Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo (DEUSO), da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), expede essa certidão em até 30 dias. Ela é exigida em processos de licenciamento ambiental, conforme Resolução CONAMA n° 237/1997. O documento deve ser apresentado a órgãos como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

É importante destacar que a certidão define o tipo de uso do solo permitido para um determinado local. Ela não é uma licença de funcionamento para o exercício de qualquer tipo de empreendimento ou atividade. Este documento precisa ser emitido pelos órgãos competentes.

Além disso, o interessado pode contar com o auxílio do portal GeoSampa para buscar informações sobre zoneamento, necessárias para a identificação da viabilidade de instalação de um empreendimento ou atividade em um local. A consulta pode ser realizada no campo pesquisar, à esquerda da tela, e, em seguida, na aba zoneamento. Esses dados não possuem caráter de certidão e não a substituem junto aos órgãos competentes pelo licenciamento ambiental.

Alunos do CPS se engajam em ações solidárias pelo estado

Nas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, responsabilidade social não é retórica, é prática. Os trotes solidários marcaram a troca das brincadeiras pouco educativas por atividades mais empenhadas em ajudar o bairro em que as unidades se encontram. E não para por aí. Durante a pandemia, por exemplo, houve quem se empenhasse em cuidar da comunidade que se estende para além dos muros acadêmicos.

Foi o caso da Fatec Ipiranga, na capital paulista, que arrecadou, em 2021, mais de 1,5 tonelada de alimentos para os bairros da vizinhança. Nessa balança nem foram contabilizados os materiais de higiene e limpeza, além das roupas, itens que também chegaram nos plantões que aconteciam aos sábados, mensalmente, para receber tanta generosidade.

O que ninguém contava é que a ação traria uma vantagem adicional: os novos alunos, à época estudando remotamente, puderam conhecer e frequentar o campus, levar amigos, fazer contato com os professores que se revezavam nos encontros coordenados por Djacy Mangueira de Almeida, professor de três matérias do curso de Eventos.

Passada a fase mais aguda da pandemia, a prática entrou para o rol de ações reunidas sob o título Fatec se Importa, agora como ação permanente. A última quarta-feira do mês foi instituída como o dia para a arrecadação interna e o primeiro sábado do mês, para o plantão aberto a todas as pessoas dispostas a colaborar.

"Para fazer a distribuição do que arrecadamos, contamos com uma Organização Não Governamental (ONG), que há anos vem elaborando o cadastro das famílias carentes dos bairros próximos", conta a diretora da unidade, Fabiana Serralha Miranda. Ela se refere à União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), ainda parceira na empreitada.

Uma campanha pelas mulheres

Um assunto que entrou na pauta há pouco tempo, mas já vem mobilizando uma parcela significativa da população, é a bandeira da dignidade menstrual. E esse foi tema do trote solidário da Etec Bento Quirino, de Campinas. A ideia partiu do Grêmio e teve o auxílio da ONG Promotoras Legais Populares (PLP) para que as 2.540 unidades de absorventes higiênicos arrecadadas chegassem ao destino: a Penitenciária Feminina de Campinas.

À frente da Organização de Apoio Educacional, a professora Tania Mara Campanholo esteve no presídio, em companhia de integrantes da PLP, para fazer a entrega dos produtos arrecadados. E ali mesmo decidiu dar continuidade à campanha. "Vimos como é grande a demanda por itens como papel higiênico, sabonete e creme dental", conta. Essa é próxima etapa da ação, agora desvinculada do trote, mas ainda alinhada com a vocação solidária das Etecs e Fatecs.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Balança comercial tem maior superávit para meses de março

Embalada pela valorização das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial registra o melhor resultado positivo para meses de março desde o início da série histórica, em 1989. No mês passado, o país exportou US$ 7,383 bilhões a mais do que importou. Segundo o Ministério da Economia, isso representa alta de 19,3% em relação ao registrado em março do ano passado.

No primeiro trimestre, a balança comercial acumula superávit de US$ 11,313 bilhões. Isso representa 37,6% a mais que o registrado de janeiro e março do ano passado (US$ 8,087 bilhões). O saldo é o segundo melhor da história para o período, perdendo apenas para 2017, quando o superávit tinha ficado em US$ 13,016 bilhões nesse intervalo.

No mês passado, o Brasil vendeu US$ 29,095 bilhões para o exterior e comprou US$ 21,711 bilhões. Tanto as importações como as exportações bateram recorde em março, desde o início da série histórica, em 1989. As exportações subiram 25% em relação a março do ano passado, pelo critério da média diária. As importações aumentaram 27,1% na mesma comparação.

Um dos principais responsáveis pela recuperação do saldo comercial foi a valorização das commodities (bens primários com cotação internacional), que subiram em março em meio ao acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia. A estabilidade de algumas safras, principalmente a de soja, também contribuiu para o resultado.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu apenas 1,8%, enquanto os preços aumentaram 17,2% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada caiu 7,1%, mas os preços médios subiram 29,5%.

Setores

Ao comparar o setor agropecuário, o aumento nos preços internacionais pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas caiu 4,5% em março na comparação com o mesmo mês de 2021, enquanto o preço médio subiu 33,4%. Na indústria de transformação, a quantidade subiu 7,2%, com o preço médio aumentando 19,3%. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 7,1%, enquanto os preços médios ficaram estáveis, com leve alta de 0,6%.

Os produtos com maior destaque nas exportações agropecuárias foram trigo e centeio não moídos (+1.995,5%), café não torrado (+60,7%) e soja (+35%) na agropecuária. O crescimento deve-se principalmente aos preços. O destaque negativo foi o milho, cujas exportações caíram 91,3% de março do ano passado a março deste ano por causa da antecipação de embarques no início do ano.

Na indústria extrativa, os maiores crescimentos foram registrados em minérios de niquel e seus concentrados (+102,9%) e óleos brutos de petróleo (+21,5%). Na indústria de transformação, os maiores crescimentos ocorreram carne bovina (+69,3%), farelos de soja e outros alimentos para animais (+49%) e combustíveis (+172,2%).

Em relação às importações, os maiores crescimentos foram registrados nos seguintes produtos: pescados (+114,3%), frutas e nozes não-oleaginosas(+50%) e soja (+81,9%), na agropecuária; carvão não aglomerado (+113,7%), óleos brutos de petróleo (+221,1%) e gás natural (+39,8%), na indústria extrativa; e combustíveis (+82,7%) e adubos ou fertilizantes químicos (+132,6%), na indústria de transformação.

Em relação aos fertilizantes, a alta deve-se principalmente ao aumento de 132,7% nos preços. A quantidade importada caiu 3,2% em março na comparação com março do ano passado.

Estimativa

A valorização das commodities fez o governo revisar para cima a projeção de superávit comercial. Para 2022, o governo prevê saldo positivo de US$ 111,6 bilhões, contra projeção anterior de US$ 79,4 bilhões . As estimativas são atualizadas a cada três meses.

As previsões estão muito mais otimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US$ 65 bilhões neste ano. (Agencia Brasil)

IPC-S fecha março com inflação de 1,35%, diz FGV

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 1,35%, em março deste ano. A taxa é superior ao 0,28% apurado no mês anterior. Com o resultado, o IPC-S acumula inflação de 9,68% em 12 meses.

Os transportes foram o grupo de despesa com maior alta de preços no mês (2,51%), devido aos aumentos de itens como a gasolina (5,08%) e as taxas de licenciamento e IPVA dos veículos (4,28%). Os transportes tinham apresentado inflação de 0,07% em fevereiro.

Em seguida, aparecem os alimentos, que registraram taxa de 1,99% em março ante uma inflação de 1,20% em fevereiro. O tomate foi o produto com maior impacto na inflação, entre os itens de alimentação, com alta de preços de 22,21% em março.

Outros três grupos de despesa apresentaram alta na taxa de inflação de fevereiro para março: habitação (que passou de 0,33% para 1,23%), vestuário (de 0,33% para 1,04%) e despesas diversas (de 0,08% para 0,39%).

Dois grupos passaram de deflação (queda de preços) em fevereiro para inflação em março: saúde e cuidados pessoais (de -0,12% para 0,22%) e educação, leitura e recreação (de 0,51% para 0,19%).

Entre os grupos de despesa, apenas comunicação teve queda na taxa, ao passar de inflação de 0,08% em fevereiro para deflação de 0,13% em março. (Agencia Brasil)

Governo cria programa para renovação de frota de caminhões

O governo federal publicou na sexta-feira (1°) no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) 112/2022 que cria um programa para a renovação da frota de veículos antigos usados no sistema de mobilidade e logística do país.

O programa, batizado de Renovar, será voltado para veículos de transporte rodoviário de mercadorias, ônibus, micro-ônibus e implementos rodoviários. A MP destaca que, inicialmente, poderão participar da iniciativa os caminhoneiros que trabalham no Transporte Autônomo de Cargas (TAC).

Segundo a MP, entre os objetivos do programa está a retirada de circulação da frota no fim da vida útil, com o desmonte ou destruição desse equipamento, redução dos custos de logística; inovação e criação de novos modelos de negócios; e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de transporte. Pelo texto, caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definir procedimentos simplificados para a baixa definitiva de veículos classificados como sucata.

De acordo com dados da Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura, há mais de 3,5 milhões de caminhões em circulação no Brasil. Desse total, cerca de 26% têm mais de 30 anos de fabricação, o que já é considerado como fim da vida útil do veículo.

O Ministério da Economia avalia que a medida pode diminuir custos no setor e alavancar a competitividade no país.

"O envelhecimento da frota tem relevantes implicações quanto à segurança no trânsito, ao meio ambiente e contribui para o aumento dos custos logísticos que afetam a competitividade dos produtos nacionais, resultando em repasse de custos ao consumidor e elevação da inflação no país", disse a pasta.

De acordo com a MP, a adesão ao programa será voluntária e poderá ser feita por donos de veículos retirados de circulação por meio de desmonte ou de destruição como sucata; o financiador ou parceiro público ou privado; e o agente financeiro, que recebe os recursos do financiador e destina aos proprietários.

A proposta não define os valores que serão aplicados no programa e diz que sua execução será condicionada à regulamentação do Poder Executivo. Segundo o texto, a operação de uma plataforma para a captação de recursos para o financiamento do programa será executada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

O programa pretende ainda contribuir para o alcance das metas previstas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).

A MP diz que a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia pode criar uma certificação para veículos automotores em circulação, que deve levar em conta critérios como condições de segurança e controle de emissão de gases poluentes ou de efeito estufa. (Agencia Brasil)

Decreto mantém redução do IPI em 25%

Por mais um mês, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) continuará com corte de 25%. O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que mantém a redução nesse percentual pelos próximos 30 dias, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O decreto saiu em edição extraordinária do Diário Oficial da União e contraria anúncios recentes do ministro da Economia, Paulo Guedes. Há duas semanas, o ministro anunciava a ampliação do corte para 33%.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República informou que a medida manterá os estímulos econômicos de setores afetados pela pandemia da covid-19. "Com a proposta, será possível manter os estímulos à economia, afetada pela pandemia provocada pelo coronavírus, com a finalidade de assegurar os níveis de atividade econômica e o emprego dos trabalhadores. Dessa forma, espera-se promover a recuperação econômica do país", destacou o comunicado.

O decreto entrará em vigor imediatamente e não depende da aprovação do Congresso Nacional.

Desde fevereiro, o IPI está com redução de 25%, como medida de estímulo à economia. Na época, o Ministério da Economia informou que a alta da arrecadação decorrente da recuperação econômica permitiu ao governo abrir mão de receitas e promover o desconto no imposto, que incide sobre produtos fabricados como carros, geladeiras, fogões e outros.

Questionado sobre a manutenção do corte do IPI, o Ministério da Economia não se manifestou. (Agencia Brasil)

Confiança dos empresários cresce 0,7 ponto em março

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), avançou 0,7 ponto de fevereiro para março deste ano e atingiu 91,8 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos. Essa foi a primeira alta do indicador, desde novembro do ano passado.

O ICE consolida os índices de confiança de empresários brasileiros dos quatro setores econômicos analisados pela FGV: indústria, construção, comércio e serviço.

A alta foi puxada pelo Índice de Situação Atual Empresarial, que mede a confiança no presente. Esse índice subiu 4 pontos, chegando a 92,1 pontos.

Por outro lado, o Índice de Expectativas, que mede a percepção dos empresários sobre o futuro, recuou 0,9 ponto e atingiu 92,4 pontos.

Dos quatro setores, apenas serviços avançou em março, ao subir 3 pontos e chegar a 92,2 pontos. A indústria teve a maior queda (-1,7 ponto), mas continua sendo o setor com maior confiança (95 pontos).

Os outros setores com queda na confiança foram comércio, que recuou 0,2 ponto e continuou na pior posição com 86,8 pontos, e construção, que cedeu 0,8 ponto e chegou a 92,9 pontos.

Segundo o pesquisador da FGV Aloisio Campelo Jr., boa parte da alta da confiança no mês é explicada pela melhora dos números da pandemia de covid-19 e seus efeitos nas vendas do comércio e serviços.

Ele ressalta, no entanto, que a queda das expectativas lança dúvidas sobre a continuidade da recuperação nos próximos meses diante de um cenário de incerteza com relação ao impacto da invasão russa à Ucrânia na economia mundial e ao efeito esperado das altas de juros sobre a demanda interna. (Agencia Brasil)

Produção industrial cresce 0,7% de janeiro para fevereiro

A produção industrial brasileira cresceu 0,7% na passagem de janeiro para fevereiro deste ano. A alta eliminou apenas parte da perda de 2,2% ocorrida na passagem de dezembro para janeiro. O dado, da Pesquisa Industrial Mensal, foi divulgado na sexta-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, a indústria também acumula altas de 0,4% no trimestre e de 2,8% em 12 meses. Na comparação com fevereiro do ano passado, no entanto, houve queda de 4,3%. O acumulado do ano também tem perda de 5,8%.

A alta de janeiro para fevereiro atingiu 16 dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE, com destaque para indústrias extrativas (5,3%) e produtos alimentícios (2,4%).

"O setor extrativo teve queda importante em janeiro, por causa do maior volume de chuvas em Minas Gerais naquele mês, o que prejudicou a extração do minério de ferro. Com a normalização das chuvas, houve regularização da produção. Já o setor alimentos teve seu quarto mês positivo de crescimento, acumulando no período ganho de 14%. Em fevereiro, os destaques foram a produção de açúcar e de carnes e aves, dois grupamentos importantes dentro do setor de alimentos", disse o pesquisador do IBGE André Macedo.

Também tiveram altas importantes os produtos farmoquímicos e farmacêuticos (12,7%), os veículos automotores, reboques e carrocerias (3,2%), a metalurgia (3,3%) e as bebidas (4,1%).

Por outro lado, dez atividades tiveram perdas de janeiro para fevereiro, entre elas coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,8%) e celulose, papel e produtos de papel (-3,4%), que causaram os principais impactos em fevereiro.

As quatro grandes categorias econômicas da indústria tiveram crescimento no período, com destaque para bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (1,9%).

Os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo, tiveram alta de 1,6%. Entre os bens de consumo, houve crescimento de 1,5% nos semi e não duráveis e 0,5% nos duráveis. (Agencia Brasil)

Ministério orienta Procons sobre forma de tributação de combustíveis

O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou nota técnica para orientar os Procons de todo o Brasil sobre a nova forma de tributação de combustíveis. Em março, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei (PL) que prevê a cobrança em uma só vez do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, inclusive importados. O texto prevê que a cobrança seja feita com base em alíquota fixa por volume comercializado e única em todo o país. O objetivo da medida é facilitar a fiscalização desse tipo de produto, De acordo com o comunicado, emitido por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), entre os direcionamentos para os Procons está a fiscalização com o intuito de verificar se os postos de combustíveis estão informando, de forma clara, aos consumidores a maneira que é feita a incidência de tributos no preço final da gasolina, diesel ou etanol.

Da mesma forma, os Procons deverão conduzir investigações para apurar possíveis práticas de cobrança abusiva, observando os critérios de composição do preço do combustível para evitar que o consumidor seja lesado.

Diesel, biodiesel, gasolina, etanol anidro (que é misturado à gasolina), gás liquefeito de petróleo (GLP) e o gás liquefeito de gás natural (GLGN) são os combustíveis afetados pela nova lei.

A alíquota do imposto era um percentual cobrado em cima do preço final do litro na bomba, que sofre variações do dólar e do preço internacional, onerando o valor final cobrado dos consumidores. A nova lei determina que a cobrança do ICMS ocorra sobre o preço na refinaria ou no balcão de importação, quando o combustível vier do exterior. Os novos valores, pela proposta, foram definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne representantes da área econômica de todos estados e do Distrito Federal.

O Confaz definiu no dia 24 de março o teto de R$ 1,006 por litro para a variedade S10 para a alíquota do ICMS sobre o diesel e prorrogou, por 90 dias, o congelamento da base de cálculo do ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 54ª e 55ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **54ª e 55ª** Séries da **4ª** Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Títulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a **primeira, em caráter de 2ª convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 25 de abril de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 15.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 14 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Tomar conhecimento acerca do falecimento do Sr. Hélio De Athayde Vasone ("Fiador 2") e; confirmação enviada pela Emissora e Devedora e à Cedente em 18 de fevereiro de 2022, autorizar a substituição do Fiador 2, pelo substituto indicado pela Localfrio SA Armazéns Gerais Frigoríficos ("Devedora"), qual seja, a Sra. Marilene de Athayde Vasone ("Nova Fiadora"); **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br.A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, **50% (cinquenta por cento) mais um** dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 15.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação pelo Titulares dos CRI, que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à Assembleia Geral conforme cláusula 15.18.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pelo Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e corporate@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de abril de 2021.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)

05 e 06/04

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 90ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da **90ª** Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade do São Paulo, estado de São Paulo, na rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 26 de abril 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 8.2.2 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão celebrado em 21 janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a prorrogação de prazo para registro dos Contratos de Alienção Fiduciária (conforme definido no Termo de Securitização) por mais 45 dias a contar do término do prazo estabelecido na Cláusula 3.29.1 do Termo de Securitização, qual seja 01 de junho de 2022, em razão de eventual atraso por parte dos cartórios competentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer atos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRA que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 8.5 do Termo de Securitização, a Assembleia será instalada por Titulares dos CRA, conceder-se-ão aprovadas caso não ocorra deliberação em contrário por mais do que 10% (dez por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 8.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para ger1_agente@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de abril de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

05 e 06/04

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 303ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 303ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Títulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reuniem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 12 de abril de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.2.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 13 de agosto de 2021, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre **a)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% mais 1 dos CRI em Circulação, conforme cláusula 13.3 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo 50% mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e corporate@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de março de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

PLANETA SECURITIZADORA S.A.

(nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.)

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliário das 52ª, 53ª e 54ª Séries da 4ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A.

A Planeta Securitizadora S.A. (nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.) ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 52ª, 53ª e 54ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissão ("Titulares dos CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, no dia **21 de abril de 2022, às 14h de forma exclusivamente digital**, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), por meio das orientações descritas abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e por consequência, a não decretação de vencimento antecipado dos CRI, em razão da não realização dos endossos do Seguro de Perda de Receita, conforme previsto na Cláusula 2.6, item c) do "Instrumento Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças", celebrado em 11 de março de 2013 e posteriormente aditado ("Contrato de Cessão"); (ii) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e por consequência, a não decretação de vencimento antecipado dos CRI, devido ao descumprimento pela Valizastores Empreendimentos e Participações ("Cedente"), do prazo para renovação do Seguro de Perda de Receita conforme disposto na Cláusula 7.2.3 do Contrato de Cessão, tendo em vista o vencimento do seguro em 02 de abril de 2021 e que a renovação aconteceu tão somente em 01 de novembro de 2021. (iii) medidas a serem tomadas em decorrência da não apresentação tempestiva ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes no Anexo A à presente Assembleia ("Pendências Documentais"); (iv) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a tomarem as medidas necessárias à implementação de acordo com o deliberado na presente assembleia. Em conformidade com a ICVM 625, o link de acesso à será disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para assembleias@planetasec.com e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular do CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, no modelo ser disponibilizado no site da Emissora http://planetasec.com.br/informacoes/ bem como para a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRI que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos assembleias@planetasec.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares dos CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. O registro em ata dos Titulares dos CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRI presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. A Emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora (conforme definido no Termo de Securitização) permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares dos CRI no interim da presente convocação e da Assembleia.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Planeta Securitizadora S.A.

REC SS Mooca Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 19.974.361/0001-67

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	320	138
Contas a receber	32	30
Créditos diversos	11	6
Total do ativo circulante	**363**	**174**
Não circulante		
Imobilizado	426	470
Propriedade para investimento	15.739	17.441
Impostos diferidos	1.743	–
Total do ativo não circulante	**17.914**	**17.911**
Total do ativo	**18.277**	**18.085**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	50	43
Valores a pagar para partes relacionadas	70	85
Obrigações tributárias	27	13
Adiantamento de clientes	33	25
Total do passivo circulante	**180**	**186**
Patrimônio líquido		
Capital social	21.208	20.648
Reserva de capital	3.537	3.537
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	560
Prejuízos acumulados	(6.648)	(6.846)
	18.097	**17.899**
Total do passivo e patrimônio líquido	**18.277**	**18.085**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**20.248**	**3.537**	–	**(8.662)**	**15.123**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	960	–	960
Aumento de capital	400	–	(400)	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	1.816	1.816
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**20.648**	**3.537**	**560**	**(6.846)**	**17.899**
Aumento de capital	560	–	(560)	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	198	198
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**21.208**	**3.537**	**–**	**(6.648)**	**18.097**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**1.787**	**1.302**
Custos da operação	**(979)**	**(1.147)**
Lucro bruto	**808**	**155**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(25)
Despesa com pessoal	(290)	(226)
Despesas gerais e administrativas	(479)	(316)
Outras despesas	–	(77)
Perda por impairment – PPI	(1.493)	2.323
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(1.499)**	**1.834**
Resultado financeiro líquido	**(52)**	**(18)**
Receitas financeiras	18	13
Despesas financeiras	(70)	(31)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.551)**	**1.816**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	1.749	–
Lucro/prejuízo dos exercícios	**198**	**1.816**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro/prejuízo dos exercícios	198	1.816
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**198**	**1.816**

Demonstrações do Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.551)**	**1.816**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa		
Depreciação e amortização	337	308
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	29	76
Perda/reversão por impairment – PPI	1.493	(2.323)
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(31)	(60)
Créditos diversos	(5)	7
Fornecedores	(13)	63
Valores a pagar para partes relacionadas	(15)	85
Obrigações tributárias	14	(19)
Adiantamento de clientes	8	31
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	**266**	**(26)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(13)	(443)
Adições de propriedade para investimentos	(71)	(417)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(84)**	**(860)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	960
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**–**	**960**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**182**	**74**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	138	64
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	320	138
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**182**	**74**

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

José Antonio Bom Silva
Contador CRC 1SP 264.151-04

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Mooca Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Mooca Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Mooca Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queirodia – CRC 1SP 294.059/O-8

REC UCP EPVL Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 28.888.655/0001-67

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.612	5.889
Contas a receber	1.175	597
Créditos diversos	743	43
Tributos a Recuperar	213	170
Despesas Antecipadas	17	–
Total do ativo circulante	**8.760**	**6.699**
Não circulante		
Contas a receber .	1.117	–
Imobilizado	616	–
Propriedade para investimento	117.400	116.534
Total do ativo não circulante	**119.133**	**116.534**
Total do ativo	**127.893**	**123.233**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	41	59
Valores a pagar para partes relacionadas	97	46
Obrigações tributárias	425	160
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	–	101
Adiantamento de clientes	1.165	657
Dividendos a pagar	3.166	–
Outras contas a pagar	–	332
Total do passivo circulante	**4.892**	**1.355**
Não circulante		
Impostos diferidos	–	321
Total do passivo não circulante	**–**	**321**
Patrimônio líquido		
Capital social	122.741	13.441
Reserva Legal	259	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	109.300
Prejuízos acumulados	–	(1.184)
Total do patrimônio líquido	**123.000**	**121.557**
Total do passivo e patrimônio líquido	**127.893**	**123.233**

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**9.083**	**2.036**
Custo de Operação	**(1.706)**	**(737)**
Lucro bruto	**7.377**	**1.299**
Despesas operacionais		
Despesa com pessoal	(285)	(135)
Despesas gerais e administrativas	(113)	(98)
Despesas tributárias	(2)	(5)
Despesas comerciais	(162)	–
Outras receitas/despesas	3	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**6.818**	**1.061**
Resultado financeiro líquido	**118**	**13**
Receitas financeiras	221	19
Despesas financeiras	(103)	(6)
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	**6.936**	**1.074**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos	321	(321)
Impostos IRPJ e CSLL	(885)	(22)
Lucro dos exercícios	**6.372**	**731**

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucros dos exercícios	6.372	731
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**6.372**	**731**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.936	1.074
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.399	456
Provisão para participação nos Lucros	(31)	96
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(1.695)	(597)
Créditos Diversos	(700)	(43)
Valores a receber de partes relacionadas	–	49
Tributos a Recuperar	(43)	(168)
Despesas Antecipadas	(17)	–
Fornecedores	(18)	55
Valores a pagar para partes relacionadas	50	11
Obrigações tributárias	(1.207)	138
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(70)	(3)
Adiantamento de clientes	508	657
Outras contas a pagar	(332)	332
Imposto de renda e contribuição social pagos	586	–
**Caixa líquido gerado das atividades operacion

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0031542-95.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fernando Getulio Vargas. Executado: Thiago Lima Nascimento. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0031542-95.2021.8.26.0100. A Dra. Tarsira Hochgreb Matos, Juíza de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Thiago Lima Nascimento (CPF: 324.118.428-56), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação Getúlio Vargas, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial (art. quanta de R$ 16.018,84 (julho de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executida advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022. 01 e 02 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001354-44.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a TONY ISSA - ME, CNPJ 14.564.748/0001-21, na pessoa de seu representante legal e a TONY ISSA, CPF 234.423.908-18, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou-lhes uma Ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 28.652,29 (nov/2016), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 4778000000630860168. Estando a parte executada em lugar ignorado, foi deferida seu CITAÇÃO por EDITAL para que em 03 dias, PAGUE o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, OPOR EMBARGOS, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertidos de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Fica sendo o presente, EDITAL INTIMADO DO ARRESTO do veículo de placas DRF-0000 e do prazo de 15 dias para IMPUGNAÇÃO. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. B - 02 e 05

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1004740-19.2016.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo. Executado: Padaria Boulevar Moema Ltda Epp e outros. Edital de Citação. Prazo 30 dias. Processo n°. 1004740-19.2016.8.26.0100. O Dr. Vitor Gambassi Pereira, Juiz de Direito da 37ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Padaria Boulevar Moema Ltda EPP (CNPJ: 04.583.659/0001-79), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 202.368,73 (outubro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças nº 0405-07529-48. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, acrescido em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022. 01 e 02 / 04 / 2022

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL CARMEN MENDES CONCEIÇÃO,** Marcos Leme da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I, do Art. 15º, dos Incisos II e III do Art. 19º, do Estatuto Social, **CONVOCA** todos os associados em conformidade com os Incisos I, II, III e IV, bem como do parágrafo segundo, do Art. 6º, para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se aos 30 de abril de 2022, em sua sede, na rua Vigário Taques Bitencourt, 195, Bairro Vila Miranda, Santo Amaro, São Paulo, CEP.: 04755-060 - 1º Andar, **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, será instalada, em primeira convocação, às 09:00h, com a presença da metade mais um dos seus associados, ou, trinta minutos após, às 09:30h, em segunda convocação, com qualquer número, conforme o Art. 12º, **A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** terá a seguinte **ORDEM DO DIA: 1º -** Análise e Aprovação das Contas da Instituição no ano de 2021, **2º -** Informação e ajuste dos de renúncia, dos cargos de diretores na Instituição, conforme cartas de renúncias enviadas via correios. **3º -** Entrada de novos diretores ao quadro, devido à vacância de cargos. São Paulo, 30 de março de 2022. Marcos Leme da Silva – Presidente. Elias Jorge Calil Neto - Vice Presidente

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **JAIME ALONSO LOPES ARDILA,** colombiano, solteiro, maior, sócio proprietário, RNE nº G235716-V-CGPI/DIREX/DPF, CPF nº 238.452.068-70, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Eduardo Tamer, nº 235, Maranhão, fica intimado a purgar a mora mediante o pagamento referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 29/05/2021 a 28/02/2022, no valor de R$15.325,75 (quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$15.418,75 (quinze mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), que atualizado até 04/06/2022, perfaz o valor de R$17.523,62 (dezessete reais e cinquenta e dois centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua François Adam, nº 9-C, abtiga Rua Dora, antiga Rua Projetada Dora, lote 09 da quadra C, da planta particular, parte do quinhão 06 do antigo Sítio Caraguatá, bairro das Mercês, Sacade, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob nº 11 na matrícula nº 5.182. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 as 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAU UNIBANCO S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 18 de março de 2022. O Oficial. 01, 04 e 05/04

Openet Telecom Tecnologia América Latina Ltda.

CNPJ nº 07.078.202/0001-03 - NIRE 35.219.447.666

Ata de Resolução de Sócia realizada em 31 de outubro de 2021

Data, Hora e Local: 31/10/2021, às 9h, na sede social da Sociedade, em SP/SP, na Praça General Gentil Falcão, 108, 7º andar, Conj. 72, Cidade Monções, CEP 04571-150. **Convocação:** Dispensada dada a presença da sócia representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 1.072, §2º Lei 10.406/2002 ("Código Civil"). **Presença:** (a) **Amdocs (Brasil) Ltda.**, CNPJ nº 02.458.184/0001-63 e NIRE 35.215.039.971, neste ato representada pelo seu administrador, Sr. **Luiz Cezar Giacomazi**, RG nº 15.181.139 e CPF nº 053.358.118-46, ("Amdocs Brasil"), única sócia representando a totalidade do capital social da **Openet Telecom Tecnologia América Latina Ltda.**, CNPJ nº 07.078.202/0001-03, JUCESP - NIRE 35.219.447.666 ("Sociedade"). **Ordem do dia: (A)** Aprovar as seguintes matérias relativas à incorporação da Sociedade pela Amdocs Brasil: **(i)** examinar, discutir e deliberar a respeito do Protocolo de Incorporação e Justificação firmado nesta data pelas administradoras da Sociedade e da Amdocs Brasil ("Protocolo de Incorporação"); **(ii)** ratificar a nomeação e a contratação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, CNPJ nº 08.681.365/0001-30, CRC-RJ nº 005112/O-9 ("Avaliadora"), para preparar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Sociedade, nos termos do artigo 8º da Lei 6.404/1976, com base no balanço patrimonial preparado com data-base de 30.09.2021 ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** deliberar acerca do Laudo de Avaliação; **(iv)** deliberar sobre a incorporação da Sociedade pela Amdocs Brasil, com a consequente extinção da Sociedade; **(v)** deliberar acerca de outros assuntos que sejam relevantes para a incorporação; e **(vi)** outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações adotadas por unanimidade:** Foram aprovadas pela única sócia as seguintes matérias relativas à incorporação da Sociedade pela Amdocs Brasil: **(i)** aprovação do Protocolo de Incorporação, o qual integra esta ata como **Anexo I**; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da Avaliadora para proceder à elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** tendo sido previamente concluída pela administração da Sociedade, a Avaliadora realizou os estudos e elaborou o Laudo de Avaliação, o qual foi apresentado aos presentes e totalmente aprovado na íntegra e sem ressalvas, justificando o valor atribuído à Sociedade. O Laudo de Avaliação é parte desta ata como **Anexo II**; **(iv)** a aprovação da incorporação da Sociedade pela Amdocs Brasil, nos termos do Protocolo de Incorporação; **(v)** caso a incorporação seja aprovada pelas sócias da Amdocs Brasil, será extinta a Sociedade, com a transferência de todos os seus bens, direitos e obrigações à Amdocs Brasil, e nos termos do Protocolo de Incorporação, a incorporação não resultará em aumento de capital da Amdocs Brasil, tendo em vista que a Amdocs Brasil já detém a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade e, portanto, a totalidade dos ativos e passivos da Sociedade já estão refletidos na Amdocs Brasil pelo método de equivalência patrimonial. Em função da incorporação haverá apenas a substituição contábil do investimento detido pela Amdocs Brasil na Sociedade pelos ativos e passivos que compõem o acervo líquido a ser incorporado; e **(vi)** nos termos do Protocolo de Incorporação, foi consignado que, com a incorporação da Sociedade e a sua consequente extinção, a Amdocs Brasil será a sucessora legal da Sociedade, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações. Na condição de sucessora da Sociedade, a Amdocs Brasil, por sua administração, praticará todos os atos complementares e/ou decorrentes da incorporação aprovada, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, transcrições, averbações ou comunicações que se fizerem necessários de modo a aperfeiçoar as operações acima. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. SP, 31/10/2021. **Amdocs (Brasil) Ltda.**, p. Luiz Cezar Giacomazi. **JUCESP** - 71.332/22-4 em 09/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

REC SS Santo André Empreendimentos P.A.

CNPJ/MF nº 14.783.639/0001-03

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	939	908	Fornecedores	54	67
Contas a receber	54	76	Obrigações tributárias	152	111
Créditos diversos	4	8	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	82
Total do ativo circulante	**997**	**992**	Adiantamento de clientes	72	58
			Valores a pagar para partes relacionadas	155	506
Não circulante			Dividendos a pagar	255	251
Imobilizado	39	44	**Total do passivo circulante**	**701**	**1.075**
Propriedade para investimento	21.977	22.253	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	**22.016**	**22.297**	Capital social	22.192	22.192
			Reserva legal	120	22
				22.312	**22.214**
Total do ativo	**23.013**	**23.289**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**23.013**	**23.289**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.527**	**–**	**(6.311)**	**22.216**
Redução de capital	(6.335)	–	5.935	(400)
Lucro líquido do exercício	–	–	813	813
Reserva Legal	–	22	(22)	–
Dividendos mínimos	–	–	(104)	(104)
Dividendos adicionais	–	–	(311)	(311)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**22.192**	**22**	**–**	**22.214**
Lucro líquido do exercício	–	–	1.960	1.960
Reserva Legal	–	98	(98)	–
Dividendos mínimos	–	–	(466)	(466)
Dividendos adicionais	–	–	(1.396)	(1.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**22.192**	**120**	**–**	**22.312**

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Receita operacional líquida	**4.319**	**3.294**
Custos da operação	**(901)**	**(1.154)**
Lucro bruto	**3.418**	**2.140**
Despesas operacionais		
Despesa com ocupação	(45)	(25)
Despesa com pessoal	(376)	(370)
Despesas Gerais e Administrativas	(518)	(374)
Despesas Tributárias	(1)	(1)
Outras despesas	–	(155)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2.478**	**1.215**
Resultado financeiro líquido	**(32)**	**(41)**
Receitas financeiras	41	27
Despesas financeiras	(73)	(68)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.446**	**1.174**
Impostos IRPJ e CSLL	(486)	(361)
Lucro líquido do exercício	**1.960**	**813**

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.960	813
Outros resultados abrangentes		–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**1.960**	**813**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL	**2.446**	**1.174**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	307	307
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	76	156
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(54)	(129)
Créditos diversos	4	3
Fornecedores	(13)	66
Obrigações tributárias	6	5
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(69)	82
Adiantamento de clientes	14	46
Valores a pagar para partes relacionadas	(351)	126
Impostos de renda e contribuição social pagos	(451)	(356)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.915**	**1.480**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(7)	(19)
Adições de propriedade para investimento	(19)	(159)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(26)**	**(178)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	–	(400)
Distribuição de dividendos	(1.858)	(163)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(1.858)**	**(563)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**31**	**739**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	908	169
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	939	908
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**31**	**739**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de setembro de 2011, na forma de sociedade anônima de capital fechado. Em 30 de maio de 2020 a Companhia alterou sua razão social de MF SS Santo André Locação de Espaço S.A. para REC SS Santo André Empreendimentos S.A., cujo o endereço da sede é na Avenida Dom Pedro II nº 1.392, na cidade de Santo André - SP, Brasil. A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de Self-storage; (ii) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage, em um empreendimento imobiliário. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividadesdurante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises críticas de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 18 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor

José Antonio Bom Silva
Contador CRC 1SP 264.151-04

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da REC SS Santo André Empreendimentos S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Santo André Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC UCP Nações Unidas Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Queroda
CRC 1SP 294.059/O-8

Dólar fecha em R$ 4,66 e alcança menor valor em dois anos

Em mais um dia de alívio no mercado financeiro, o dólar começou o mês de abril com forte queda e fechou abaixo de R$ 4,70 pela primeira vez em dois anos. A bolsa de valores ultrapassou os 121 mil pontos e atingiu o nível mais alto em quase oito meses.

O dólar comercial encerrou a sexta-feira (1º) vendido a R$ 4,667, com queda de R$ 0,094 (-1,97%). A cotação operou em baixa durante toda a sessão e caiu ainda mais perto do fim das negociações.

A moeda norte-americana está no menor valor desde 10 de março de 2020, véspera de a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a pandemia de covid-19. Com o desempenho de hoje, o dólar encerra a semana com recuo de 1,97%, a quinta semana seguida de baixa. Em 2022, a divisa acumula queda de 16,3% em 2022.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela euforia. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 121.570 pontos, com alta de 1,31%. Impulsionado por ações de mineradoras e de empresas varejistas, o indicador está no maior nível desde 11 de agosto do ano passado.

No plano internacional, a divulgação de que a taxa de desemprego nos Estados Unidos caiu para 3,6% em março e atingiu o menor nível desde fevereiro de 2020, antes da pandemia de covid-19, animou os investidores. Isso porque a criação de 431 mil postos de trabalho veio abaixo do esperado pelo mercado, o que reduz espaço para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) aumente os juros em 0,5 ponto percentual na próxima reunião. (Agencia Brasil)

REC UCP Nações Unidas Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 14.966.564/0001-98

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.065	998	Fornecedores		65	29
Contas a receber	4	515	370	Valores a pagar para partes relacionadas	6	107	136
Créditos diversos		-	11	Obrigações tributárias		178	164
Tributos a Recuperar		6	5	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	116
Valores a receber de partes relacionadas	6	901	767	Adiantamento de clientes	7	48	48
Despesas Antecipadas		34	-	Dividendos a pagar	8c	2.116	1.009
Total do ativo circulante		**2.520**	**2.151**	Outras contas a pagar		382	-
				Total do passivo circulante		**2.897**	**1.503**
Não circulante				**Não circulante**			
Contas a receber .	4	130	-	Impostos diferidos		-	41
Imobilizado		1.554	211	Total do passivo não circulante		-	**41**
Propriedade para investimento	5	32.898	33.189	**Patrimônio líquido**			
Total do ativo não circulante		**34.582**	**33.400**	Capital social	8.a	26.459	26.459
Total do ativo		**37.102**	**35.551**	Reserva Legal	8.b	450	253
				Reserva de Lucros		7.296	7.296
				Total do patrimônio líquido		**34.205**	**34.008**
				Total do passivo e patrimônio líquido		**37.102**	**35.551**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**25.209**	**118**	**7.296**	**1.250**	**-**	**33.873**
Aumento de capital		1.250	-	-	(1.250)	-	-
Lucro líquido do exercício	7.b	-	-	-	-	2.697	-
Reserva Legal		-	135	-	-	(135)	135
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	(640)	-
Dividendos Adicionais		-	-	-	-	(1.921)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**26.459**	**253**	**7.296**	**-**	**-**	**34.007**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.942	-
Reserva Legal	8.b	-	197	-	-	(197)	197
Dividendos Mínimos Obrigatórios	8.c	-	-	-	-	(936)	-
Dividendos Ações Preferencias	8.c	-	-	-	-	(1.696)	-
Dividendos Adicionais	8.c	-	-	-	-	(1.112)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8**	**26.459**	**450**	**7.296**	**-**	**-**	**34.205**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	**10**	**5.606**	**4.856**
Custo de Operação	**11**	**(925)**	**(639)**
Lucro bruto		**4.681**	**4.217**
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(145)	(357)
Despesas gerais e administrativas	12	(118)	(225)
Depreciação e amortização		-	(2)
Despesas tributárias		(2)	(47)
Despesas comerciais		-	(16)
Outras receitas/despesas		73	(260)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**4.490**	**3.310**
Resultado financeiro líquido		**3**	**(88)**
Receitas financeiras		6	9
Despesas financeiras		(3)	(97)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**4.492**	**3.222**
Impostos IRPJ e CSLL diferidos		41	-
Impostos IRPJ e CSLL	13	(592)	(525)
Lucro dos exercícios		**3.942**	**2.697**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Lucros dos exercícios	3.942	2.697
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**3.942**	**2.697**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.492	3.222
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa		
Depreciação e amortização	378	307
Provisão para participação nos Lucros	(36)	116
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(220)	230
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(55)	(276)
Créditos Diversos	11	(11)
Valores a receber de partes relacionadas	(134)	(767)
Tributos a Recuperar	(1)	(5)
Despesas Antecipadas	(33)	-
Fornecedores	36	(123)
Valores a pagar para partes relacionadas	(29)	136
Obrigações tributárias	(1.143)	(820)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(80)	-
Adiantamento de clientes	-	48
Outras contas a pagar	382	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	565	265
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**4.133**	**2.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(1.398)	(217)
Adições de propriedade para investimento	(32)	(434)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(1.430)**	**(651)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de Dividendos	(2.636)	(1.553)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamento	**(2.636)**	**(1.553)**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**67**	**118**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	998	880
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.065	998
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**67**	**118**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 15 de dezembro de 2011, na forma de sociedade empresária limitada e sociedade anônima de capital fechado, com domicílio na Avenida das Nações Unidas, nº 21.476, Vila Almeida, cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 567 2 a 8 de abril de 2022

Importados

Novos SUV's Mercedes-AMG

Os mais recentes integrantes da família Mercedes-AMG GLA 35 4MATIC e GLB 35 4MATIC começam a desembarcar no país. Os dois novos modelos, inéditos nos seus segmentos, completam o portfólio da marca, entregando ainda mais exclusividade, esportividade e alta performance para públicos diferentes.

O novo GLA 35 4MATIC busca atender ao cliente que deseja alta esportividade, design dinâmico e compacto, podendo ser usado tanto na cidade com em rápidas viagens, seja sozinho ou com os amigos. Já o GLB 35 4MATIC foi criado para atender as famílias que precisam de espaço para 7 ocupantes e bagagem, e mesmo assim querem mais performance.

O design frontal de ambos os modelos possui características inconfundíveis e distintas. A grade do radiador específica da AMG realça o DNA da marca. Outros recursos de design incluem o acabamento das lâminas nas entradas de ar externas e os acabamentos em preto brilhante. Na lateral, o maior destaque vai para as grandes rodas de liga leve de 21 polegadas com desenho multi-raios e acabamento de alto brilho, além dos painéis das portas com inserções em preto brilhante. A traseira dos novos modelos é marcada por uma saia aerodinâmica, um novo difusor, um spoiler AMG no teto e duas saídas de escape redondas à esquerda e à direita. As lanternas traseiras são divididas em duas seções e dão amplitude à traseira. Com elementos de design em preto brilhante e ponteiras de escape pretas, o Pacote AMG Night AMG garante uma aparência ainda mais individual.

No interior, o ambiente high-tech é complementado pelos displays totalmente digitais. Os toques característicos incluem o estofamento do assento em Artico/microfibra Dinamica em preto com costuras contrastantes em vermelho e cintos de segurança vermelhos. O acabamento interno com design de fibra de carbono e as saídas de ar com aro vermelho são outros destaques. A combinação de design esportivo e detalhes sofisticados também é destaque no sistema de infoentretenimento Mercedes-Benz User Experience (MBUX) com seu inovador conceito de operação e exibição. Apresentações atraentes destacam a estrutura de controle clara e apresentam gráficos 3D brilhantes de resolução máxima. Visualmente, os dois monitores de 10,2 polegadas sob uma cobertura de vidro compartilhada se misturam em um cockpit widescreen e, como elemento central, enfatizam a orientação horizontal do design de interiores. Seja operado via touchpad, com as teclas sensíveis ao toque no volante, por comando de voz ou touchscreen, o conceito de interatividade do MBUX é ser versátil e intuitivo. Graças ao inovador comando de voz – ativado com a palavra-chave "Oi, Mercedes" – o software reconhece e entende grande parte dos comandos principais no sistema de infoentretenimento e do veículo. Um grande aspecto de diferenciação entre os modelos é que o GLB 35 é equipado com a terceira fileira de assentos, ampliando para 7 o número de ocupantes (o GLA 35 possui capacidade para 5 ocupantes). O espaço para bagagem também se amplia de 435 litros no GLA para 570 litros no GLB, podendo ser expansível para até 1.805 litros.

O painel de instrumentos pode ser exibido em três estilos: "Classic", "Sport" e "Supersport". O modo "Supersport" é particularmente marcante com um conta-giros redondo central e informações adicionais apresentadas em forma de barras à esquerda e à direita do conta-giros e com uma perspectiva tridimensional. Por meio do menu AMG o condutor pode acessar vários displays especiais, como "Warm-up", "Set-up", "G-Force" e "Engine Data". O console central com acabamento em visual de fibra de carbono e touchpad possui teclas adicionais que controlam as funções ESP® de 3 estágios, modo de transmissão manual e a suspensão AMG Ride Control com amortecimento ajustável de forma adaptável.

Novo volante AMG

O volante esportivo AMG Performance multifuncional em couro napa garante ergonomia de primeira classe e operação intuitiva. O aro do volante com base reta, couro perfurado na área de contato e costuras contrastantes em vermelho é único. As borboletas de mudança de velocidades do volante galvanizadas permitem um estilo de condução ainda mais esportivo com operações de troca de marchas em modo manual. As teclas especiais AMG permitem uma operação rápida e segura de funções dinâmicas específicas – para um estilo de condução focado e orientado para o alto desempenho. Os pedais esportivos de aço inoxidável escovado transmitem uma aparência e funcionalidade de carros de corrida. Os acabamentos em borracha garantem aderência extra e os tapetes pretos com logotipo AMG e uma borda em couro nobuck enfatizam a marca.

O motor turbo de quatro cilindros de 2,0 litros tem uma resposta imediata aos comandos do pedal do acelerador, alta potência de tração (torque máximo de 400 Nm a partir de 3000 rpm) e uma resposta extremamente rápida do motor. Os altos padrões tecnológicos do novo motor de quatro cilindros também são ressaltados por inúmeras medidas para o aumento de eficiência, como o comando de válvulas variável Camtronic, gerenciamento térmico inteligente para líquido refri-

gerante e óleo, injetores piezoelétricos de alta precisão e ignição multifaísca.

A transmissão de dupla embreagem AMG SPEEDSHIFT DCT 8G, que já equipa outros como o Mercedes-AMG CLA 45 S 4MATIC, também contribui para o caráter ágil e dinâmico dos novos GLA 35 4MATIC e GLB 35 4MATIC. As relações de transmissão foram configuradas para que o condutor experimente uma aceleração muito imediata em qualquer situação, combinada com tempos de troca rápidos e conexões ideais durante as trocas de marcha. A função RACE-START permite a aceleração máxima e é uma experiência altamente motivacional. As funções da transmissão AMG SPEEDSHIFT DCT 8G são completadas com um modo "M" temporário ativado acionando as borboletas do volante em qualquer modo de direção e com o modo de transmissão manual "M" para trocas de marchas manuais no volante.

A tração variável AMG Performance 4MATIC combina a melhor tração possível com muito prazer de condução. A distribuição de torque é infinitamente variável e o espectro varia de apenas tração dianteira a uma distribuição de 50:50 para os eixos dianteiro e traseiro. Uma embreagem multidisco integrada ao diferencial do eixo traseiro é responsável pela distribuição variável do torque entre os eixos dianteiro e traseiro. Enquanto o ESP® estiver ativado, o sistema 4MATIC permanece no modo "Comfort". Assim que o condutor pressiona a tecla "ESP® SPORT Handling" ou "ESP® OFF", o sistema 4MATIC muda para o modo "Sport" – exigindo mais controle de direção do motorista, pois algumas funções automáticas de estabilidades são desligadas.

Os cinco programas de condução AMG Dynamic Select "Slippery", "Comfort", "Sport", "Sport +" e "Individual" permitem uma ampla gama de características do veículo, de confortável a dinâmica. Eles alteram parâmetros relevantes, como a resposta do motor e da transmissão. Ambos são equipados com o AMG Dynamics: este sistema de controle dinâmico amplia as funções estabilizadoras do ESP com intervenções que melhoram a agilidade de acordo com os desejos do condutor. Durante curvas dinâmicas, por exemplo, uma intervenção de frenagem imperceptível na roda traseira interna cria um momento de guinada definido em torno do eixo vertical.

Suspensão AMG Ride Control com componentes específicos

A suspensão AMG Ride Control é ajustada para altas velocidades nas curvas com baixa tendência a rolar. Isso permite que o potencial dinâmico seja totalmente aproveitado. No eixo dianteiro ele conta com uma suspensão McPherson, com um braço de controle transversal abaixo do centro da roda, um suporte de suspensão e um tirante. A geometria especial do eixo reduz o torque de direção – para alto conforto e agilidade. O braço transversal de alumínio reduz as massas não suspensas, permitindo uma resposta mais sensível das molas. A manga de eixo dianteira específica da AMG possui uma pinça de freio aparafusada radialmente – uma tecnologia originária do automobilismo de competição. O eixo traseiro de quatro braços é conectado rigidamente à carroceria por meio de um suporte do eixo traseiro. Três braços de controle transversais e um braço de arrasto são usados em cada roda traseira, uma combinação que garante a máxima estabilidade e agilidade de direção. O sistema de amortecimento adaptativo AMG RIDE CONTROL permite que o condutor escolha entre três modos de controle de suspensão diferentes, seja com foco no conforto ou em mais esportividade. O sistema funciona de forma totalmente automática, adaptando as forças de amortecimento de cada roda de acordo com a situação de condução e as condições da estrada.

O eixo dianteiro está equipado com pinças fixas monobloco de 4 pistões e discos de freio de 350 milímetros e o eixo traseiro com pinças deslizantes de 1 pistão e discos de freio de 330 milímetros. Os discos são ventilados internamente e perfurados para melhor dissipar o calor e evitar o desgaste do freio, mesmo com uso extremo. As pinças de freio pintadas de prata têm logo AMG em preto.

O sistema de escapamento AMG confirma o caráter esportivo e adaptável do novo modelo. Dependendo da escolha do modo de condução, a assinatura sonora varia de emotiva (Sport e Sport+) a discreta (Slippery e Comfort). As características sonoras são controladas por um flap de gases de escape, dependendo da rotação e da carga do motor.

Principais equipamentos de série

Mercedes-AMG GLA 35 4MATIC: Ar-condicionado Thermotronic; Assentos dianteiros revestidos em Artico/Dinamica, esportivos, elétricos (inclui ajuste lombar) e memória; Assistente de distância ativa Distronic; Assistente de estacionamento com Parktronic e câmera de ré; Faróis Full LED; Keyless-Go (Fechamento da tampa do porta-malas e Função partida sem chaves); MBUX com integração para smartphones (Apple CarPlay/Android Auto); Pacote de iluminação interior; Retrovisores externos rebatível eletricamente e função antiofuscante; Teto solar panorâmico.

Mercedes-AMG GLB 35 4MATIC (equipamentos adicionais ao GLA 35 4MATIC): Terceira fileira de assentos.

Os novos Mercedes-AMG GLA 35 4MATIC e Mercedes-AMG GLB 35 4MATIC já podem ser encomendados em todos os concessionários da marca Mercedes-Benz no país, ao preço público sugerido de R$ 494.900 e R$ 504.900, respectivamente.

Motos

Salão do Scooter em outubro

O Salão do Scooter / Urban Mobility vai estrear no segundo semestre, entre os dias 13 e 16 de outubro deste ano. A ideia é permitir a realização com mais segurança para o público presente, com menos restrições sanitárias e com mais tempo para a organização e planejamento.

A comissão organizadora se reuniu com expositores e patrocinadores e decidiu por remarcar a data, inicialmente em meados de maio, para outubro de 2022. O público só tem a ganhar com a mudança, pois até lá são esperados lançamentos e a apresentação de novos modelos no país, reunindo em um só evento, as sempre tão desejadas novidades.

São esperados 50 mil visitantes ao longo dos quatro dias de exposição. O público terá diversas atividades à disposição, como apresentação de lançamentos e novas tecnologias, exposição de scooters e estandes para venda de produtos e serviços.

Além disso, contará com local dedicado exclusivamente para test ride, com aulas e treinamento de condução com segurança, para iniciantes e com dicas mesmo para pilotos experientes. Ressaltando que este

será um evento híbrido, combinado com uma plataforma digital – a Fidigital – que abrigará uma loja virtual e uma feira online. Nela, os expositores poderão apresentar seus produtos e realizar vendas diretamente aos consumidores.

Serviço: Salão do Scooter / Urban Mobility

De 13 a 16 de outubro de 2022

Pavilhão de Exposições do "novo" Anhembi

Av. Olavo Fontoura, 1209 - Santana - São Paulo

Saiba mais: salaodoscooter.com.br

Nacionais

Fiat Mobi 2023 chega com novidades

O Fiat Mobi, único hatch de entrada capaz de rodar mais de 700 km com um tanque de combustível, ficou ainda mais moderno na linha 2023 com a oferta do controle de estabilidade, controle de tração e assistente de partida em rampa em todas as versões. O modelo começou a ser vendido a partir de R$ 61.990.

A opção de inclusão do ESC é um novo marco para a Fiat: pela primeira vez na história da empresa, todos os seus modelos podem ser equipados com esses equipamentos de segurança. Os controles de estabilidade e tração coletam informações de sensores para identificar situações que podem ocasionar a perda da direção do veículo. Quando isso acontece, o ESC + ASR atuam no freio de uma ou mais rodas para que o condutor mantenha a trajetória do Mobi mesmo nas condições mais diversas. Esse recurso reforça ainda mais a segurança do subcompacto da Fiat, que já vinha de fábrica com freios ABS, airbag duplo e fixação Isofix para cadeirinhas de bebês e crianças no banco traseiro.

Vinculado ao ESC, o assistente de partida em rampa (Hill Holder) facilita saídas em semáforos mesmo nas ruas mais íngremes. Ao detectar que o Mobi está em uma via inclinada, os freios são mantidos acionados por alguns segundos mesmo quando o pedal é solto. Isso permite que o condutor retome a marcha do carro com mais facilidade, sem risco de o carro descer para trás. O assistente atua da mesma maneira em manobras de ré, simplificando balizas em ladeiras.

O ESC é ofertado como opcional nas versões Like e Trekking, ampliando ainda mais o pacote de equipamentos do modelo. Todas as versões vêm de série com ar-condicionado, direção assistida, travas e vidros elétricos dianteiros, sensor de pressão dos pneus, airbag duplo e freios ABS com EBD. É possível incluir retrovisores elétricos, alarme, volante multifuncional com regulagem de altura e rodas de liga leve, além do exclusivo sistema multimídia UConnect, uma das centrais mais completas, intuitivas e práticas

do mercado, item de série a versão topo de gama Trekking.

Com tela de 7 polegadas, ele é o único do segmento a oferecer conexão Android Auto e Apple Carplay sem fio, ampliando a comodidade do motorista e permitindo que os passageiros usem a entrada USB para carregar seus smartphones. Outra comodidade exclusiva é o controle do sistema de som por meio de botões no volante multifuncional, permitindo que o motorista não precise tirar as mãos da direção.

O Mobi oferece conforto, acabamento diferenciado e mais espaço para os ocupantes do que seu principal concorrente. O modelo da Fiat dispõe de ajuste do banco do motorista, 965 mm de espaço para cabeça do motorista e 1.340 mm entre os ombros dos passageiros.

O Mobi também apresenta um comportamento superior ao rodar, pois conta com barra estabilizadora na suspensão dianteira, combinada aos amortecedores de curso mais longo e molas de carga maior. Isso faz com que a carroceria role menos que o concorrente. O modelo da Fiat entrega ainda maior força de tração nas rodas em primeira, segunda, terceira e quarta marchas, inclusive quando em ré. Entre outras vantagens, o Mobi vence ladeiras mais facilmente e de forma mais segura.

O consumo de combustível é outro atributo. O conhecido motor Fire recebeu evoluções tecnológicas em 2022 para melhorar ainda mais sua eficiência. Ele pode rodar até 15 km/l com gasolina, segundo o Programa de Etiquetagem Veicular. Essa eficiência é combinada com o maior tanque de combustível do segmento, de 47 litros, permitindo que o Mobi rode até 705 km sem precisar reabastecer.

Com cinco opções de cores, sendo uma delas a novíssima Cinza Strato (exclusiva para a versão Trekking, que estreou no SUV Pulse), o Mobi 2023 apresenta novos grafismos nos adesivos do capô, laterais e traseira, atualizando seu visual moderno. A dose extra de estilo e jovialidade vem com as barras longitudinais de teto, que ampliam a altura e deixam o carro mais imponente; teto bicolor; calotas escurecidas com desenho exclusivo; retrovisores com pintura "black piano"; maçanetas na cor da carroceria e tecidos exclusivos com costura laranja.

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

V.B. PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ 22.575.279/0001-74 - NIRE 35300478355

Extrato Ata da Assembleia Geral Extraordinária

21/02/2022, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensado a convocações. Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Vilmer Baldan; Secretária: Maria Cristina Baldan Cavichia. **Deliberações: a)** aprovam a antecipação de distribuição antecipada de dividendos, nos termos propostos pela Diretoria, a ser realizada em 22/02/2022. **Encerramento:** Foram encerrados os trabalhos. **Jucesp** nº 147.773/22-2 em sessão de 23/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Companhia Aberta - NIRE 35.300.340.949 - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Março de 2022

Data, Hora, Local: 10.03.2022, às 08 horas, na sede social, Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Daniel Monteiro Coelho De Magalhães, Presidente; Andressa Maciel Scerni, Secretária. **Deliberações Aprovadas: 1.** No item (i) em relação à RCA de março, registrada na JUCESP sob o nº 170.414/21-8 em 15.04.2021, os Srs. Conselheiros deliberaram, pela rerratificação da referida ata a fim de deixar explícito que a autorização para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA até R$ 80.000.000.000,00 refere-se tanto a ofertas públicas com amplos esforços de colocação, conforme rito da Instrução CVM 400/03 quanto para ações com esforços restritos de acordo com o rito da Instrução CVM 476/09. **2.** Em relação ao item (ii) os Srs. Conselheiros deliberaram, ratificar as demais deliberações tomadas na supracitada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 04.03.2021. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 10.03.2021. Mesa: Daniel Monteiro Coelho De Magalhães - Presidente, Andressa Maciel Scerni - Secretária. Conselheiros: Ivo Vel Kos, Ivan Ferrucio Reche da Silva Filgueiras, Daniel Monteiro Coelho De Magalhães. JUCESP nº 161.134/22-1 em 29.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arcadis Logos S.A.

CNPJ nº 07.939.296/0001-50 NIRE 35.300.393.996

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, Realizada em 16/02/2022.

16/02/2022, às 11h, na sede social. **Convocação:** dispensada, presença de todos os acionistas. **Mesa**: Karin Marangoni Ferrara Formigoni - **Presidente,** e Carla Casagrande Ribeiro - **Secretária**. **Deliberações: (i)** alteração do cargo do Sr. **Rodrigo Braga Santini**, do atual cargo de Diretor Executivo sem designação específica, para o cargo de Diretor de Operações a partir de 1º/02/2022. Adicionalmente, os acionistas resolvem ratificar a reeleição dos demais atuais membros da Diretoria, cujos mandatos se estenderão até a data da realização da AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2021, a saber: Diretora Geral e Diretora de Operações a partir de 1º/02/2022. Adicionalmente, Diretora Jurídica e de Compliance, **Carla Casagrande Ribeiro**, Diretor Comercial Geral e Diretor Comercial de Negócios, **José Carlos de Souza e Castro Valsecchi**, Diretor Financeiro, **Ralph Barnard Alves da Mata**, Diretora Executiva sem designação específica; **Sandra Elisa Favorito Raimo**, e Diretor de Operações: **Rodrigo Braga Santini**. **Encerramento**: Nada mais. SP, 16/02/2022. Carla Casagrande Ribeiro - Secretária. **JUCESP** - 110.067/22-8 em 23/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ALPHAVILLE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME: 16.811.931/001-00 - NIRE: 35.300.442.296

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Alphaville S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") que será realizada no **dia 30 de abril de 2022, as 9h00**, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital** nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), com participação por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams, com a possibilidade de envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(2)** definir o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia; **(3)** deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; **(4)** deliberar acerca da proposta para concessão da dispensa do requisito previsto no artigo 147, §3º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") em relação ao candidato Diego Siqueira Santos; **(5)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(6)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social de 2022. **Informações Gerais:** O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos do artigo 126 da Lei da S.A. Os acionistas, além de exibirem documentos hábeis de identificação, deverão apresentar, na hipótese de representação por procuração, instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante, na forma detalhada no Manual de Participação na Assembleia. Em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e ao artigo 4º da Instrução ICVM 481, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requerição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Informa ainda que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. **Participação de forma digital, através do sistema eletrônico *Microsoft Teams*:** De acordo com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM 481, a Assembleia será realizada de forma **exclusivamente digital**, através do sistema eletrônico ***Microsoft Teams***, com a utilização de áudio e vídeo, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser via ***Microsoft Teams***, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na Assembleia (caso em que, se o acionista tiver enviado o boletim de voto a distância, as instruções de voto anteriormente enviadas serão desconsideradas). Além disso, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância ("Boletim"). Os acionistas, representantes legais ou procuradores ("Participantes") que desejarem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão efetuar o seu cadastro até o dia **28 de abril de 2022 (inclusive)**, mediante o envio de um e-mail para ri@alphaville.com.br com o seguinte título "Cadastro para participação na AGO 2022", juntamente com o envio da documentação necessária, conforme indicado abaixo. Para fins de cadastro, os Acionistas deverão enviar: (i) acionistas pessoa física: documento de identificação com foto; (ii) acionistas pessoa jurídica: cópias do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor (conforme o caso), além da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Os Participantes deverão consultar o Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, à participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia através do sistema eletrônico deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 28 de abril de 2022. Nos termos do artigo 5º, §3º, da ICVM 481, não será admitido o acesso ao Microsoft Teams dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM 481. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. **Boletim de Voto a Distância:** O Acionista que optar por exercer seu direito de voto através do Boletim poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), transmitir as instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; ou (iii) preencher o Boletim e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma digital ou física, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos abaixo. Nos termos do artigo 21-B da ICVM 481, o Boletim, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Alphaville em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até **23 de abril de 2022 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador, inclusive em razão de não se tratar de dia útil. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos listados acima, conforme aplicáveis, de forma exclusivamente digital, ao endereço eletrônico ri@alphaville.com.br, com o seguinte título: "Boletim de Voto a Distância AGO 2022". Caso o Acionista opte pelo envio do Boletim diretamente à Companhia de forma física, deverá fazê-lo na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. Não obstante a possibilidade do envio do Boletim e demais documentos de forma física, a Companhia solicita aos acionistas que desejarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que, na medida do possível, adotem a forma digital de envio, conforme indicado acima. O Boletim encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Alphaville (www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e na sede da Companhia. Solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481, bem como as orientações e prazos constantes no Manual de Participação na Assembleia para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o Boletim, caso enviado diretamente à Companhia.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Ricardo Leonel Scavazza - Presidente do Conselho de Administração

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE

GODOY SEGURANÇA

Alarmes
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Pronta Resposta
Cerca Elétrica
Manutenção
Controle de acesso

Contato
(11) 3294.8920
(11) 94033.9915
godoyseguranca2015@gmail.com

jornalodiasp@terra.com.br

Viaduto 9 de julho, 180
CEP: 01050-060
3258-1822

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

NIRE 35.300.340.949 - CNPJ: 08.769.451/0001-08

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2022

Data, Hora, Local: 03.03.2022, às 10 horas na sede social, Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Daniel Monteiro Coelho De Magalhães, Presidente; Andressa Maciel Scerni, Secretária. **Deliberações Aprovadas: 1.** a alteração da forma de representação da Companhia, com a consequente alteração do § 3º e inclusão do § 4º do art. 15 do Estatuto Social e renumerando os demais itens, para refletir a referida aprovação, que passará a vigorar com a seguinte redação: *Artigo 15: A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 7 Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Relação com os Investidores, 1 Diretor de Operações, 1 Diretor de Gente e Inovação, 1 Diretor de Tecnologia e 1 Diretor de Compliance, sendo permitindo o acúmulo de funções pelo (s) Diretor(es), salvo pelo Diretor de Compliance que não poderá acumular funções. § 1º – Os Diretores eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura de seus respectivos termos de posse. § 2º – Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. § 3º – A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, competirá ao (i) Diretor Presidente em conjunto com qualquer 1 Diretor, (ii) quaisquer 2 Diretores, em conjunto, (iii) qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou ainda (iv) 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B, observado o disposto abaixo: (a) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia cujo valor esteja acima de R$ 50.000.000,00 incumbirão e serão obrigatoriamente praticados pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor; (b) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 10.000.000,00 e até o limite de R$ 50.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por quaisquer 2 Diretores em conjunto; (c) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 1.000.000,00 e até o limite de R$ 10.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador; (d) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou por qualquer 1 Procurador de Classe A em conjunto com qualquer 1 Procurador de Classe B. § 4º – Independentemente dos limites de representação acima estipulados, a representação da Companhia (i) perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria da Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a Bolsa de Valores, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, ou quaisquer outros órgãos públicos em geral, federais, estaduais ou municipais, das demais instituições públicas ou privadas; (ii) para fins de liberação de garantias outorgadas em favor da Companhia, inclusive garantias que recaiam sobre imóveis (fais como hipoteca ou alienação fiduciária), bem como (iii) em todos e quaisquer documentos relacionados à emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, poderá ser realizada por quaisquer 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou por 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B. § 5º – Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada na forma do subitem "(i)" do § 3º do presente Artigo, devendo as procurações conter prazo de validade não superior a 1 ano, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição específica dos poderes conferidos. Os Diretores deverão manter na sede social uma relação atualizada das procurações em vigor outorgadas pela Companhia. § 6º – Compete a Diretoria o levantamento do balanço geral, das demonstrações de resultado e dos relatórios da administração, bem como a submissão de tais informações para manifestação e aprovação pela Assembleia Geral. § 7º – As Reuniões da Diretoria serão consideradas validamente instaladas na presença de todos os Diretores eleitos, caso em que, independerá de convocação. § 8º – As deliberações das Reuniões da Diretoria serão tomadas pela maioria dos votos dos Diretores e serão registradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. § 9º – Quaisquer atos estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia praticados por qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia, como, por exemplo, outorga de avais, fianças, endossos e outras garantias, deverão ser previamente autorizados pela Assembleia Geral, sob pena de nulidade absoluta. § 10º – A remuneração global dos Diretores será estabelecida na reunião de Conselho de Administração que os eleger.* **2.** Consolidação do estatuto social da Companhia e a autorização, à administração da Companhia, para a prática de todos os atos, registros e publicações necessários, e as demais medidas que se fizerem indispensáveis para implementar o quanto deliberado na presente assembleia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 03.02.2022. Daniel Monteiro Coelho De Magalhães - Presidente, Andressa Maciel Scerni - Secretária. **Acionista presente:** Virgo Holding S.A. JUCESP nº 156.228/22-1 em 23.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Nova lei prevê prisão para servidor que destratar vítima de violência

A partir da sexta-feira (1º), o servidor que submeter vítimas ou testemunhas de crimes violentos a constrangimentos desnecessários pode pegar até um ano de cadeia, além de multa. A previsão consta na lei de violência institucional, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Pela nova legislação, comete o crime de violência institucional, um tipo de abuso de autoridade, todo servidor que "submeter qualquer vítima de infração ou testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que as levem a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de estigmatização e sofrimento".

A nova lei foi aprovada pelo Senado no último dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Ao votar, a relatora, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), frisou que a legislação foi motivada pela repercussão do caso Mariana Ferrer, uma vítima de violência sexual em Santa Catarina que foi humilhada pelo advogado do acusado durante audiência, sem que houvesse intervenção do juiz ou do promotor.

O texto da nova lei prevê punição ainda para a revitimização, que é quando o agente público intimida a vítima ou testemunha de crime violento. Nesse caso, a pena poderá será aplicada em dobro ao servidor.

Se o servidor não intervir diante de uma intimidação feita por terceiros – como um advogado durante um julgamento, por exemplo – a pena pode ser acrescida de dois terços. (Agencia Brasil)

Prova de vida por meio digital foi feita por mais de 300 mil pessoas

Desde maio de 2021 mais de 300 mil aposentados, pensionistas do serviço público federal e anistiados políticos recorreram a canais digitais para comprovar, remotamente, que estão vivos e, portanto, fazem jus aos benefícios previdenciários que recebem da União.

Para o Ministério da Economia, o resultado indica a boa aceitação das tecnologias adotadas para facilitar a vida de quem, antes, precisava se deslocar até uma agência bancária para se submeter à chamada prova de vida, procedimento pelo qual cerca de 720 mil beneficiários têm de passar todos os anos para continuar recebendo seus pagamentos.

A obrigatoriedade desse grupo de pessoas realizarem a prova de vida foi suspensa entre março de 2020 e setembro de 2021, devido à pandemia da covid-19. Com a volta da obrigatoriedade, a partir de 1º de janeiro deste ano, os servidores públicos federais aposentados, pensionistas e anistiados voltaram a seguir o calendário habitual, devendo comprovar que estão vivos no mês em que fazem aniversário.

Uma das opções que aposentados e pensionistas do serviço público federal e anistiados políticos civis da Administração Pública Federal podem utilizar é a Prova de Vida Digital, disponível na plataforma SouGov.br, desenvolvida pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia.

Para fazer a Prova de Vida Digital, o interessado precisa ter sua identificação digital (biometria) cadastrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Com isso e o aplicativo Gov.br instalado em um smartphone, a pessoa pode fazer a validação facial e comprovar, remotamente, que está vivo, seguindo passo a passo as instruções fornecidas pelo próprio aplicativo.

No SouGov.br também é possível acompanhar a situação da prova de vida, obter o comprovante e receber notificações de prazos.

Outra ferramenta que, de acordo com o Ministério da Economia, tem facilitado a vida do público-alvo da Prova de Vida da Administração Pública Federal é o Analytics. Disponível desde julho de 2021 para apresentados e pensionistas que têm conta no Banco do Brasil, a ferramenta utiliza ciência de dados para, a partir do cruzamento de uma série de informações, comprovar que o usuário continua vivo.

Quem faz a prova de vida usando o Analytics é informado, via mensagem de SMS, aplicativo de celular, internet ou terminais de autoatendimento do banco, que a comprovação foi realizada e que estará vigente até o próximo período. (Agencia Brasil)

Ministério orienta afetados por greve do INSS a reagendar atendimentos

A greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) chegou, na sexta-feira (1º), ao seu décimo dia, afetando o atendimento aos segurados de ao menos 21 estados, além do Distrito Federal, onde as atividades presenciais estão paralisadas.

Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), parte da categoria aderiu à paralisação nos seguintes estados: Acre; Amapá; Alagoas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Tocantins; Minas Gerais; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Pará; Pernambuco; Paraná; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rondônia; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe e no Distrito Federal. E segue mobilizada nas outras unidades federativas.

Entre as principais reivindicações dos servidores estão a recomposição salarial de 19,99% - referente a perdas inflacionários dos últimos três anos (2019, 2020 e 2021); abertura imediata de negociação; melhoria das condições de trabalho e a realização de concurso público para recomposição da força de trabalho.

Para tentar minimizar os impactos da paralisação, o Ministério do Trabalho e Previdência recomenda que os contribuintes da seguradora pública que deixarem de ser atendidos devido à greve dos servidores usem o aplicativo Meu INSS para remarcar os procedimentos agendados.

Para remarcar o atendimento, o segurado deve acessar o aplicativo disponível no endereço eletrônico. Caso esteja utilizando o serviço pela primeira vez, o interessado deverá cadastrar uma senha de acesso. Depois, basta clicar, sucessivamente, sobre as abas serviços, benefícios, auxílio-doença, perícia e, por fim, em remarcar perícia.

Para evitar prejuízos financeiros aos segurados cuja perícia for impactada pela paralisação dos servidores, o INSS levará em conta a data em que o primeiro atendimento tinha sido originalmente agendado.

Em meio às negociações em torno das reivindicações de seus servidores, o INSS passou, na quinta-feira (31), pela troca de comando da autarquia. Até então presidente do instituto, José Carlos Oliveira assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência.

Servidor público de carreira do INSS há 37 anos, Oliveira deixou a presidência do instituto para substituir o ex-ministro Onyx Lorenzoni, que estava à frente do ministério desde agosto de 2021. Onyx e outros oito ministros de Estado deixaram seus cargos para disputar as próximas eleições. São eles Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos); Tarcísio de Freitas (Infraestrutura); Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia e Inovações); Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional); Tereza Cristina (Agricultura); Flávia Arruda (Secretaria de Governo); João Roma (Cidadania) e Gilson Machado (Turismo). (Agencia Brasil)

Vacinas usadas no Brasil contra covid 19 elevam proteção contra reinfecções

A imunização com as vacinas contra covid-19 utilizadas no Brasil aumenta a proteção mesmo nas pessoas que já tiveram casos da doença previamente, mostra um estudo publicado na quinta-feira (31) na revista Lancet por pesquisadores do projeto Vigivac, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O estudo indica que a vacinação reduz, principalmente, a ocorrência de hospitalizações e óbitos.

Os pesquisadores constataram que a efetividade dos imunizantes contra internação ou morte, 14 ou mais dias após a conclusão do esquema vacinal, foi de 81,3% para a CoronaVac, 89,9% para a AstraZeneca, 57,7% para a Janssen e 89,7% para a Pfizer. Já contra quaisquer casos sintomáticos, foi encontrada uma efetividade de 39,4% para a Coronavac, 56% para a AstraZeneca, 44% para a Janssen e 64,8% para a Pfizer.

"Muitos países recomendam que uma dose é suficiente para indivíduos previamente infectados. Nós constatamos que uma segunda dose de CoronaVac, AstraZeneca e Pfizer garantiu uma proteção adicional significativa contra infecções sintomáticas e casos severos", afirma o artigo, que acrescenta que há uma queda de anticorpos nos nove meses seguintes à recuperação dos pacientes e que uma exposição repetida ao antígeno, por meio da vacinação, é capaz de aumentar a diversidade de anticorpos e a proteção contra variantes.

"Consideradas conjuntamente, essas descobertas podem ajudar a explicar os benefícios adicionais de uma segunda dose entre indivíduos que foram previamente infectados, apesar da resposta imune robusta produzida pela primeira dose".

Para realizar a pesquisa, os cientistas identificaram cerca de 213 mil pessoas com sintomas que realizaram teste RT-PCR ao menos 90 dias após uma infecção inicial pelo coronavírus e também após o início do programa de vacinação. Nesse universo, foram constatadas 30.910 pessoas com casos confirmados de reinfecção pelo SARS-CoV-2.

A análise teve como base os dados nacionais de notificação, hospitalização e vacinação de covid-19, no período de 24 de fevereiro de 2020 a 11 de novembro de 2021, anterior à chegada da variante Ômicron ao Brasil.

O artigo pondera que a metodologia utilizada tem limitações, como a impossibilidade de comparar a efetividade de acordo com a faixa etária, já que a idade média das pessoas analisadas era de 36 anos, com 75% do público em idade inferior a 45 anos.

Outro ponto levantado é que as vacinas foram introduzidas no calendário em períodos diferentes, o que pode fazer com que a efetividade daquelas aplicadas mais cedo saia prejudicada na comparação com as que foram aplicadas mais tarde, uma vez que a imunidade tende a cair com o tempo.

Os pesquisadores também não dispunham de dados sobre qual variante havia causado cada caso, o que também poderia afetar a efetividade, e ponderam ainda que pode haver diferenças na precisão dos testes RT-PCR usados em diferentes partes do país.

A pesquisa contou com financiamento da própria Fiocruz, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da empresa JBS. O trabalho também teve o apoio do Instituto de Saúde Carlos III, do Ministério da Ciência e Inovação da Espanha e do Governo da Catalunha. (Agencia Brasil)

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 42.288.184/0001-87

Relatório de Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Neste período, a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade Linhas 8 e 9" ou "Companhia") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua alavanca no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria continua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de trem. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a exploração do serviço público de transporte de passageiros, compreendendo a ampliação das instalações existentes, e aquisição de material rodante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 - Diamante e Linha 9 - Esmeralda. **1.3. Contrato de Concessão:** A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de Concessão em 30 de junho de 2021. A ON Trilhos - Administração e Participações S.A. ("ON Trilhos"), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do Termo de Início da Operação Comercial das Linhas: 8 - Diamante e 9 - Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022. A ON Trilhos - Administração e Participações S.A. ("ON Trilhos"), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. **Fase Pré-Operacional:** Início-se a partir da assinatura do Contrato (30 de junho de 2021) e tem duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Concessionária para a assunção do Serviço Concedido e lhe transferir a Infraestrutura existente. A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas: • **1º ao 60º dia:** capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de gerenciamento do sistema de gestão e de manutenção, entrega dos projetos, manuais e documentação técnica, constituição do' Comitê de Convivência ("grupo composto por representantes da CMCP, da CPTM e da CONCESSIONÁRIA, responsável por tratar as interfaces inerentes à operação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados, compreendendo a definição de solução precedimental para questões técnicas e de aspectos lecionco-operacionais); • **61º ao 150º dia**: capacitação dos colaboradores da Companhia pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de operação, manutenção e segurança, avaliação do inventário, • **151º ao 210º dia**: operação e manutenção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Concessionária, implantação do modelo estratégico e de plano operacional e de manutenção. Durante esse período não houve remuneração de tarifa. Neste contrato estão previstos os seguintes investimentos obrigatórios por parte da Companhia: • Reforma ou ampliação de 36 estações (Atendimento Normas de Acessibilidade, NRs, AVCB); • Construção da estação Ambuitá; • Readequação do Pátio Presidente Altino; • Construção de 3 novas instalações para a CPTM; • Aquisição de 36 trens novos (288 carros) - Primeiro trem disponível em 18º mês após assinatura do Contrato de Concessão; • Aquisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção; • Infraestrutura de circulação (Via Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização); • Erradicação de quase todas as passagens em nível.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ Mil	2021
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	16.261
(+) Receita de Construção	16.261
(-) Custos e Despesas Operacionais	(30.350)
- Serviços de Terceiros	(3.088)
- Custo com Pessoal	(11.001)
- Custo de Construção	(16.261)
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(42)
EBIT ajustado	**(14.131)**
Margem EBIT ajustada (b)	**0,0%**
EBIT	**(14.131)**
Margem EBIT	**86,90%**
EBITDA (b)	**(14.131)**
Margem EBITDA	**86,90%**
EBITDA ajustado	**(14.131)**
Margem EBITDA ajustada (f)	**0,0%**
Resultado Financeiro Líquido	(60.663)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(74.794)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	25.280
Prejuízo líquido do período	**(49.514)**

Receita Operacional Bruta: A Operação iniciou-se em janeiro de 2022, durante a fase Pré-operacional não houve apuração de receita, sendo o grupo composto substancialmente com a receita de construção. **Custos e Despesas:** Durante o período Pré-operacional os custos de operação foram capitalizados, sendo contabilizados apenas os custos administrativos necessários para o início da operação. **Resultado Financeiro Líquido:** Em junho 2021 foi realizada captação de Debêntures Ponte no montante de R$ 1.600.000, para pagamento da Outorga e Investimentos iniciais. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Não houve apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social devido ao Resultado Negativo, gerando a base Pré-Operacional. **Investimentos:** Em 2021, a Companhia realizou investimentos necessários para iniciar a operação.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Companhia do alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos seus colaboradores, também visando promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A Companhia desenvolveu 20 Jovens Aprendizes e aprovou 63 horas na Modalidade digitais para 2122 colaboradores durante o ano de 2021. **3.3. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e monitorar os riscos e oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica e a cooperação entre uma estrutura para que a sustentabilidade tenha sucesso dorma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Sustentabilidade do Grupo CCR, composto por estabelecer diretrizes que auxiliem o gerenciamento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, sendo responsável por estabelecer as metas e objetivos de sustentabilidade e acompanhar os projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é baseada em estudos internacionais e consagrados que são revisados pelo Comitê de Riscos e de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégias para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais e do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental, são sob conjunto das políticas corporativas e a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Relações Clínicas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR disponibiliza o relatório de avaliação de gestão de sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse http://www.ccrsocial.com.br/sustentabilidade/relatorios. **3.4. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que disseminou 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização multisetorial que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a companhia gera ser longo do tempo, em três diferentes tipos de capitais. **3.5. Instituto CCR:** O Instituto CCR, estabelecido sem fins lucrativos, criado em 2014 e responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em http://www.institutoccr.com.br

4. Considerações Finais: 4.1. Agradecimentos: A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos colaboradores pela dedicação e trabalho fundamentais para a superação dos desafios. **4.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações gerenciais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	6	238.343	Fornecedores		6.906
Contas a receber - partes relacionadas	8	1.219	Fornecedores - partes relacionadas	8	19.517
Tributos a recuperar		2.194	Impostos e contribuições a recolher		289
Despesas antecipadas		532	Obrigações sociais e trabalhistas	12	26.095
Adiantamento a fornecedores		178	Outras contas a pagar		3
Estoques (materiais sobressalentes)		5.158	**Total do passivo circulante**		52.810
Outros créditos		72	**Não circulante**		
Total do ativo circulante		247.696	Debêntures	11	1.657.748
Não circulante			Fornecedores		3
Realizável a longo prazo			Obrigações sociais e trabalhistas	12	198
Impostos diferidos	7b	25.280	**Total do passivo não circulante**		1.657.949
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	2.000	**Patrimônio líquido**		
		25.280	Capital social	13a	66.010
Imobilizado	9	13.580	Prejuízo acumulado		(49.514)
Intangível	10	1.087.006			16.496
Infraestrutura em construção	10	353.650	**Total do passivo e patrimônio líquido**		1.727.255
Total do ativo não circulante		1.479.255			
Total do ativo		1.727.255			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2021
Receita operacional	14	16.261
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção		(16.261)
Serviços		(678)
Pessoal com pessoal		(5.388)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.255)
Operação assistida		6.070
Outros		(981)
		(21.493)
Prejuízo bruto		(5.232)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços		(2.410)
Despesas com pessoal		(5.613)
Materiais, equipamentos e veículos		(482)
Outros		(180)
		(8.685)
Outros resultados operacionais		66
Resultado antes do resultado financeiro		(14.131)
Resultado financeiro	15	(60.663)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(74.794)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		25.280
Prejuízo líquido do período		(49.514)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Prejuízo líquido do período	(49.514)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(49.514)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021
Prejuízo líquido do período	(49.514)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	(49.514)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado (Em milhares de Reais)

	2021
Receitas	16.261
Construção de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - IOPC 01 (R1)	16.261
Insumos adquiridos de terceiros	(2.088)
10 Intangível e infraestrutura em construção	16
16 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo	(2.104)
4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são baseados em valor de mercado ou em preços de venda divulgados baseados nos métodos a seguir. Quando aplicáveis, de informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas relacionadas ao ativo ou passivo. • Caixa e bancos. Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras. O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é referenciado aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos. O valor justo determinado para fins de registro obrigatório de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).
	Adições	Transferências	2021 final
Valor de custo			
Direitos de exploração da infraestrutura	72.541	17.497	90.038
Direito de uso de sistemas informatizados			
em andamento	1.582	-	1.582
Direitos da concessão	995.386 (b)	-	995.386
Total de bens	1.069.509	17.497	1.087.006
Infraestrutura em construção (a)	371.187	(17.497)	353.650
(a) As provisões de infraestrutura em construção são as obras de requalificação e substituição de infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro; e (b) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 16.261 no período de 21 de maio de 2021. A taxa média de capitalização, em 2021 foi 3,40% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a amortizar	2021
1.ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	Junho de 2023	1,9778% (a)	7.652	6.589	1.657.748 (b)
Total geral						1.657.748
Não Circulante						
Debêntures						1.664.337
Custos de transação a amortizar						(6.589)
						1.657.748

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI. Portanto, o custo efetivo somente será conhecido com a liquidação das taxas pós-fixadas. **Garantias:** (b) Fiança corporativa da CCR S.A. em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Demonstração do fluxo de caixa (Em milhares de Reais)

	2021
Fornecedores	1.664.337
(-) Custo de transação	(6.589)
	1.657.748

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, no seg. Não existem indicadores financeiros a serem cumpridos, mas existem certos limites e controles por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas são vinculadas aos prazos regulamentar. I. Em 24 de junho de 2021, foi realizada a 1ª emissão de 10.000 de ações nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor unitário de R$ 1.000,000. As debêntures são remuneradas pelo CDI + 1,70% a.a. Os juros e principal serão pagos no vencimento, em 24 de junho de 2023. Essa emissão não possui índices financeiros a serem cumpridos, e conta com fiança corporativa dos acionistas, CCR S.A. e Ruasivnest S.A., na proporção de suas participações, ou seja, 80% da CCR e 20% Ruasivnest. Há previsão de resgate antecipado facultativo, a qualquer momento, sem incidência de prêmio.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021
Circulante	
Salários e remunerações a pagar	5.729
Benefícios, gratificações e participações a pagar	6.548
Encargos sociais e previdenciários	4.614
Provisão para férias e 13º salário	9.144
	26.035
Não circulante	
Gratificações e participações a pagar	198
	198

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 21 de maio de 2021, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominais e sem valor nominal, no preço unitário de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas. Em 14 de junho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 320.000, mediante a emissão de 319.990.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 52.800 integralizados no ato, e R$ 267.200 a integralizar. Em 30 de dezembro, foi aprovado o saldo de R$ 253.990 a serem integralizadas até o dia 31 de agosto de 2024, passando o capital social da Companhia a ser de R$ 320.000.

	Participação acionária	Quantidade de ações ordinárias	2021 Ações a integralizar
CCR S.A.	80,00%	256.000.000	203.192.000
Ruasivnest Participações S.A.	20,00%	64.000.000	50.798.000
	100,00%	320.000.000	253.990.000

14. Receitas operacionais

	2021
Receitas de construção (IOPC 01 R1)	16.261
Receita bruta	16.261
Receita operacional	16.261

15. Resultado financeiro

	2021
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(66.454)
Comissão de fiança	(3.870)
Despesas bancárias - partes relacionadas	(10.722)
Taxa e outras despesas financeiras	(488)
Capitalização de custos de debêntures	10.868
	(70.740)
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.077
	10.077
Resultado financeiro líquido	(60.663)

16. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, e administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração, a Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposição ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2021
Valor justo através do resultado			
Ativos			
Caixa e bancos	35	-	-
Aplicações financeiras	238.308	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	1.219	-	-
Passivos			
Debêntures (a)	-	-	(1.657.748)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.910)
Conta de custo fiança	-	-	(19.517)
	238.343	1.219	(1.684.175)

(a) Os valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos, aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão avaliadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Os saldos contábeis líquidos de custos de transação incorridos são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o número inteiro de milhares mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *Uso de estimativas e julgamentos:* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Companhia. Revisões de estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

Notas

2m Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - IOPC 01 (R1)

7b Impostos diferidos

10 Intangível e infraestrutura em construção

16 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 280 em 31 de dezembro 2021. A taxa média de capitalização em 2021 foi de 3,40% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

10. Intangível e infraestrutura em construção

	Adições	Transferências	2021 final
Valor de custo			
Direitos de exploração da infraestrutura	72.541	17.497	90.038
Direito de uso de sistemas informatizados			
em andamento	1.582	-	1.582
Direitos da concessão	995.386 (b)	-	995.386
Total de bens	1.069.509	17.497	1.087.006
Infraestrutura em construção (a)	371.187	(17.497)	353.650

(a) As provisões de infraestrutura em construção são as obras de requalificação e substituição de infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro; e (b) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 16.261 no período de 21 de maio de 2021. A taxa média de capitalização, em 2021 foi de 3,40% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a amortizar	2021
1.ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	Junho de 2023	1,9778% (a)	7.652	6.589	1.657.748 (b)
Total geral						1.657.748
Não Circulante						
Debêntures						1.664.337
Custos de transação a amortizar						(6.589)
						1.657.748

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI. Portanto, o custo efetivo somente será conhecido com a liquidação das taxas pós-fixadas. **Garantias:** (b) Fiança corporativa da CCR S.A. em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Demonstração do fluxo de caixa (Em milhares de Reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	(49.514)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.280)
Juros sobre debêntures	66.454
Capitalização de custos de debêntures	(10.868)
	(19.144)
Variação nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Contas a receber - partes relacionadas	(1.219)
Tributos a recuperar	(2.194)
Adiantamento a fornecedores	(178)
Despesas antecipadas e outros	(604)
Estoques (materiais sobressalentes)	(5.158)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	6.910
Fornecedores - partes relacionadas	19.516
Obrigações sociais e trabalhistas	26.293
Impostos e contribuições a recolher	289
Outras contas a pagar	3
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	24.514
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(13.300)
Adição de ativo intangível	(1.430.173)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.443.473)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Debêntures	
Captações	1.591.294
Integralização de capital social	66.010
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.657.304
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	238.343
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	
No final do período	238.343
	238.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social Subscrito	À integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição com integralização de capital em 01 de junho de 2021	10	-	-	10
Aumento de capital social em 14 de junho de 2021	319.990	(319.990)	-	-
Integralização de capital social em 18 de junho de 2021	-	52.800	-	52.800
Integralização de capital social em 21 de junho de 2021	-	13.200	-	13.200
Prejuízo líquido do período	-	-	(49.514)	(49.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	320.000	(253.990)	(49.514)	16.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao período de 21 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede na Rua General Manoel de Arambuja Brilhante, nº 55, São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações existentes, e aquisição de material rodante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 - Diamante e Linha 9 - Esmeralda. A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de Concessão em 30 de junho de 2021. A ON Trilhos - Administração e Participações S.A. ("ON Trilhos"), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do Termo de Início da Operação Comercial das Linhas: 8 - Diamante e 9 - Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022. **Fase Pré-Operacional:** Inicio-se a partir da assinatura do Contrato (30 de junho de 2021) e tem duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Concessionária para a assunção do Serviço Concedido e lhe transferir a Infraestrutura existente. A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas: • **1º ao 60º dia:** capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de gerenciamento do sistema de gestão e de manutenção, entrega dos projetos, manuais e documentação técnica, constituição do' Comitê de Convivência ("grupo composto por representantes da CMCP, da CPTM e da CONCESSIONÁRIA, responsável por tratar as interfaces inerentes à operação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados, compreendendo a definição de solução precedimental para questões técnicas e de aspectos lecionco-operacionais); • **61º ao 150º dia**: capacitação dos colaboradores da Companhia pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de operação, manutenção e segurança, avaliação do inventário, • **151º ao 210º dia**: operação e manutenção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Concessionária, implantação do modelo estratégico e de plano operacional e de manutenção. Durante esse período não houve remuneração de tarifa. Neste contrato estão previstos os seguintes investimentos obrigatórios por parte da Companhia: • Reforma ou ampliação de 36 estações (Atendimento Normas de Acessibilidade, NRs, AVCB); • Construção da estação Ambuitá; • Readequação do Pátio Presidente Altino; • Construção de 3 novas instalações para a CPTM; • Aquisição de 36 trens novos (288 carros) - Primeiro trem disponível em 18º mês após assinatura do Contrato de Concessão; • Aquisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção; • Infraestrutura de circulação (Via Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização); • Erradicação de quase todas as passagens em nível.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no período apresentado nas demonstrações financeiras. *a) Receitas de contratos com clientes:* É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. Receitas de construção segundo o IOPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a esses serviços de construção em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa sua realização. *b) Instrumentos financeiros:* Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente financiamento significativo relevante) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: •

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

continuação

	2021 Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.664.337	1.704.542

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão quantificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo". a seguir:
Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021
Nível 2:	
Aplicações financeiras	238.308

Os diferentes níveis foram definidos a seguir. • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *input*s, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*input*s não observáveis).
Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados refletindo o grau de jetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento ate	Exposição em R$ (a)	Efeito em R$ no resultado Cenário provável	Cenário 1,25%	Cenário 1,50%
Debêntures - 1ª emissão	CDI (b)	Junho de 2023	1.664.337	(187.404)	(220.952)	(259.496)
Aplicações financeiras (CDB) (b)	CDI (b)		238.308	10.870	13.517	16.138
				(177.534)	(207.435)	(243.358)
Efeito líquido				(187.404)	(220.952)	(259.496)
Efeito sobre as debêntures				10.870	13.517	16.138
Efeito sobre as aplicações financeiras				(177.534)	(207.435)	(243.358)
Total do efeito de ganho/(perda)						
As taxas de juros consideradas foram (c):				9,15%	11,43%	13,72%
	CDI (c)					

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses de cálculo. Notem (2) abaixo que a Companhia está realizando a projeção das taxas do cenário provável. (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3. (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caso sobre as aplicações financeiras é o mesmo para a dívida bruta, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.
17. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	2021
Compromisso de investimento	3.595.894

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.
18. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Capital social	Total
Saldo Inicial			-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações líquidas dos custos de financiamento	(1.591.294)	-	(1.591.294)
Capital social -integralizado		(66.010)	(66.010)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.591.294)	(66.010)	(1.657.304)
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária	(66.454)	-	(66.454)
Total das outras variações	(66.454)	-	(66.454)
Saldo Final	(1.657.748)	(66.010)	(1.723.758)

Composição do Conselho de Administração

Mário Magalhães Hannas	Presidente
Luciano José Porto Fernandes	Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro
Gustavo Marques do Canto Lopes	Conselheiro
Sergio Luiz Pereira de Macedo	Conselheiro

Composição da Diretoria

Francisco Pierrini	Diretor-Presidente
Fernando Luiz Nunes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190806/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
Osasco - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 7 (l), 2 (m) e 10 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R$ 371.187 mil referente a infraestrutura em construção realizada na estação sob concessão. Conforme ICPC 01/ IOPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais, e consequentemente são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa aos intangíveis e o julgamento relacionado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditaria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. • Testes documentais, em base amostral, dos gastos com construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. • Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. • Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados no contexto das melhorias da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou se incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernando A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252969/O-2

Pavilhão Brasil encerra participação na Expo Dubai

Desde o dia 1º de outubro, quando teve início a Expo Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, até a quinta-feira (31), quando a feira se encerrou, o Pavilhão Brasil recebeu mais de 2,1 milhões de visitantes e foi um dos cinco mais visitados do evento. Só no último dia da Expo, o Pavilhão Brasil, que atraiu autoridades, investidores e curiosos interessados em conhecer o país, recebeu a visita de 42.424 pessoas.

A informação foi confirmada na sexta-feira (1) pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), coordenadora e organizadora do pavilhão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

A estrela do Pavilhão Brasil, que atraiu muitas visitas, foi um espelho d'água, inspirado no Rio Negro, que compõe a Bacia Amazônica. A instalação proporcionou ao visitante uma experiência imersiva e sensorial. De dia, ele buscava recriar um oásis, com uma lâmina rasa de água ocupando metade de sua área. À noite, ele dava origem a um espetáculo de luzes.

"Quando apresentamos a ideia para os organizados da Expo, a primeira pergunta foi se pretendíamos que os visitantes interagissem com a água. E sim, pretendíamos isso. Montamos toda uma estrutura para que a água fosse reutilizada e tratada o tempo todo. O projeto foi muito pensado pela equipe de arquitetura, que é brasileira, e de instalação, que conta também com profissionais de Portugal. A água foi reutilizada e, ao mesmo tempo, não apresentou nenhum risco de contaminação aos visitantes", disse Marcelo Savio, analista da Coordenação de Expo 2020 Dubai e Projetos Especiais da ApexBrasil.

O megavento em Dubai foi utilizado pela ApexBrasil para aprofundar laços comerciais com os Emirados Árabes Unidos e países do Oriente Médio. "Acho interessante o número enorme de delegações que vieram ao parque e também vieram para fazer agendas complementares no ambiente de Dubai. Eles tomaram consciência das oportunidades e receberam informações de como fazer negócios por aqui.

A Expo foi muito além do parque de exposições, houve missões de vários setores e de vários estados que puderam aprender e conhecer mais sobre o país. Isso vai se desenvolver em relacionamento, em negócios e em parcerias futuras", disse Karen Jones, chefe de Operações do Escritório da ApexBrasil.

Com o fim da exposição e o desmonte de toda a estrutura, a estrutura metálica que foi utilizada no Pavilhão Brasil será destinada a uma empresa que reutilizará o material.

As Exposições Mundiais são realizadas a cada cinco anos. Dubai foi selecionada em 2013 para sediar a edição de 2020, mas teve de ser adiada devido à pandemia. Nesta edição, Dubai abrigou pavilhões de 192 países que mostraram ao mundo o que há de melhor em seus territórios. Em 2025, será a vez da cidade japonesa de Osaka. (Agencia Brasil)

Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.164.357/0001-57

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, sub-metemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das mutações do patri-mônio líquido, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do resultado abrangente e Notas explicativas. Queremos agradecer aos nossos clientes, forne-cedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

A Administração

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	78.296	794	84.983	794
Aplicações financeiras	467	687	467	687
Contas a receber pela venda de terrenos e aluguéis			5.897	
Estoques de imóveis para comercialização			264.375	
Tributos a recuperar	390	29	440	29
Outros ativos	51	51	3.341	51
	79.204	**1.561**	**359.503**	**1.561**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber pela venda de terrenos e aluguéis			21.655	
Outros ativos			2.860	
			24.515	
Investimentos	304.694	111.769	3.126	111.769
Imobilizado	413	433	1.151	433
Adiantamento para propriedade de investimento	63.183	3.361	63.183	3.361
	368.290	115.563	91.975	115.563
Total do ativo	447.494	117.124	451.478	117.124

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Circulante				
Fornecedores	268	299	381	299
Salários e encargos sociais	20		20	
Tributos a recolher	142	13	1.093	13
Dividendos a pagar	4.571		4.571	
Outros passivos	110	18	218	18
	5.111	**330**	**6.283**	**330**
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos			2.812	
			2.812	
Total do passivo	**5.111**	**330**	**9.095**	**330**
Patrimônio líquido				
Capital social	421.893	111.069	421.893	111.069
Reserva de lucros	20.490	5.725	20.490	5.725
	442.383	**116.794**	**442.383**	**116.794**
Total do passivo e patrimônio líquido	**447.494**	**117.124**	**451.478**	**117.124**

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Receita líquida proveniente da venda de imóveis e aluguéis	988	549	26.685	549
Custo dos imóveis vendidos e aluguéis	(6.780)	(4.449)	(7.454)	(4.449)
Lucro (prejuízo) bruto	**(5.792)**	**(3.900)**	**19.231**	**(3.900)**
Despesas operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais	(890)	(196)	(3.501)	(196)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	**(6.682)**	**(4.096)**	**15.730**	**(4.096)**
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	24.433	5.813	4.313	5.813
	24.433	**5.813**	**4.313**	**5.813**
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	1.716	36	1.802	36
Despesas financeiras	(131)	(9)	(880)	(9)
	1.585	**27**	**922**	**27**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**19.336**	**1.744**	**20.965**	**1.744**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes			(1.148)	
Diferidos			(481)	
Lucro líquido do exercício	**19.336**	**1.744**	**19.336**	**1.744**
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	**112.487**	**112.487**	**112.487**	**112.487**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	171,90	15,50	171,90	15,50

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Lucro líquido do exercício	19.336	1.744	19.336	1.744
Total do resultado abrangente do exercício	19.336	1.744	19.336	1.744

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Lucros retidos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020	**109.349**		**3.981**		**113.330**
Resultado do exercício					
Lucro líquido do exercício				1.744	1.744
				1.744	**1.744**
Transações com acionistas					
Destinação do resultado do exercício			1.744	(1.744)	
Aumento de capital	1.720				1.720
	1.720		**1.744**	**(1.744)**	**1.720**
Em 31 de dezembro de 2020	**111.069**		**5.725**		**116.794**
Em 1º de janeiro de 2021	**111.069**		**5.725**		**116.794**
Resultado do exercício					
Lucro líquido do exercício				19.336	19.336
				19.336	**19.336**
Transações com acionistas					
Constituição de reservas		967	13.798	(14.765)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(4.571)	(4.571)
Aumento de capital	310.824				310.824
	310.824	**967**	**13.798**	**(19.336)**	**306.253**
Em 31 de dezembro de 2021	**421.893**	**967**	**19.523**		**442.383**

Demonstração do Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**19.336**	**1.744**	**20.965**	**1.744**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Juros e variações monetárias	50	8	48	8
Equivalência patrimonial	(24.433)	(5.813)	(4.313)	(5.813)
Depreciação e amortização		80		80
Rendimento de aplicações financeiras	(1.715)	(35)	(1.789)	(35)
	(6.763)	**(4.096)**	**14.991**	**(4.096)**
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Aplicações financeiras	1.935	600	3.420	600
Contas a receber pela venda de terrenos e aluguéis			(15.071)	
Estoques de imóveis para comercialização			(742)	
Tributos a recuperar	(360)	(9)	(408)	(9)
Demais créditos e outros ativos	(680)	(11)	(884)	(11)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	(31)	(89)	43	(89)
Salários e encargos sociais	20		20	
Tributos a recolher	129	35	1.513	35
Demais obrigações e outros passivos	61	(4)	(134)	(4)
	(5.689)	(3.574)	2.748	(3.574)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(2.128)	
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(5.689)**	**(3.574)**	**620**	**(3.574)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(74.266)		(74.266)	
Aumento de capital na Tellus III	(36.976)		(36.976)	
Mais valia paga na aquisição de investida	(58.078)		(58.758)	
Adiantamento para aquisição de propriedade de investimento	(57.945)		(57.945)	

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Receitas				
Receita líquida proveniente da venda de imóveis e aluguéis	1.089	605	27.783	605
	1.089	**605**	**27.783**	**605**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.316)	(3.000)	(7.138)	(3.000)
	(4.316)	**(3.000)**	**(7.138)**	**(3.000)**
Valor adicionado bruto	**(3.227)**	**(2.395)**	**20.645**	**(2.395)**
Depreciação e amortização			80	
Valor adicionado líquido produzido	**(3.227)**	**(2.395)**	**20.725**	**(2.395)**
Tranferências				
Resultado de partipações societárias	24.433	5.813	4.313	5.813
Receitas financeiras	1.716	36	1.802	36
Tributos diferidos			(481)	
	26.149	**5.849**	**5.634**	**5.849**
Valor adicionado total a distribuir	**22.922**	**3.454**	**26.359**	**3.454**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos sociais				
Remuneração direta	276		276	
Encargos sociais	226		226	
Benefícios	39		39	
	541		**541**	
Impostos e contribuições				
Federais	101	56	2.247	56
Estaduais	2.801	1.636	2.801	1.636
	2.902	**1.692**	**5.048**	**1.692**
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	131	9	880	9
Aluguéis e arrendamentos	12	9	554	9
	143	**18**	**1.434**	**18**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício	19.336	1.744	19.336	1.744
	19.336	**1.744**	**19.336**	**1.744**
Valor adicionado distribuído	**22.922**	**3.454**	**26.359**	**3.454**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		Não auditado		Não auditado
Aumento de capital na Residencial Figueira	(3.030)		(3.030)	
Aumento de capital na V Haste	(1.418)			
Gastos com benfeitorias e reformas em propriedades para investimento	(1.877)	(3.794)	(1.877)	(3.794)
Dividendos recebidos	5.957	6.425	5.326	6.425
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(227.634)**	**2.631**	**(227.526)**	**2.631**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	310.824	1.720	310.824	1.720
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**310.824**	**1.720**	**310.824**	**1.720**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	77.502	777	83.918	777
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	794	17	794	17
Caixa de empresas incluídas na consolidação			271	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	78.296	794	84.983	794

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Considerações gerais – A Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A. ("Altre" ou "Companhia"), é uma empresa brasileira, controlada pela Votorantim S.A. ("Controladora", ou "VSA"), atuante no mercado imobiliário, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem por objeto a promoção de empreendimentos do ramo imobiliário, incluindo incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros, além da participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2021, a Altre possuía 60% do futuro edifício Allo das Nações, participação integral no empreendimento corporativo Atlas Office Park e parte relevante do futuro bairro planejado Vivaleço, lançado em outubro de 2021, na cidade de Votorantim-SP.
Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no país. A determinação da política contábil adotada para o reconhecimento de receitas de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 que se refere aos aspectos relacionados à transferência de controle e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Ela requer também que o direito de julgamento por parte da administração da Companhia. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para demonstrações financeiras, são: análise do risco de crédito para determinação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, análise do valor realizável dos ativos tangíveis e intangíveis, impostos diferidos, instrumentos financeiros avaliados a valor justo, reconhecimento de receitas, inclusive, advindas do processo de incorporação imobiliária, onde faz-se necessário alto grau de julgamento para a determinação do reconhecimento da receita pelo "PoC", quando aplicável. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens mencionados acima, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Importante mencionar que a administração da Companhia revisa essas premissas pelo menos anualmente, a cada data de fechamento de balanço ou quando há mudança significativa nessas estimativas e que possam impactar as respectivas demonstrações financeiras. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das datas demonstrações financeiras foi aprovada pelo conselho de Administração em 11 de março de 2022.
Estoque de imóveis para comercialização – Política contábil: Esta rubrica inclui as unidades imobiliárias a serem vendidas, concluídas e em construção, e terrenos para futuras incorporações, e é apresentada pelo valor entre o custo e o valor realizável líquido, os quais não excedem o valor de mercado. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção, impostos, taxas e encargos financeiros. O estoque de imóveis é apresentado no ativo circulante, quando há a intenção da Administração de iniciar a venda do imóvel dentro do próximo exercício. Pelo menos uma vez ao ano, é realizado o inventário físico das propriedades em seu estoque. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável *(impairment)*. A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa do fluxo do imóvel quando for completamente edificado descontado dos custos e despesas incorridas e a serem incorridas até a sua concretização. Em 31 de dezembro de 2021, não houve expectativa de perda em relação ao valor recuperável dos estoques e ser registrado nas demonstrações financeiras. O quadro a seguir demonstra a composição dos imóveis a comercializar:

	2021
Consolidado	
Imóveis	263.632
Bairros planejados em construção	743
	264.375

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A. e da Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no

LIV LINHAS INTELIGENTES DE ATENÇÃO A VIDA S/A

CNPJ/ Nº 00.846.662/0001-67
Registro ANS Nº 37928-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. **Mensagem da Administração:** A Pandemia da SARS COVID-19 esteve também presente no ano de 2021, desta vez em sua segunda onda, ainda mais desafiadora que a primeira. Vários segmentos de negócios, no Brasil e no mundo, tiveram que reorganizar e reordenar suas atividades, a fim de garantir a continuidade da entrega de produtos e serviços, o que acarretou mudanças significativas no fluxo operacional das companhias. A velocidade da reação das cadeias produtivas e a capacidade de adaptação às novas condições diante de um ambiente macroeconômico adverso, certamente foram preponderantes para diferenciação das empresas, conferindo vantagem competitiva aos mais consistentes. A LIV Saúde, que já nascera com o propósito de cuidar de cada pessoa o paciente, implementado através das mais diversas linhas de cuidado, com uso de protocolos assistenciais consagrados, e da medicina exercida com base em evidências científicas, soube enfrentar de forma tempestiva e eficiente os desafios que se apresentaram, com melhoria dos seus índices de satisfação junto aos usuários. Dentro desse contexto, as linhas de cuidado específicas da saúde, tratadas de forma personalizada com o boom de atendimentos de urgências a medida que houvesse o recrudescimento da pandemia, o que fez a LIV antecipar-se ao potencial movimento, e fortalecesse ações de medicina preventiva, a exemplo da ação realizada junto a um grupo de mulheres para realização de mamografia, e conforme o resultado apresentado, testes de expressão genética para verificar a existência de tendência neoplásica hereditária familiar, fomentou, ambos, sem ônus financeiro. Quanto meio cedo ocorre o diagnóstico de uma doença crônica de grande comprometimento imunológico, mais chances de desfecho favorável assistencial para os usuários, com melhor gestão sobre os recursos do sistema suplementar de saúde. No Brasil, esse segmento é materializado pela oferta de planos e seguros de saúde privados, que geram relações entre operadoras, profissionais e beneficiários. Como órgão de controle de atuação sobre as relações, temos a Agência Nacional de Saúde – ANS, que delimitou, em 2019, através da Resolução Normativa nº 443, a adoção de práticas voltadas a governança e gestão de custos com ênfase nos controles internos, a fim de dar mais transparência e segurança para os usuários e entes participantes. Antes mesmo da entrada em vigor da RN nº 443, A LIV já havia constatado agente externo que certificar todos os fluxos e controles internos, em total aderência às exigências regulatórias. A Operadora continua firme no seguimento das diretrizes do Planejamento que realizou ao final de 2020, convalidado diante de todos os desafios que se apresentaram no ano em tela, com balanço permanente para melhoria do modelo no atendimento ao mercado de saúde suplementar, calcada em linhas de cuidado assistencial, disponibilizando atendimento médico-hospitalar e odontológico. O controlador da LIV Saúde, o Instituto de Câncer do Ceará, referência no segmento de Prestadores de Serviço Assistencial em Saúde, é reconhecido como referência em seu meio de atuação há mais de 7 décadas, e integra a rede própria da Operadora, com consequente disponibilização aos usuários LIV de ampla rede de Hospitais e Clínicas. Com o intuito de cobertura vacinal para a SARS Covid-19, o entendimento da área de inteligência epidemiológica da LIV Saúde, em atenção ao status para endemia, com significativo impacto de redução na sinistralidade. O mercado de saúde suplementar cresceu, a despeito da pandemia, chegando em novembro de 2021 com dois milhões de beneficiários, totalizando 48,7 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e mais 26,9 milhões de beneficiários em planos exclusivamente odontológicos. Destaca-se que número de beneficiários em planos de assistência médica é o maior desde março de 2016; a nos odontológicos, desde fevereiro de 2020. Diante do seu plano de crescimento, a operadora fechou o ano de 2021 com 133.587 vidas assistidas, registrando um aumento de 7,61% em relação ao ano anterior. Desse total, 69.726 vidas são de beneficiários de planos de assistência médica e 63.296 vidas são de beneficiários de planos odontológicos. A administração da Operadora, mantendo os investimentos necessários a conquista de novos mercados e ampliação do negócio, fechou o exercício com resultados positivos, relativos aos exercícios de 2021 e 2020, devidamente auditadas, por empresa independente, registrada junto à CVM, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. 2. **Política de destinação de Resultados** Novas tecnologias, novos procedimentos, aumento da sinistralidade, são impactantes nos resultados. A pandemia da COVID-19 impactou significativamente em 2018, trazendo um prejuízo resultado positivo, em face de fatores exógenos oriundo do crescimento com a necessidade de investimentos na estrutura operacional o que vem comprometendo os resultados operacionais ao longo dos anos. 3. **Investimentos** A administração do capital e investimentos na infraestrutura operacional valoriza a rede própria, constituídas pelas unidades de Pronto Atendimento, organização controlada da operadora. A política de reinvestimento de lucros e a sua distribuição estão amparados pelo Estatuto Social. **Negócios sociais e principais fatos internos e externos com influência na performance da operadora** O desafiador no exercício foi a operação do complexo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, com base nos níveis de atendimento, grau de satisfação e resolutividade, no âmbito da 2ª e mais importante onda da pandemia de SARS Covid-19. No período, a administração optou por ampliar os investimentos em estrutura com vista a propiciar o atendimento aos usuários de forma mais racional, para a operação do Estado do Rio Grande do Norte, por não terem sido encontradas operações que pudessem ser adquiridas para compor a rede própria, fazendo com que a relação rede própria versus rede credenciada estivesse fora das diretrizes da alta gestão. 4. **Controle Acionário e Integralização do Capital – AFAC** No exercício de 2021, a Operadora obteve autorização da Agência Nacional de Saúde – ANS para transferir o controle acionário para o Instituto do Câncer do Ceará – ICC, concretizando assim, o controle acionário da operadora. Ainda no exercício, a operadora fez o registro do aumento de R$ 43.749.974,88, no Capital Social, decorrente de aportes realizados pela Controladora, que antes estavam evidenciadas na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. 5. **Investimentos da companhia em sociedades e coligadas e controladas** A operadora como proprietária de 100% do capital da CLINICA LIV SAUDE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS S/A, mantém o controle acionário da empresa, que detém a rede de Clínicas instaladas em Fortaleza, Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, dedicada exclusivamente a assistência dos beneficiários LIV. O modelo organizacional caracteriza-se na verticalização do atendimento, no qual a operadora mantém a Rede Própria das Clínicas. O padrão LIV para a rede própria, está em consonância com a Resolução RDC ANS 39/2000. 6. **Desempenho Financeiro** O ano de 2021 foi marcado pela alavancagem da receita de contraprestações efetivas na ordem de 255,3% decorrente do aumento do número de vida assistidas no contrato da CSN, cujo reflexo foi em parcel. Na contra mão desse aumento, também registramos um elevado aumento da sinistralidade, mas em decorrência de fatores sistêmicos como a pandemia COVID-19, que não foi, nem tem expectativa para 2022 é de redução significativa, tendo em vista o avanço do programa vacinal do país e aprofundamento de medidas assistenciais. Mesmo com a alavancagem da receita versus a despesa assistencial, a operadora registrou o resultado assistencial positivo em 34,7% em relação ao ano de 2020. Registramos ainda, aumento do número de vidas assistidas em 7,61% distribuídos em planos assistenciais e odontológicos individuais, coletivo empresarial e coletivo por adesão. No contexto da operadora, a sinistralidade é observada pelo comparativo entre os eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos com as contraprestações efetivas / prêmios ganhos de seguro, a assistência à saúde. No mesmo período a que se refere este instrumento, foi adotado o critério de constituir a provisão para insuficiência de contraprestações – PIPCNG, consonância com a RN ANS 442/2018, cujo montante na posição de 31/12/2021, chegou ao valor de R$ 910 mil. Considerando o resultado geral da Operadora, o exercício foi deficitário com o resultado negativo de R$ 13.920 milhões, sendo o prejuízo verificado em 2020 de 6,978 milhões, novamente com impacto no aumento da sinistralidade decorrente dos efeitos da pandemia da SARS Covid-19. A administração continua que para os exercícios seguintes, a alternância desses resultados será significativa, em face do business plan, em que a recuperação dos investimentos, aconteceri com a mitigação dos **conformes da operadora** O desafiador no exercício foi a operação do complexo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, com base nos níveis de atendimento, grau de satisfação e resolutividade, no âmbito da 2ª e mais importante onda da pandemia de SARS Covid-19. No período, a administração optou por ampliar os investimentos em estrutura com vista a propiciar o atendimento aos usuários de forma mais racional, para a operação do Estado do Rio Grande do Norte, por não terem sido encontradas operações que pudessem ser adquiridas para compor a rede própria, fazendo com que a relação rede própria versus rede credenciada estivesse fora das diretrizes da alta gestão. 4. **Controle Acionário e Integralização do Capital – AFAC** No exercício de 2021, a Operadora obteve autorização da Agência Nacional de Saúde – ANS para transferir o controle acionário para o Instituto do Câncer do Ceará – ICC, concretizando assim, o controle acionário da operadora. Ainda no exercício, a operadora fez o registro do aumento de R$ 43.749.974,88, no Capital Social, decorrente de aportes realizados pela Controladora, que antes estavam evidenciadas na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. 5. **Investimentos da companhia em sociedades e coligadas e controladas** A operadora como proprietária de 100% do capital da CLINICA LIV SAUDE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS S/A, mantém o controle acionário da empresa, que detém a rede de Clínicas instaladas em Fortaleza, Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, dedicada exclusivamente a assistência dos beneficiários LIV. O modelo organizacional caracteriza-se na verticalização do atendimento, no qual a operadora mantém a Rede Própria das Clínicas. O padrão LIV para a rede própria, está em consonância com a Resolução RDC ANS 39/2000. 6. **Desempenho Financeiro** O ano de 2021 foi marcado

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		**51.240.895,48**	**43.177.016,31**
Disponível	**5**	**479.449,36**	**7.892.570,15**
Realizável	**6**	**50.761.446,12**	**35.284.446,16**
Aplicações Financeiras	6.1	10.718.603,64	10.357.127,63
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		10.718.603,64	10.357.127,63
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.2	15.736.932,64	1.784.261,98
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		15.090.682,48	1.664.317,42
Participação de Beneficiários em Eventos/ Sinistros indenizáveis		646.250,16	119.944,56
Despesas Diferidas	6.3	94.681,91	5.267.941,81
Créditos Tributários e Previdenciários	6.4	760.074,22	553.078,60
Bens e Títulos a Receber	6.5	23.450.771,21	17.321.526,14
Despesas Antecipadas		382,50	510,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**8.843.260,35**	**8.904.829,92**
Realizável a Longo Prazo	**7**	**2.777.992,47**	**1.698.792,55**
Aplicações Financeiras	7.1	84.695,17	99.095,17
Aplicações Livres		84.695,17	99.095,17
Depósitos Judiciais e Fiscais	7.2	2.693.297,30	1.599.697,38
Investimentos		**240,00**	**240,00**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
Participações Societárias em Rede Assistencial		0,00	0,00
Outros Investimentos		240,00	240,00
Imobilizado	**8**	**2.895.868,39**	**4.045.365,96**
Imobilizado de Uso Próprio		2.018.771,72	3.288.571,20
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		577.505,71	1.298.931,95
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.441.266,01	1.989.639,25
Imobilizações em Curso		0,00	0,00
Outras Imobilizações		877.094,67	736.018,75
Intangível	**9**	**3.169.161,49**	**3.160.431,49**
TOTAL DO ATIVO		60.084.155,83	52.081.846,39

(*) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

	Nota	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		**51.070.264,49**	**30.624.235,30**
Prov. Técnicas de Op. de Assistência à Saúde	10	39.610.683,33	7.875.658,62
Provisões de Prêmios / Contraprestações		1.102.844,74	249.255,41
Prov. de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	10.1	192.596,86	249.255,41
Provisão de Insuficiência de Prêmios		910.247,88	0,00
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	10.2	945.053,57	458.187,65
Prov. de Eventos/Sinistros a Liquidar p/ Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	10.3	31.448.449,18	3.699.061,20
Prov. p/ Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	10.4	6.114.335,84	3.469.154,36
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.156,96	0.683.626,08
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.156,96	8.815.025,10
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		0,00	268.602,98
Provisões		1.697.405,68	758.176,25
Provisão para Ações Judiciais	11	1.697.405,68	758.176,25
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	1.647.376,05	1.566.620,98
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	900.000,00	0,00
Débitos Diversos	14	7.213.642,47	11.340.151,37
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**372.869,50**	**530.441,50**
Prov. Técnicas de Op. de Assistência à Saúde		102.802,62	94.283,39
Prov. de Eventos / Sinistros a Liq. para o SUS		102.802,62	94.283,39
Provisões		210.032,13	296.201,71
Provisões para Ações Judiciais		210.032,13	296.201,71
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		60.034,75	139.956,48
Parcelamento de Tributos e Contribuições		60.034,75	139.956,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	**15**	**8.641.021,84**	**20.927.169,42**
Capital Social / Patrimônio Social	15.1	44.219.974,88	470.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.1	1.660.000,00	43.749.974,88
Reservas		335.070,58	335.070,58
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		335.070,58	335.070,58
Lucros / Prej. - Superávits / Déficits Acum. ou Res.	15.2	-37.574.023,62	-23.627.876,04
TOTAL DO PASSIVO		**60.084.155,83**	**52.081.846,39**

(*) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	**16.1**	**218.799.497,32**	**62.757.422,45**
Contraprestações Pecuniárias Líquidas de Planos de Assistência à Saúde		227.945.250,19	64.413.165,87
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		228.855.498,07	64.413.165,87
(-) Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde de Operadora		(910.247,88)	0,00
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(9.145.752,87)	(1.655.743,42)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(195.268.293,98)**	**(45.285.658,32)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	16.3	(192.623.112,50)	(44.724.914,94)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	16.4	(2.645.181,48)	(560.743,38)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**23.531.203,34**	**17.471.764,13**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		107,00	1.201,80
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		13.039,41	2.692,75
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		0,00	2.692,75
Outras Receitas Operacionais		13.039,41	0,00
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.354.877,62)	(2.122.643,27)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(2.965.026,98)	(924.891,49)
Recuperação de Outras Despesas		17,62	0,00
Operacionais de Assistência à Saúde			
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.389.833,02)	(1.197.751,78)
RESULTADO BRUTO		**19.189.472,13**	**15.353.015,41**
Despesas de Comercialização		**(8.192.783,67)**	**(4.878.450,55)**
Despesas Administrativas	**16.4**	**(25.342.497,76)**	**(16.456.909,00)**
Resultado Financeiro Líquido	**16.5**	**420.147,71**	**124.001,24**
Receitas Financeiras		1.332.037,34	523.495,11
Despesas Financeiras		(911.889,63)	(399.493,37)
Resultado Patrimonial	**16.6**	**0,00**	**(1.120.068,65)**
Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Despesas Patrimoniais		0,00	(1.120.068,65)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(13.925.661,59)**	**(6.978.411,05)**
Imposto de Renda		0,00	0,00
Contribuição Social		0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO	**16**	**(13.925.661,59)**	**(6.978.411,05)**

(*) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(MÉTODO DIRETO)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2021**	**2020**
(+) Recebimento de Planos Saúde	211.223.113,66	75.116.818,00
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	199.010.342,61	69.341.725,85
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	450.505,45	239.210,77
(+) Outros Recebimentos Operacionais	891.073,39	75.843,20
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	162.835.437,30	56.742.078,74
(-) Pagamento de Comissões	7.703.329,39	5.243.099,44
(-) Pagamento de Pessoal	8.762.187,64	8.594.658,40
(-) Pagamento de Pró-Labore	76.760,93	64.114,79
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	8.706.905,49	3.232.084,36
(-) Pagamento de Tributos	15.726.755,99	5.602.573,99
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/ Trabalhistas/Tributários)	1.129.383,30	1.028.838,06
(-) Pagamento de Aluguel	1.501.594,41	665.134,45
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	215.601,05	379.159,99
(-) Aplicações Financeiras	191.882.597,13	77.570.664,06
(-) Outros Pagamentos Operacionais	15.098.572,90	2.892.106,41
∑ Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(2.064.090,42)**	**(17.221.214,87)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	168.128,56	615.976,92
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	315.023,32	1.583.494,55
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	8.730,00	326.217,56
∑ Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(491.881,88)**	**(2.525.689,03)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	15.155.886,47
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	19.805.000,00	4.600.000,00
(+) Títulos Descontados	-	-
(-) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	1.660.000,00	-
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	18.905.000,00	-
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
∑ Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**2.560.000,00**	**19.755.886,47**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**4.027,70**	**8.982,57**
CAIXA – Saldo Inicial	10.083,82	1.101,25
CAIXA - Saldo Final	**14.111,52**	**10.083,82**
Ativos Livres no Início do Período (*)	7.892.570,15	881.886,25
Ativos Livres no Final do Período (*)	479.449,36	7.892.570,15
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	**(7.413.120,79)**	**7.010.683,90**

(*) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Capital Social / Patrimônio Social	Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros / Prej. - Superávits / Déficits Acum. ou Resultados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**470.000,00**	**335.070,58**	**23.994.088,41**	**(17.023.142,87)**	**7.776.016,12**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	19.755.886,47	-	19.755.886,47
Devolução de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Devolução de Capital	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores - Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	399.389,20	399.389,20
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(6.998.122,37)	(6.998.122,37)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**470.000,00**	**335.070,58**	**43.749.974,88**	**(23.627.876,04)**	**20.927.169,42**
Aumento de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	43.749.974,88	-	-	-	43.749.974,88
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	(42.089.974,88)	-	(42.089.974,88)
Ajustes de exercícios anteriores - Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	(20.485,99)	(20.485,99)
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(13.925.661,59)	(13.925.661,59)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**44.219.974,88**	**335.070,58**	**1.660.000,00**	**(37.574.023,62)**	**8.641.021,84**

(*) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. **Contexto operacional** A LIV Linhas Inteligentes de Atenção a Vida S/A (LIV Saúde ou Empresa), pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, inscrita no CNPJ Nº 00.846.662/0001-87, conforme Estatuto e Atas registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 3530051949 em 21/08/1995, estabelecida à Avenida Paulista Nº 1079, 7º andar, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A LIV Saúde tem como controlador direto o Instituto do Câncer do Ceará – ICC, associação privada, inscrito no CNPJ Nº 07.265.515/0001-62, estabelecido à Rua Papi Junior, Nº 1222, bairro Rodolfo Teófilo, CEP 60.430-230, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará. A sociedade é uma prestadora de serviços, com direção, propriedade e patrimônio próprio, gozando de autonomia administrativa, financeira e técnica, regendo-se pelas disposições do Estatuto, normas internas e as legislações que lhe são aplicadas. A LIV Saúde tem como objeto a operação de planos de assistência à saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde – ANS, na modalidade de operadora de medicina de grupo, sob o nº 37.928-0. Para a consecução de seu objetivo, a companhia poderá constituir subsidiárias e participar no capital de outras sociedades, conforme Estatuto. Como a solidez e confiabilidade de mercado, com mais de duas décadas de sua criação, a empresa possui know-how na área da saúde, oferecendo procedimentos modernos no cuidar dos seus pacientes, sem excessos de custos e com muito mais efetividade. Aliando equipes médicas integradas com tecnologia de última geração. Essa é a maneira que a LIV Saúde encontrou para cuidar bem de seus beneficiários. A LIV Saúde, tem por modelo de negócio o desenvolvimento de produtos relacionados ao mercado de saúde suplementar, para atender os consumidores pertencentes especialmente às classes B, C e D com acesso nacional, regional, estadual e municipal, e ainda redes de distribuição locais. A presença da LIV Saúde em várias regiões do país, permite-lhe a pulverização de suas receitas recorrentes com maior previsibilidade de seu modelo de negócio, alimentando os seus procedimentos **médicos, bem como as inovações tecnológicas da medicina**. A LIV Saúde é uma Sociedade estruturada sob as melhores práticas de compliance e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria eleita pelos sócios acionistas fundadores. No âmbito da adoção das melhores práticas de governança corporativa e compliance, a LIV Saúde, no exercício de 2021, continuou com a execução do planejamento estratégico fortalecendo sua estrutura operacional, que seja na contratação de equipe interna, abertura de novas filiais, principalmente nos mercados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, como também contratando assessorias especializadas, na busca da excelência dos controles internos e de processos, com vistas ao crescimento do mercado. Falar de RN 443 2. **Apresentação das demonstrações contábeis e as principais práticas contábeis 1. Base de preparação** As demonstrações contábeis elaboradas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas. As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução Normativa 435/2008, divulgada pela Agência Nacional de Saúde – ANS. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 4. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. A Administração considera que a Operadora dispõe de recursos financeiros para continuar no mercado de saúde suplementar. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhum incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras, foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. 2. **Principais práticas contábeis 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa** Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata. 2.2.2. Aplicação financeira vinculada as provisões técnicas – Ativo Garantidor A aplicação financeira vinculada as provisões técnicas, dedicado ao setor de saúde suplementar, em atendimento a IN – ANS nº 203 de 2008, está alocado em fundo de investimento do Banco Santander, na carteira de Fundos Dedicados a ANS. **2.2.3. Instrumentos financeiros** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. **Ativos financeiros** Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Sociedade determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do **ativo financeiro.** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e contas a receber. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser realizada da seguinte forma: a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. b) **Empréstimos de recebíveis** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultados. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Passivos financeiros** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos. A mensuração subsequente de passivos financeiros depende de sua classificação, que poder ser realizada da seguinte forma: a) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros classificados nessa categoria. b) **Outros passivos financeiros** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no caso da Entidade, compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e débitos de operações de administração de benefícios. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. **2.2.3.1. Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2.4. Ativos e passivos financeiros e contraprestações a repassar e Provisão para perdas sobre créditos** Nas operações de contraprestações a receber por meio de contratos individuais e contratos coletivos por adesão, a operadora, efetua as operações de cobrança dos valores pactuados junto aos beneficiários e as operações são reconhecidas no ativo "Contas a receber", na contraparte da "Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas – PPCNG", sendo reconhecida a receita, no razão por ato temporal correspondente ao período de cobertura. A adimplência verificada na carteira do contas a receber da LIV Saúde, considera as mensalidades vencidas há mais de 90 dias, conforme disposto no item 10.2.3.2 do anexo I da RN 435/2018. A Administração entende que a provisão para créditos duvidosos calculados nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas contábeis adotadas no Brasil, ao IFRS e a resolução da ANS. **2.2.5. Partes relacionadas** De acordo com a seção 9 do CPC 05 (R1), parte relacionada é a pessoa ou sociedade que possa relação com a Entidade que está elaborando as demonstrações contábeis. As transações com as partes relacionadas, tem na sua essência, transferência de recursos, serviços e ou obrigações. **2.2.6. Imobilizado** É demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais. **2.2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável pode ser revertida no valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existe fluxo de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). **2.2.8. Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. As diferenças que por ventura existirem entre os valores captados líquidos dos custos incorridos e o valor de liquidação são reconhecidas no resultado durante o prazo contratual e sua efetiva taxa de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante e diferido no passivo não circulante quando a operação é superior a 12 meses contados a data de encerramento das demonstrações contábeis. **2.2.9. Provisões para demandas judiciais** A Entidade responde por processos judiciais de natureza administrativa, civel, tributária, trabal

LIV LINHAS INTELIGENTES DE ATENÇÃO A VIDA S/A

CNPJ Nº 00.846.662/0001-87
Registro ANS Nº 37928-0

NOTAS EXPLICATIVAS

	PPCNG/PIC	SUS	PEL	PEONA	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	**249.255,41**	**552.471,04**	**3.699.061,20**	**3.469.154,36**	**7.969.942,01**
Constituições	57.047.871,87	1.662.247,55	189.180.871,09	2.744.586,03	250.635.576,54
Reversões	-	-	-	(99.404,55)	(99.404,55)
Baixas/Pagamentos	(56.196.282,54)	(1.166.862,40)	(161.431.483,11)	-	(218.792.628,05)
Saldos em 31/12/2021	**1.102.844,74**	**1.047.856,19**	**31.448.449,18**	**6.114.335,84**	**39.713.486,00**

10.1. Provisão de prêmio/contraprestação Nesse Grupo, está evidenciado a Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhos – PPCNG bem como a Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC. A PPCNG refere-se a parcela da contraprestação relativa ao período de risco e/ou cobertura ainda não decorridos, conforme IV do art. 3º da RN ANS 393/2015. A medida que a cobertura contratual é decorrida no tempo, a operadora reconhece a parcela da cobertura como receita. A PIC refere-se à insuficiência de contraprestações/ prêmios para cobertura de eventos/sinistros a ocorrer, quando contratada, de acordo com IV-A do art. 3º da RN ANS 393/2015. Do montante de R$ 1.102.844,74, a PPCNG constituída na posição de 31/12/2021 for de R$ 37.007,66, referente aos contratos individuais e R$ 155.589,17 referente aos contratos coletivos. Já a PIC a evidenciação mostra uma constituição na posição de 31/12/2021 no montante de R$ 910.247,88. **10.2. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS** Nesse Grupo, a composição da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – PEL – SUS, está evidenciado da seguinte forma: **a.** Débitos evidenciados no Passivo Circulante - Totaliza o montante de R$ 945.053,57; **b.** Débitos evidenciados no Passivo não Circulante, totaliza o montante de R$ 102.802,62; **c.** Avisos de beneficiários identificados: assistência prestada ao beneficiário de ambos atendido na rede do Sistema Único de Saúde – SUS e ainda não cobrado, finalizando 2020 com R$ 412.345,21; **d.** Débitos pendentes: são débitos vencidos em até 5 anos e não cobrados pelo SUS até a presente data de notificação, com saldo a pagar de R$ 216.826,77; **e.** Débitos parcelados: distribuídos entre circulante (R$ 315.881,59) e não circulante (R$ 102.802,62 mil) já cobrados pelo SUS e parcelados pela operadora. **10.3. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais** Nesse Grupo, a composição da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – PEL dos prestadores de serviços, está evidenciado pelo registro de competência incluindo os valores de despesas ocorridas e reconhecidas no resultado. Abaixo, demonstramos a segregação do valor provisionado.

	2021
A Vencer	904.889,08
Vencidos	
Vencidos de 1 a 30 dias	1.342.611,11
Vencidos de 31 a 60 dias	9.230.099,66
Vencidos de 61 a 90 dias	6.216.944,48
Vencidos de 91 a 120 dias	8.667.321,66
Vencidos a mais de 120 dias	5.086.622,90
Saldo Total	**31.448.449,18**

10.4. Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisadas – PEONA Nesse Grupo, a composição da Provisão de Avisados tem a sua constituição realizada por metodologia própria, RN 393/2015. A PEONA refere-se a uma estimativa do montante de eventos/sinistros ocorridos e que até o encerramento do exercício **não tenham sido avisados a operadora**. Nesse exercício o montante evidenciado para a PEONA é de R$ 6.114.335,84. **11. Provisões** Durante o exercício de 2021, a entidade está exposta a riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, para quais, a entidade constitui provisões a fim de se resguardar do resultado dessas ações no futuro. Apresentou-se um montante de R$ 1.907.437,81, sendo 1.697.405,68 curto prazo e R$ 210.032,13 no realizável a longo prazo. **12. Tributos e encargos sociais a recolher**

Descrição	2021	2020
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		
Tributos e Contribuições	1.011.341,94	1.091.181,83
Outros Tributos e Contribuições	-	1.525,38
Retenções de Imposto e Contribuições	546.574,56	356.606,41
Parcelamento de Tributos e Contribuições	89.459,55	118.839,74
Saldo Total	**1.647.376,05**	**1.566.620,96**
Circulante	1.647.376,05	1.566.620,98
Não circulante	60.034,75	139.956,48
Saldo Total	**1.707.410,80**	**1.706.577,46**

Neste grupo destacamos: a) ISS a recolher: O montante evidenciado nessa rubrica é de R$ 520.427,96 relativo ao ISS devido à Prefeitura Municipal de Fortaleza. A obrigação está sendo constituída deduzindo os eventos indenizáveis das contraprestações líquidas. Para a atividade de Operadora de Plano de Saúde, no Município de Fortaleza, a alíquota do ISSQN é de 2%, conforme o Código Tributário. **b) COFINS e PIS a recolher:** Pelo regime da cumulatividade e em conformidade com a Lei 9.718/1998, e suas alterações, a LIV apura estes tributos com a dedução de provisões técnicas e efetivo pagamento dos eventos ocorridos. O saldo a ser realizado no exercício seguinte ao **mês** de dezembro/2021 é de R$ 243.683,34; **c)** Retenções de impostos: Valores retidos em decorrência **à substituição tributária**, cuja responsabilidade pelo repasse ao governo é **da** LIV Saúde. Os valores retidos referem-se a IRRF, COFINS, PIS e CSLL; **d)** Parcelamentos **de tributos e contribuições:** Valor no montante de R$ 149.494,30, negociados com a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referentes a tributos não liquidados em vencimentos passados, bem como valores de multas administrativas junto a ANS. Do total parcelado, o montante de R$ 89.459,55 está evidenciado no passivo circulante e R$ 60.034,75 está evidenciado no passivo circulante. **13. Empréstimos e Financiamentos** Evidencia-se nesse grupo, um montante de R$ 900.000,00, relativo a recebimento do ISS (Controladora) da LIV, cuja devolução se dará logo no início do exercício seguinte. **14. Débitos diversos** Nesse Grupo, está evidenciado o saldo remanescente de curto prazo e longo prazo da Operadora, relacionadas com a operacionalização administrativa. Abaixo temos o desmembramento desta rubrica:

Descrição	2021	2020
Débitos Diversos		
Obrigações com Pessoal	1.082.720,41	1.051.940,87
Fornecedores	3.607.823,67	7.617.575,52
Débitos com Aquisição de Ativos	2.420.048,89	2.420.048,89
Outros Débitos a Pagar	103.049,50	250.586,09
Amortização - Clínicas do Shopping	-	- 224.609,29
Saldo Total	**7.213.642,47**	**11.340.151,37**

14.1 **Fornecedores** Nesse Grupo, destacamos as obrigações da Operadora, relacionadas com os serviços técnicos. Como relevante, destacamos a obrigação constituída de fornecedores no montante de R$ 3.607823,67, sendo desse montante, o valor de R$ 3.415.473,57, decorrente da comissão sobre aquisição de carteira. 14.2 **Débitos com aquisição de carteira** Nesse Grupo, está evidenciado a obrigação em favor do GAMEC, decorrente da aquisição da carteira firmado em fevereiro/2019 pelo valor de R$ 2.420.048,89. **15. Patrimônio Líquido** 15.1 **Capital social, AFAC e Reserva de Capital** Nesse Grupo, destacamos o Capital Social LIV Saúde, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 44.219.974,88, divididos em 44.219.974,88 **ações ordinárias, conforme** disposto no capítulo II de seu Estatuto. Registra-se que durante o exercício de 2021, a Entidade integralizou um montante de R$ 43.749.974,88 evidenciado na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Permanece como saldo residual o montante de R$ 1.660.000,00, o qual será incorporado ao Capital Social no ano subsequente. No Grupo Reserva de Capitais, finalizou o exercício com o montante de R$ 335.070,58, não sendo registrado movimento no período. 15.2 **Lucros/ Prejuízos acumulados** Nesse Grupo, está evidenciado a movimentação dos resultados da Operadora, que acumula no período o montante de R$ 37,6 milhões conforme discriminado abaixo:

Descrição	2021	2020
Lucros/Superávits Acumulados	484.018,09	484.018,09
Prejuízos/Déficits Acumulados	(24.111.894,13)	(17.513.160,96)
Resultado do Exercício	(13.948.147,58)	(6.598.733,17)
Saldo Total	**(37.574.023,62)**	**(23.627.876,04)**

16. Resultado do Exercício O Resultado do Exercício da Operadora em 2021, apresenta um prejuízo no montante de R$ 13.925.661,59, decorrente de suas operações assistenciais, financeiras e administrativas, sendo mais relevante na composição do resultado as despesas assistenciais decorrentes dos eventos indenizáveis líquidos. Os acionistas entendem que o resultado apresentado reflete a agressividade do mercado de saúde suplementar, onde requer o aporte de capital, para fazer jus ao custeio assistencial. Ressalte-se que no exercício de 2021, a sinistralidade no segmento de saúde suplementar no Brasil em muito foi impactada com a Pandemia do Covid_19, nociva ao resultado da Companhia. 16.1 **Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde** Nesse Grupo, está evidenciado as contraprestações efetivas, reconhecendo pelo seu montante líquido de cessões e/ou retrocessões, registrado de acordo com a cobertura assistencial pro rata tempore. As contraprestações efetivas representam as receitas obtidas pelo valor nominal. No exercício de 2021, registra-se o montante de R$ 228.855.498,07, de contraprestações líquidas, composto por plano individual, coletivo empresarial e coletivo por adesão, conforme segue:

	2021	2020
Rec. c/ Op. de Assistência à Saúde - Individual	**11.212.192,62**	**10.779,67**
Rec. c/ Operação de Assistência à Saúde – Coletivo	**217.643.306,05**	**53.633.488,86**
Coletivo Empresarial	213.100.512,07	51.786.825,90
Coletivo por Adesão	4.542.793,98	1.846.663,87
(-) Tributos Diretos	(9.145.752,87)	(1.655.743,42)
Saldo Total	**219.709.745,20**	**62.757.422,45**

16.2 **Variações das Provisões Técnicas – Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIC** nesse período, a Operadora passou a reconhecer no exercício, as variações positivas e negativas, vinculadas à Provisão de Insuficiência de Prêmio – PIC, evidenciando na posição de 31/12/2021 o montante de R$ 910.247,88. 16.3 **Eventos indenizáveis líquidos** Nesse Grupo, evidencia custo da operadora, pelos eventos indenizáveis líquidos representando as despesas incorridas com os beneficiários, no período, sob o regime de competência, diferente ao uso da cobertura contratual. O sinistro de maior representatividade dentro do grupo de despesas com eventos é o coletivo empresarial, representando 72% do total das despesas, conforme tabela:

	2021	2020
Despesas com Eventos Conhecidos – Individual	(10.046.284,39)	(6.475.879,72)
Desp. c/ Eventos Conhecidos – Coletivo Empresarial	(187.058.072,30)	(40.325.986,45)
Desp. c/ Eventos Conhecidos – Coletivo por Adesão	(5.674.628,36)	(1.770.174,64)
(-) Glosas	5.932.428,72	3.018.017,84
(-) Recuperação por Coparticipação	3.400.520,85	728.969,63
Ressarcimento ao SUS	822.946,58	(99.637,42)
Variação da PEONA	(2.645.181,48)	(520.768,68)
Saldo Total	**(195.268.293,98)**	**(45.285.658,32)**

16.4 **Despesas Administrativas**

	2021	2020
Despesas com Administração	299.040,80	38.530,310
Despesas com Empregados	6.910.921,78	4.931.843,01
Despesas com Indenizações	172.293,43	63.345,72
Despesas com Honorários Sociais	2.741.652,82	2.142.264,69
Despesas com Assistência Social	1.443.461,40	613.696,01
Despesas com Formação Profissional	47.206,11	78.033,11
Alimentação ao Trabalhador	837.937,28	512.821,56
Despesas com Transporte de Empregados	281.966,38	212.400,21
Outras Despesas com Pessoal Próprio	379.066,19	865.072,66
Remuneração por Serviços de Terceiros	5.375.492,04	3.232.083,38
Despesas com Localização e Manutenção	2.438.782,86	1.303.692,06
Despesas com Utilização de Equipamentos e Veículos	188.911,63	114.889,75
Despesas com Bens de Uso Próprio	1.682.286,66	591.015,09
Outras despesas com Localização e Funcionamento	502.123,42	290.309,63
Publicidade e Propaganda	307.805,23	379.159,99
Impostos	39.728,68	72.108,94
Contribuições	123.168,97	34.783,98
Taxa de Saúde Suplementar	502.988,05	132.426,72
Despesas Diversas	1.067.614,03	848.431,48
Saldo Total	**25.342.497,76**	**16.456.909,00**

16.5 **Resultado Financeiro Líquido**

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Receitas com Títulos de Renda Fixa Privados	453.505,63	239.210,77
Receitas com Títulos de Renda Variável	-	-
Receitas por Recebimentos em Atraso	337.039,06	223.512,29
Receitas com Depósitos de Contraprestações	-	-
Receitas com Créditos Tributários	-	-
Receitas Financeiras Diversas	541.492,65	60.772,05
Saldo	**1.332.037,34**	**523.495,11**
Despesas Financeiras		
Desp. com Provisões para Desvalorização de Títulos	-	(18.501,41)
Despesa Financeira com Empréstimos	-	-
Desp. Finan. com Operações de Assistência à Saúde	(627.557,24)	(257.328,13)
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(1.477,14)	(46,40)
Despesas por Pagamentos em Atraso	(9.198,65)	(15.766,01)
Desp. c/ Imp. e Contrib. sobre Transações Financeiras	(28.425,88)	(1.910,22)
Despesas Financeiras Diversas	(245.230,72)	(105.941,20)
Saldo	**(911.889,63)**	**(399.493,37)**
Saldo Líquido	**420.147,71**	**124.001,74**

16.6 Resultado Patrimonial

Despesas Patrimoniais	
Ganhos e/ou Perdas com Ajustes Negativos de Investimentos em Coligadas em Controladas e Coligadas	
	1.120.068,65
Saldo Líquido	**1.120.068,65**

17. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	-13.925.661,59	-6.978.411,00
Depreciação e amortização	168.286,66	591.015,69
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	0,00	0,00
Provisão para perdas sobre créditos	1.389.833,02	1.197.751,78
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Baixa de ativo imobilizado	0,00	0,00
Baixa do intangível	0,00	0,00
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	0,00	0,00
Rendimento de aplicação financeira	-1.332.037,34	-523.495,11
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Tributos diferidos	0,00	0,00
Variações que alteram ao resultado positivamente	7.347.154,78	0,00
Variações que alteram ao resultado negativamente	0,00	-673.083,98
(Aumento) diminuição das contas de ativo:		
Contraprestações pecuniárias a receber	-15.342.503,68	-1.579.193,14
Aplicações financeiras	984.961,33	-646.146,57
Outros créditos com operações de assistência à saúde	0,00	0,00
Créditos tributários e previdenciários	-206.995,62	-143.564,34
Bens e títulos a receber	-6.129.245,07	-11.642.727,51
Depósitos judiciais	-1.093.599,92	-1.028.838,06
Títulos e créditos a receber	0,00	0,00
Ativo fiscal diferido	0,00	0,00
Despesas diferidas	5.173.259,90	-4.215.921,67
Aumento (diminuição) das contas de passivo:		
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	31.743.543,94	-2.799.992,81
Débitos de operações de assistência a saúde	-9.082.471,12	9.064.195,21
Tributos e contribuições a recolher	833,34	800.666,91
Provisões para ações judiciais	853.059,85	798.176,25
Débitos diversos	-4.126.508,90	598.353,53
Pagamentos de IR e CSLL	0,00	0,00
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**-2.064.090,42**	**-17.221.214,87**

18. Patrimônio Mínimo Ajustado O Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA, é calculado conforme estabelecido pela ANS na RN Nº 451, sendo a sua constituição representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator 'K', definido pelo enquadramento da operadora quanto a sua classificação, segmentação, região de comercialização (Anexo I da RN 451) e pelo capital base estabelecida pela ANS. A seguir, a demonstração da composição do PMA

Apuração do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

Descrição	Ano base: 2021
Classificação	Medicina de grupo
Segmentação	ST
Região de comercialização	5
Fator "K"	18,06%
Capital base	9.726.594,88
PATRIMÔNIO MÍNIMO EXIGIDO (PME)	1.756.623,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	4.616.721,72
Situação do PME: suficiente em:	**2.860.098,68**

19. Capital Circulante Líquido (CCL) O Capital Circulante Líquido - **CCL** representa o total de recursos de curto prazo disponíveis para financiamento das atividades da empresa. Ao final de 2021 a LIV Saúde apresentou um CCL positivo em R$ 70.630,96. Consequentemente a liquidez corrente da operadora é positiva em 1,00334, conforme demonstrado abaixo:

	2021
Capital Circulante	
Ativo Circulante	51.240.895,48
Passivo Circulante	51.070.264,49
Situação do Capital Circulante	**70.630,99**
Índice de Liquidez Corrente	**1,00334**

20. EVENTOS SUBSEQUENTES Não ocorreram de eventos subsequentes relevantes até a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras.

São Paulo – SP, 31 de dezembro de 2021

Pedro Menelau Gonçalves da Silva — **Diretor Presidente**
Leonardo Rosário de Alcântara — **Diretor Superintendente**
Sérgio de Melo Duarte
CPF Nº 244.606.133-67
CRC DE009566/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **LIV Linhas Inteligentes de Atenção à Vida S.A.** São Paulo – SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da **LIV Linhas Inteligentes de Atenção à Vida S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LIV Linhas Inteligentes de Atenção à Vida S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, em função da sua natureza e valor, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ação de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza - CE, 24 de março de 2022.

Gama & Cia. Auditores Independentes
CRC-CE Nº 227

Manoel Delmar da Gama Contador
CRC-RS Nº 028449/O-6-T-S-SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0079351-70.2010.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Longobardi Campana, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FERNANDO FERREIRA MARTINS, CPF 116.358.148-43, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 30.153,21 (dezembro de 2010), decorrente dos Contratos de Alfaiçates, para Concessão de Bolsa de Estudo Reembolsável, através dos Contratos de Outorgas de Bolsas Restitutíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (incluindo custas processuais, honorários advocatícios e acréscimo de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Não havendo pagamento voluntário ou oposição de Embargos no prazo legal, o réu será considerado revel, caso em que lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 02 e 05 / 04 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO .Processo Digital nº: **0004832-04.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Mun Hyung Song. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº: 0004832-04.2022.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Mun Hyung Song (CPF: 236.582.738-10), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Banco Bradesco S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 42.052,31 (janeiro de 2022). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2022. 02 e 05 / 04 / 2022.

33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0045713-57.2021.8.260100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **PAULO JOSÉ MARQUES DE SOUZA**, RG. 11536934-X, CPF 148.689.728-20, que por seu autor foram lhe ajuizada uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por **LAMIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, pague o débito (cláusula 3ª do contrato de Compromisso de Venda e Compra, no valor de **R$ 47.977,48 (11/2021) fls. 02**, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, sob pena de multa. E, para que chegue ao conhecimento do executado, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1041923-85.2020.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Longobardi Campana, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDUARDO JOSE DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 134.515.068-74, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., para cobrança de R$ 6.169,30 (08/2020), relativo aos danos causados em automóvel segurado da autora, conforme descrito na inicial. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor, incluindo custas e honorários, podendo pagar o restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022.

7ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DE SÃO PAULO - EDITAL para **CONHECIMENTO GERAL** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1112697-06.2021.8.26.0100**. A MM ª Juíza de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. ERICA REGINA COLMENERO COIMBRA**, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de **ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS** movida por **JULIO WILSON VIGORITO**, CPF 001.395.218-87 e **ANTÔNIA MARIA REIS COUTO VIGORITO**, CPF 607.791.958-68, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de março de 2022.

02 e 05/04

Governo autoriza reajuste de até 10,89% no preço dos medicamentos

O governo federal autorizou o aumento de até 10,89% no preço dos medicamentos. A resolução com os percentuais de reajuste ao consumidor final foi publicada na sexta-feira (1º) no Diário Oficial da União (DOU), com o mesmo percentual de ajuste máximo permitido para os medicamentos dos níveis 1, 2 e 3. Os níveis se referem às classes terapêuticas de cada medicamento, como analgésicos e anti-inflamatórios. A cobrança dos novos valores começa a valer a partir da sexta-feira (1).

De acordo com a resolução, o aumento foi calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais fatores ligados à produtividade relativos a cada setor, conforme resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

A resolução diz ainda que para fazerem jus ao ajuste de preços, as empresas produtoras de medicamentos deverão apresentar relatório de comercialização à CMED até o dia 10 de abril.

O texto diz que as empresas produtoras deverão dar ampla publicidade aos preços de seus medicamentos, por meio de publicações em mídias especializadas de grande circulação. Os preços não podem ser superiores aos preços publicados pela CMED no portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ao comércio varejista, cabará publicidade dos reajustes, mantendo à disposição dos consumidores e dos órgãos de proteção e defesa do consumidor as listas dos preços de medicamentos atualizadas. (Agencia Brasil)

REC SS Tatuapé Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 28.880.364/0001-22

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	570	314
Contas a receber	31	40
Créditos diversos	32	1
Tributos a Recuperar	153	31
Valores a receber de partes relacionadas	1	1
Despesas Antecipadas	4	7
Total do ativo circulante	**791**	**394**
Não circulante		
Imobilizado	179	199
Propriedade para investimentos	18.317	18.540
Impostos diferidos	220	–
Total do ativo não circulante	**18.717**	**18.739**
Total do ativo	**19.508**	**19.133**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	91	31
Valores a pagar para partes relacionadas	126	127
Obrigações tributárias	24	23
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	77
Adiantamento de clientes	62	25
Dividendos a pagar	461	–
Outras contas a pagar	1	–
Total do passivo circulante	**784**	**284**
Não circulante		
Impostos diferidos	–	139
Total do passivo não circulante	**–**	**139**
Patrimônio líquido		
Capital social	18.700	19.700
Reserva Legal	24	–
Prejuízos acumulados	–	(990)
Total do patrimônio líquido	**18.724**	**18.710**
Total do passivo e patrimônio líquido	**19.508**	**19.133**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/ Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**19.351**		**349**	**(972)**	**18.728**
Aumento de capital	349	–	–	–	349
Adiantamento para

Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 25.118.715/0001-35

Fundada em 1º de julho do ano de 2016, a Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua do Ministro Jesuino Cardoso, 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia pretende a seus clientes melhores arrangements competitivos frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Nessa forma de securitização pessoas não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2021, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos inovadores e análises de crédito e sistemas e com sua plataforma inovadora

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Aplicações financeiras	4	4.247	5.698
Carteira de créditos	5	1.699	1.117
Adiantamentos a fornecedores		9	10
Impostos a recuperar	6	124	105
Total do ativo circulante		**6.079**	**6.930**
Não circulante			
Carteira de créditos	5	381	381
Total do ativo não circulante		**381**	**381**
Total do ativo		**6.460**	**7.311**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Contas a pagar	7	6	41
Obrigações fiscais	8	27	54
Debêntures	9	65	463
Total do passivo circulante		**153**	**541**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	9	6.306	6.769
Total do passivo não circulante		**6.306**	**6.769**
Patrimônio líquido		**1.624**	**1.533**
Capital social	10	1	1
Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		**1**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.460**	**7.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais		-	-
Despesas de capital	11	(1.624)	(1.533)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.624)**	**(1.533)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12.1	3.804	5.963
Despesas financeiras	12.2	(2.180)	(4.430)
		1.624	**1.533**
Prejuízo do exercício		-	-
Média ponderada de ações	9	**1**	**1**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações de capital social no fim do exercício - R$		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Resultado do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a pagar	(582)	(401)
Em impostos a recuperar	(19)	(86)
Em adiantamento a fornecedores	1	(10)
Em contas a pagar	57	(30)
Em obrigações fiscais	(27)	43
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(570)**	**(484)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	(881)	1.181
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**(881)**	**1.181**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.451)**	**697**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.698	5.001
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.247	5.698
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.451)**	**697**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.669)**	**(1.499)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.640)	(1.435)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(29)	-
Valor adicionado bruto	**(1.669)**	**(1.499)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(1.669)**	**(1.499)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.804	5.963
Valor adicionado total a distribuir	**2.135**	**4.464**
Distribuição do valor adicionado	**2.135**	**4.464**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	**60**
Federais	-	60
Remuneração de capital de terceiros	**2.135**	**4.404**
Juros e prêmios	2.135	4.404
Remuneração de capitais próprios	-	-
Lucros/prejuízos acumulados	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**1**	-	**1**
Capital social emitido	10	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1**	-	**1**
Prejuízos acumulados		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1**	-	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimento, Companhias de crédito imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão de Debêntures, inclusive, mas não exclusivamente, de e capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respectados os trâmitos, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com finalidade de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 07 de julho de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias: • Escritura particular de 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real. Dessa forma em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debêntures no valor de R$ 100.000 (cem mil reais) de reais) conforme nota explicativa nº 8. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016. • Em 02 de outubro de 2017, A Companhia formalizou instrumento para emissão de debêntures por meio da escritura particular da 2ª (segunda) emissão série 1º (um) no valor de R$ 3.000 (três milhões de reais) e da 3ª emissão em duas séries sendo a série 1º (um) no valor de R$ 2.000 (dois milhões de reais) e a série 2º (dois) no valor de R$ 1 (mil reais). Dos valores emitidos foram integralizados R$ 4.701 (quatro milhões setecentos e um mil reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram integralizados R$ 300 (trezentos mil reais) referente a 3ª (terceira) emissão. Em 31 de dezembro de 2021, não foram realizadas novas emissões de debêntures.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 31 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPL e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **(e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais dentro origem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem seus direitos contratuais extintos, cancelados ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perderam valor continuam sendo reconhecidos como receita. A reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil de ativos não financeiros da Companhia, exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda de valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, estimamos o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas a seguir, de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as partes forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração de resultado:** A receita ocorre pela recuperação dos créditos improdutivos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Aplicações financeiras

Títulos para Negociação	2021	2020
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	4.246	5.198
Invest fácil	1	500
Total	**4.247**	**5.698**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado deste títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento para dezembro de 2024. A taxa de juros média contratada para aplicações em fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento para dezembro de 2021.

4.1. Hierarquia de níveis - ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos os dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2021 Nível 1	2021 Nível 2	2021 Nível 3	2020 Nível 1	2020 Nível 2	2020 Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários	Valor Justo	4.246	-	5.198	-	-
		1	-	500	-	-

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2021	2020
Saldo inicial	**5.698**	**5.001**
Aplicação/(resgate)	(1.640)	563
Receita financeira	189	134
Saldo final	**4.247**	**5.698**

5. Carteira de créditos: Os montantes contabilizados referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de créditos financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em pagamento nas operações são exercidos pelo Banco BTG Pactual S.A sociedade anônima com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 10º ao 15º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP. **S1. Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios: (a) Descrição das características dos direitos creditórios:** São representados por direitos creditórios inadimplidos adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos financeiros com cobrança do cedente oriundos de operações de financiamentos de veículos. Estes créditos foram precificados mediante a aplicação de metodologia específica da Administração da Companhia. Os direitos de valores quando efetivamente realizados poderão ser substancialmente diferentes dos valores estimados e constantes na carteira em 31 de dezembro de 2021. O desagio é reconhecido nos resultados líquidos de perdas. **(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** O único Critério de Elegibilidade a ser observado para aquisição de Direitos Creditórios pela Securitizadora é que os Direitos Creditórios sejam de titularidade de pessoas físicas. A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos Direitos Creditórios a Securitizadora, deveriam verificar as Condições de Cessão avaliando o aging dos vencimentos de suas composições e a valor de aquisição dos Direitos Creditórios. **(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra. Nova Atlantis, tornando-se a quotista majoritária da Nova Atlantis e controladora indireta da Cred II ("Alienação do Controle"). A Cred II ressalta que a gestão de suas operações, existentes e futuras, não será impactada pela Alienação do Controle, de modo que a mesma equipe continuará acompanhando o dia a dia das emissões e atividades da Planeta, conjuntamente com o departamento de Relações com Investidores. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Controles sob a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as debêntures da Companhia:** A companhia mantém em seus registros os direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debêntures, que são títulos emitidas sem coobrigação. Os direitos de créditos financeiros têm o único propósito de prover o lastro a liquidação financeira das debêntures emitidas pela Companhia. Tal controle é uma operação chave na estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros as correspondentes debêntures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento de recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em conexão as suas obrigações. Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa deles, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. **Como o assunto foi tratado na auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros;(ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recalculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras. **Outros assuntos: Valores correspondentes de exercício anterior:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas para fins comparabilidade foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, sem modificação de opinião, em 5 de março de 2021. **Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração da **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos

Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - CNPJ/MF 26.433.778/0001-88

Relatório da Administração

Fundada em 08 de setembro do ano de 2016, a Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia") está situada na Rua do Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 9º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o setor de securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta fonte de investimento, não

gante popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem ainda

novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2021, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com aplicações tecnológicas modernas, nos

tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção de parceira para operações de securitização. Seguindo a Companhia quer um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e

será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, Russell Bedford GM Auditores Independentes S.S., ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	223
Aplicações financeiras	4.1	3.063	2.748
Carteira de crédito	5	241.164	64.959
Outras contas a receber	6	1.292	1.181
Impostos a recuperar		363	307
Imóveis disponíveis para venda	7	16.878	19.230
		262.758	**88.648**
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Contas a receber	5	106.135	438.129
		106.135	**438.129**
Total do ativo		**368.894**	**526.777**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Obrigações fiscais		8	9
Debêntures	8	261.142	55.458
Outras obrigações		576	1.510
		261.726	**56.977**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	8	107.168	469.798
		107.168	**469.798**
Patrimônio líquido	9		
Capital social		2	2
Prejuízos acumulados		(258.738)	(132.473)
Outros resultados abrangentes		258.738	132.472
		2	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**368.894**	**526.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas de captação		-	-
Despesas gerais e administrativas	10	(12.000)	(10.173)
Perdas com operações		(125.335)	-
Outras receitas operacionais		5.467	227
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(131.868)**	**(9.946)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		35.725	11.789
Despesas financeiras		(30.122)	(8.987)
Resultado financeiro líquido	11	**5.603**	**2.802**
Prejuízo do exercício		**(126.265)**	**(7.144)**
Média ponderada de ações	9	**1**	**1**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações da capital social no fim do exercício - R$	9	**(126.265)**	**(7.144,00)**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações da capital social no fim do exercício - R$	9	**(930.596)**	**(7.144,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**1**	-	**1**
Capital social emitido	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(7.144)	(7.144)
Redução do valor nominal das debêntures	-	7.144	7.144
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2**	-	**2**
Capital social emitido	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(126.265)	(126.265)
Redução do valor nominal das debêntures	-	126.265	126.265
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2**	-	**2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Resultado do exercício	**(126.625)**	**(7.144)**
Outros resultados abrangentes	126.625	7.144
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto- Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(126.265)**	**(7.144)**
Ajuste para:		
Provisão para perdas no contas a receber	-	-
Prejuízo ajustado	**(126.265)**	**(7.144)**
Variações nos ativos e passivos:		
Em carteira de crédito	155.789	22.035
Em impostos a recuperar	(56)	(31)
Em imóveis disponíveis para venda	2.352	1.617
Em outras contas a receber	(110)	1.572
Em obrigações fiscais	(1)	2
Em outras obrigações	(934)	1.470
Total caixa líquido (Consumido) originado das atividades operacionais	**30.775**	**19.521**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(Liquidação)/ captação de debêntures	(30.683)	(24.368)
Caixa líquido (Consumido) originado pelas atividades de financiamento	**(30.683)**	**(24.368)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**92**	**(4.847)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.971	7.818
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.063	2.971
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**92**	**(4.847)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(137.335)**	**(10.173)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.000)	(10.173)
Perda de valores de ativo	(125.335)	-
Valor adicionado bruto	**(137.335)**	**(10.173)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(137.335)**	**(10.173)**
Valor adicionado recebido em transferência	**(41.192)**	**(12.186)**
Receitas financeiras	35.725	11.789
Outras receitas	5.467	227
Total adicionado total a distribuir	**(96.143)**	**1.843**
Distribuição do valor adicionado	**(96.143)**	**1.843**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Federais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	**30.122**	**8.987**
Juros	30.122	8.987
Remuneração de capitais próprios	**(126.265)**	**(7.144)**
Prejuízos acumulados	(126.265)	(7.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 9º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 08 de setembro de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 27 de outubro de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de quaisquer títulos de crédito ou valor mobiliário conjugadas com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com finalidade de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia formalizou a seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias. Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real. Data base em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) series de debêntures: Classe Sênior 1ª série no valor de R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) e Classe Sênior 2ª série no valor de R$ 200.000 (duzentos milhões de reais) conforme nota explicativa nº 9. Dos valores emitidos foram integralizados KBRL 328.509 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016, R$ 16 de novembro de 2017 foram integralizados R$ 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa e um mil reais), desta forma totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) integralizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 01 janeiro de 2019, foi realizada a incorporação da Gaia Cred IV Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. denominada "Gaiacred IV", pega Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros denominada "Gaiacred III", desta forma assumindo todos os bens, direitos e obrigações a partir de 1º de janeiro de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve novas emissões de debêntures.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 31 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para precificar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a expectativa de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação de valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os reembolsos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais dentro o qual eles foram concebidos, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos em resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não são mantidos dentro do modelo de negócios para receber os fluxos de caixa contratuais ou quando os fluxos de caixa contratuais não são somente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos em resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado abrangente caso os ativos sejam mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e são baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de

apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão como redutoras. Os juros sobre o ativo que permanece com contínuas perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos aos efeitos de perdas por redução ao valor recuperável, exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso existam indicações, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao valor, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, quando aplicável, e efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25. (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são reconhecidos quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de ocorrer saídas de recursos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita ocorre pela incorporação dos créditos inadimplidos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	-	223
Total	-	**223**

4.1. Aplicações financeiras

	2021	2020
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	3.063	2.007
CDB - InvestFácil	-	741
Total	**3.063**	**2.748**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2024. A taxa de juros média contratada para aplicações em certificados de depósitos bancários CDB InvestFácil é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2023. **4.1.1. Hierarquia de níveis - ativos passivos financeiros mensurados a valor justo:** A hierarquia de avaliação do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificação quando se utilizam outras técnicas de avaliação onde todas as informações tecnologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as demais técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia de valor justo de acordo com as "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2021 Nível 1	2021 Nível 2	2021 Nível 3	2020 Nível 1	2020 Nível 2	2020 Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários	Valor justo	3.063	-	2.007	-	-
CDB InvestFácil	Valor justo	-	-	741	-	-

4.1.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2021	2020
Saldo inicial	**2.748**	**7.038**
Resgate/Aplicação	(7)	(4.418)
Receita financeira	322	120
Saldo final	**3.063**	**2.748**

5. Contas a receber - Carteira de créditos: Os montantes a receber referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de créditos financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança são referentes a direitos creditícios vencidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações seria executada pela CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP. **5.1. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: a) Descrição das características dos direitos creditícios:** Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com a cedente e seus clientes. **b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** O único critério de elegibilidade a ser observado para aquisição de direitos creditórios pela Securitizadora é a existência de direitos creditórios devidos e de titularidade de pessoas jurídicas e Companhias em geral. A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos direitos creditórios a Securitizadora, deverão verificar as condições de crédito avaliando a idade dos vencimentos de suas composições e o valor de aquisição dos direitos creditórios. **c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditícios:** Os direitos creditícios adquiridos pela Securitizadora dom carater definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos. **d) Concentração de crédito:** Não ocorrem aquisições dos direitos creditórios durante o exercício de 2021 R$ 0 em 31 de dezembro de 2020). O prazo de recuperação dos créditos previsto nas projeções de fluxo futuro propagadas pela consultoria especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

Cedente	2021	2020
China Construction Bank (Brasil) S.A.	347.299	503.088
Total	**347.299**	**503.088**

(a) Valor Justo: Para ativos referentes a carteira de crédito, a empresa estabelecerá o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros envolvidos de próprio banco investidor - CHINA CONSTRUCTION BANK BRASIL), a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos fluxos descontados e modelo de precificação de opções e outros modelos usados pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser (*) Lucro efetivado somente se houver qualquer ação do lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

6. Outras contas a receber: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia retornou bens dados em garantia e efetuou vendas a prazo que geraram saldo a receber no valor de R$ 1.292 (R$1.181 em 31 de dezembro de 2020) que incluem disponibilidades para venda. Os resultados líquidos da venda dos imóveis serão destinados a amortização do saldo devedor das debêntures (Nota 9).

	2021	2020
Imóveis vendidos a prazo	1.292	1.181
	1.292	**1.181**

7. Imóveis disponíveis para venda: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia retornou bens dados em garantia no valor de R$ 16.878 (R$ 19.230 em 31 de dezembro de 2020) que foram disponibilizados para venda. Os resultados líquidos da venda dos imóveis serão destinados a amortização do saldo devedor das debêntures (Nota 9).

	2021	2020
Imóveis consolidados	16.878	19.230
	16.878	**19.230**
Movimentação		
Saldo inicial	**19.230**	**20.847**
Adições	1.298	6.375
Baixas	(3.650)	(7.992)
Saldo final	**16.878**	**19.230**

8. Debêntures: Em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de Debêntures, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 328.509 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a integralização de debêntures no valor de KBRL 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa um mil reais) totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) em debêntures integralizadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve a incorporação das debêntures emitidas pela "Gaiacred IV" no valor de R$ 112.817 (cento e dois milhões oitocentos e dezessete mil reais). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representadas da seguinte forma:

	2021	2020
Debêntures Emissão 1 Série 1	338.899	338.898
Debêntures Emissão 1 Série 2	186.517	171.430
Debêntures Emissão 1 Série única	83.415	101.477
Fundo de Reserva	8.666	8.666
(-) Provisão para redução do valor nominal das debêntures	(258.738)	(132.472)
Prêmios a pagar	2.025	31.733
Resultados a realizar na venda de ativos	5.534	5.534
Total	**368.308**	**525.256**
Parcela no passivo circulante	261.142	55.458
Parcela no passivo não circulante	107.166	469.798
Movimentação das debêntures		
Saldo inicial	**525.256**	**556.768**
(-) Amortizações das debêntures	(156.950)	(29.747)
Resultados a realizar na venda de ativos	-	(1.765)
Saldo final	**368.306**	**525.256**

9. Capital: nominativas escriturais e não conversíveis em ações. **Exercício:** com garantia real. **Valor Original:** R$ 700.000 (setecentos milhões de reais). **Valor Nominal:** R$ 1 (hum mil reais) por debênture. **Destinação dos recursos:** O recurso oriundos das emissões está destinados à aquisição dos recebíveis. **Pagamentos condicionados:** A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remuneração) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures. **Remuneração adicional (prêmio):** Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados a cada série de debêntures e paga pelos cedentes dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora e de valor principal da debênture. **Garantias:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de seus respectivos valores, contendo o fluxo de recebimento das carteiras vinculadas a cada série de debêntures. **Dação em pagamento:** Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada série das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vórtx S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de dação a ser executada pela Securitizadora, que deverá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da propriedade dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aquarda da recuperação dos direitos creditórios, entre outros. **Fundo reserva:** São recursos oriundos da emissão das debêntures e será limitado ao valor de R$ 5.515 (seis milhões, quinhentos e quinze mil reais).

9. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social é de R$ 2 (dois mil reais) representado por 2.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.000 (hum mil) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1 (um real) cada e o capital foi integralizado através do capital da "Gaiacred IV". Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	2021	2020
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,90%	1.998	1.998
Outros	0,10%	2	2
	100%	**2.000**	**2.000**

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recalculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas para fins comparabilidade foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, sem modificação de opinião, em 5 de março de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluímos que as outras informações não apresentam distorção relevante. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da **Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia manter operação contínua, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso pela base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia **Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** são os responsáveis por supervisionar a companhia no processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários baseadas nas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contáb

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº **1017240-09.2021.8.26.0002**. O Dr. Guilherme Augusto de Oliveira Barna, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP. Faz Saber a Vinicius Dias Alves (CPF: 338.024.188-01), que Hospital São Camilo Pompeia lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 3.208,20 (março de 2021), decorrente do Resumo da Conta Hospitalar e das Recibos Provisórios de Serviço nº s 236703 e 236704. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiras as suas alegações. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 16/03/2022. 02 e 05 / 04 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0045603-54.2004.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Gustavo Henrique Breda Marzagão. Faz saber a Cetrel Ltda. e etc. FAZ SABER a Feliciana Toledo de Carvalho Dias (CPF: 113.080.318-07), Cyanna Carvalho Dias E Shimmelpfeng (CPF: 137.147.831-72), Carmem Patricia Carvalho Dias (CPF: 171.456.128-36) e Vera Cristina Carvalho Dias Bove (CPF: 035.307.648-17), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Companhia Brasileira de Distribuição, em face de Cetrel Central Brasileira Comércio e Indústria de Papel Lta (CNPJ 02.428.100/0001-49), foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifestem-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa CBP Central Brasileira Comércio e Indústria de Papel Ltda (CNPJ 02.428.100/0001-49), requerendo as provas cabíveis. Estando as requeridas em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. NADA MAIS. 02 e 05 / 04 / 2022.

NATELI LTDA.

NIRE 35.217.120.767 / CNPJ n.º 04.668.168/0001-20

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS. REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2011

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 25 de Novembro de 2011, às 10:00 horas, na sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Humaitá Vila Nova, n.º 180 – Moema – CEP: 04522-010 ("Sociedade"). **MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Natalia Amadeu Landsberger Glik**; e secretariados pela Sra. **Jéssica da Silva Rodrigues. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação diante da presença da totalidade dos sócios, representando 100% (cem por cento) do capital social, na forma prevista do Contrato Social. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a redução no valor do capital social da Sociedade; e (ii) outros assuntos de interesse da Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** por unanimidade dos presentes, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto e sem qualquer manifestação, dissidência, reserva, oposição ou protesto dos presentes, deliberam os sócios: (i) Após apresentação e discussão da Sociedade, em face de um imóvel 1/3 (um terço) da parte ideal de um terreno situado na praia ou barreiro de Maresias, município de São Sebastião, cadastrado com o numero de contribuinte **3133.214.6302.0001.0300** e registrado sob a **matrícula nº 33.178** no Registro de Imóveis de São Sebastião pelo valor de **R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) em quatro de novembro de dois mil e quinze, os sócios por unanimidade aprovaram a redução do capital social da Sociedade para **300,000** (trezentos e oitenta mil reais) no valor de **R$ 380.000,00** (trezentos e oitenta mil reais). (ii) Outros assuntos do interesse social: (a) A unanimidade dos presentes autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações ora aprovada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem deia quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Estes são os fatos fiel da ata original lavrada em livro próprio. **São Paulo, 25 de novembro de 2011. NATALIA AMADEU LANDSBERGER GLIK**. Presidente. **JÉSSICA DA SILVA RODRIGUES.** Secretário da Mesa. **NATALIA AMADEU LANDSBERGER GLIK** rG nº 13.163.824-X/SP-SSP. CPF/MF sob o nº 051.324.768-60. **JESSIKA DA SILVA RODRIGUES** rG nº 43.264.168-60. **JESSIKA DA SILVA RODRIGUES OAB/SP n. 345.790.** 02/04/2022.

JOHN DEERE | **HITACHI**

Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A.

CNPJ n º 03.982.513/0001-33

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 - (Em Milhares de Reais - R$)

Balanço Patrimonial

	2021	2020
Ativo	**330.519**	**200.229**
Circulante	329.724	57.502
Caixa e equivalentes de caixa	675	8.994
Contas a receber - partes relacionadas	41	27
Contas a receber	193.122	98.357
Estoques	103.528	32.209
Impostos a recuperar CP	3.420	3.140
Outros ativos	**135.142**	**133.117**
Não circulante	34	34
Cauções	35.269	35.892
Impostos a recuperar LP	544	2.099
Ativo de direito de uso	99.295	95.092
Imobilizado e intangível	**465.652**	**333.346**
Total do ativo	**2021**	**2020**
Passivo e patrimônio líquido	**360.014**	**241.420**
Circulante	36.271	13.559
Fornecedores	167.824	85.941
Fornecedores - partes relacionadas	130.977	128.742
Empréstimos e financiamentos CP	10.693	73
Obrigações trabalhistas	7.890	4.818
Obrigações tributárias e previdenciárias	444	2.192
Passivos de arrendamento CP	5.915	6.095
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**380**	**306**
Passivos de arrendamento LP	263	229
Provisão para perdas	117	77
Patrimônio líquido	**105.258**	**91.620**
Capital social	472.762	472.762
Prejuízos acumulados	(367.504)	(381.142)
Total do passivo e patrimônio líquido	**465.652**	**333.346**

Demonstração do Resultado

	2021	2020
Receita líquida	706.540	330.139
Custo dos produtos vendidos	(627.309)	(301.836)
Lucro (prejuízo) operacional bruto	79.231	28.303
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(35.853)	(26.116)
Impostos, taxas e contribuições	(3.689)	(2.241)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.553	831
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	41.242	777
Resultado financeiro líquido	(18.565)	(20.118)
Lucro (prejuízo) líquido antes do IR e IRPJ	28.002	(19.341)
IR e Contribuição Social sobre o Lucro		
Corrente	(14.363)	-
Diferido	-	-
	13.639	(19.341)
Lucro ou prejuízo do exercício	13.639	(19.341)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021	2020
Prejuízo do exercício	13.639	(19.341)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	13.639	(19.341)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	472.762	(361.801)	110.961
Prejuízo do exercício		(19.341)	(19.341)
Saldo em 31/12/2020	472.762	(381.142)	91.620
Prejuízo do exercício		13.639	13.639
Saldo em 31/12/2021	472.762	(367.503)	105.259

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	13.639	(19.341)
Ajustes em: Depreciações e amortizações	13.009	10.699
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	786	23
Provisão de estoques	(342)	499
Despesas de juros com terceiros	10.206	8.065
Despesas de juros de arrendamento (CPC 06)	209	289
Variações cambiais líquidas	3.470	26.780
Operações financeiras, líquidas	4.528	(15.049)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	34	60
	45.539	12.205
Variações de ativos e passivos		
Redução (aumento) contas a receber - partes relacionadas	8.319	(8.375)
Redução (aumento) contas a receber	(14)	(17)
Redução (aumento) estoques	(94.424)	(8.111)
Redução (aumento) Impostos a recuperar	(70.696)	31
Redução (aumento) outros ativos	(280)	798
Aumento (redução) fornecedores	22.712	11.456
Aumento (redução) fornecedores - partes relacionadas	78.413	27.917
Aumento (redução) obrigações tributárias	10.620	(96)
Aumento (redução) obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.072	(302)
Aumento (redução) outras obrigações	(180)	1.589
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	3.082	37.095
Pagamentos de juros - terceiros	(7.971)	(11.803)
Pagamentos de juros - arrendamentos	(130)	(289)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.019)	25.004
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(15.415)	(4.633)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(15.415)	(4.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos - terceiros	86.000	78.731
Amortização de empréstimos - terceiros	(90.528)	(86.904)
Pagamento de principal arrendamento (CPC 06)	(2.816)	(2.432)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7.344)	(10.605)
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(27.778)	9.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.502	47.736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.724	57.502
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(27.778)	9.766

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela empresa **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes** Contadores e Auditores Registro Ibracon CRC: 1SP254522/O-0

As Notas Explicativas completas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da empresa.

Rangel Mattia - Presidente

Contador: **Jéssica Guilherme Silva Luciano** - CRC 1SP295146/O-0

USUCAPIÃOEXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 490.244, em 23 de agosto de 2021, e autuado o Requerimento feito por **APARECIDA MARIA ARE**, brasileira, divorciada, aposentada, portadora da cédula de identidade Registro Geral sob nº 3.584.636-7-SP, inscrita no CPF/ME sob nº 692.823.828-34, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Felício Tarabaiº 406, apartamento 33, Bloco 18D, CEP 02344-060,objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do apartamento nº 83, localizado no 8º andar do " Edifício Araguaia", situado na Rua Azevedo Marques nº 45, no 11º Subdistrito, Santa Cecília, objeto da matrícula 75.455,** neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado"**, ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venha de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 01 de abril de 2022. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva)**.

Acober S/A
Administração de Bens e Condomínios

CNPJ/MF 61.391.314/0001-57 - NIRE 35300064925

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Acionistas para a A.G.O., dia 14/04/22, às 10 hs, na Rua Azevedo Soares 1101, Capital, com a ordem do dia: 1) Contas e Demonstrações Financeiras de 31/12/21; 2) Destinação do lucro e dividendos; 3) eleição da diretoria; 4) Outros assuntos. (SP 31/03/2022) Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente

Jornal O DIA SP
Ligue:
3258-1822
3258-0273

VIRO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Companhia Aberta - NIRE 35.300.151.402 - CNPJ/MF nº 02.105.040/0001-21

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022

Data, Hora, Local: 17.03.2022, às 10 horas na sede social, Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 115, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Daniel Monteiro Coelho De Magalhães, Presidente; Andressa Maciel Scerni, Secretária. **Deliberações Aprovadas: 1.** alteração do caput do artigo 19 do Estatuto Social, bem como seus §§ 4º e 7º e a exclusão do seu § 8º, renumerando os demais itens para refletir a referida aprovação, que passarão a vigorar com a seguinte redação: *Artigo 19. A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, competirá ao (i) Diretor Presidente em conjunto com qualquer 1 Diretor, (ii) qualquer 2 Diretores, em conjunto, (iii) qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou ainda (iv) 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B, observado o disposto abaixo; (a) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia cujo valor exija acima de R$ 50.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor; (b) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 10.000.000,00 e até o limite de R$ 50.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por qualquer 2 Diretores em conjunto; (c) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 1.000.000,00 e até o limite de R$ 10.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador; (d) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou por qualquer 1 Procurador Classe B (...) § 4º. Independentemente dos limites de representação acima estipulados, a representação da Companhia (i) perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria da Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a Bolsa de Valores, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, ou quaisquer outros órgãos públicos em geral, federais, estaduais ou municipais, ou demais instituições públicas ou privadas, bem como instituições financeiras e de pagamento. (ii) para fins de liberação de garantias outorgadas em favor da Companhia, inclusive garantias que recaiam sobre imóveis (tais como hipoteca ou alienação fiduciária), bem como, (iii) em todos e quaisquer documentos ou movimentações bancárias relacionados às emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, poderá ser realizada por qualquer 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou por 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B. (...) § 7º. Na abertura, movimentação ou encerramento de qualquer conta bancária, inclusive contas de aplicação e resgate do cheque ou ordem de pagamento, a Companhia também poderá será representada na forma estabelecida no § 4º deste artigo 19. (...)* **2.** a consolidação do estatuto social da Companhia, e a autorização, à administração da Companhia, para a prática de todos os atos, registros e publicações necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.03.2022. Daniel Monteiro Coelho De Magalhães - Presidente, Andressa Maciel Scerni - Secretária. **Acionista presente:** Virgo Companhia de Securitização. JUCESP nº 159.960/22-8 em 28.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social da Virgo II Companhia de Securitização - Denominação, Objeto, Sede e Prazo Artigo 1º. A **Virgo II Companhia de Securitização** é uma companhia de capital aberto, que se regerá pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários e de agronegócio passíveis de securitização; (b) a emissão, colocação e distribuição, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário lastreado em tais créditos imobiliários e obrigações de securitização de créditos imobiliários, créditos do agronegócio e emissões de CRI e CRA; e (d) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando o cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e de agronegócio. **Parágrafo Único. Parágrafo Terceiro 3º.** A Companhia tem sede no Município e Comarca de São Paulo/SP, que é o seu foro, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, instalar ou encerrar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 25.385.758,59, dividido em 41.403 ações ordinárias e 246 ações preferenciais Classe A, todas sem valor nominal, na forma nominativa. O capital social da Companhia encontra-se totalmente integralizado. **§ 1º.** As ações preferenciais Classe A terão as seguintes características: (i) direito ao recebimento de dividendos por ação igual a 100 vezes o valor dos dividendos pagos às ações ordinárias; (ii) direito de sem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, nas mesmas condições e ao preço pago por ação equivalente a 100 vezes o preço ação ordinária pago ao acionista detentor de ações ordinárias; (iii) não terão direito de voto; e (iv) serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, observado o quanto disposto no presente Estatuto. **§ 2º.** Os acionistas detentores das ações preferenciais Classe A, que forem criadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29.04.2016 ("AGE de Conversão") poderão, na forma do inciso I abaixo, converter as ações preferenciais Classe A de sua titularidade em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para cada 100 ações ordinárias (observada a quantidade de ações perdendo a proporção de 1 ação preferencial para cada 100 ações ordinárias e cada lote de 100 ações ordinárias, a cada lote de 100 ações preferenciais Classe A em questão, desde que tal pedido de conversão: (i) ocorra imediatamente antes da deliberação da Assembleia Geral sobre a liquidação da Companhia; e (ii) ocorra no prazo de 15 dias, a contar da AGE de Conversão, observado o disposto no parágrafo único abaixo. **Artigo 7º.** O capital social poderá ser dividido em ações ordinárias e preferenciais (estas últimas, com ou sem direito a voto), observado o limite de 50% do total das ações emitidas para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto, nos termos do § 2º, da Lei de S.A. fo-dendo as ações de verter ter a forma nominativa, e a criação de novas classes dessa espécie de ação ou o aumento de classe existente poderá ser efetuada sem guardar proporção com as demais ações. **Artigo 8º.** A Companhia atribuirá aos titulares de acionistas que vaoo na sua sede, caso existente. **Assembleia Geral: Artigo 9º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos do presente Estatuto. Será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua iniciativa ou conforme decidido por deliberação do Conselho; e, II - pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas, nos casos previstos no lei. § **3º Único.** Todas as convocações deverão indicar o dia, hora e local de caso de reforma do estatuto social, a matéria objeto da reforma. **Artigo 10.** A Assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 1º** Na abertura do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia será instalada por qualquer um dos administradores, que a presidirá e convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 2º.** O acionista poderá ser representado por procurador, nos termos do lei, a partir do lapso temporal de 1(um) ano da lei nº 6.404/76, devendo o instrumento de procuração ser preferencialmente depositado na sede social até 24 horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia. **Artigo 11.** A Assembleia Geral tem poderes para tomar todas as decisões relativas ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas dos órgãos de administração da Companhia. **Artigo 12.** Resolvendo o disposto no artigo 13, a deliberação da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco. **§ Único.** O Presidente da Assembleia não computará voto proferido por acionista em descurdo com acordo de acionistas devidamente arquivado na Companhia. **Artigo 13.** As seguintes matérias somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral da Companhia quando tiverem o voto favorável de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 das ações com direito a voto da Companhia: I - alteração do objeto social; II - qualquer disposição do Estatuto Social da Companhia que envolva (i) mudança do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão de novas atividades econômicas, e (ii) mudança da forma de funcionamento dos órgãos de administração e seu modo de atuação na condução da administração da Companhia; II - qualquer cisão, cancelamento de registro como companhia aberta, incorporação da pela Companhia, incorporação pela Companhia de parcela de patrimônio de outra sociedade, reestruturação ou fusão da ou pela Companhia, ou qualquer aquisição de participação societária de uma sociedade superior a 20%, ou sua liquidação ordinária; III - incorporação, pela Companhia (i) de outra sociedade ou (ii) de parcela de patrimônio de outra sociedade; IV- criação de ações preferenciais ou aumento de classe existente de ações preferenciais sem guardar proporções com as demais; V- resgate ou amortização de ações; VI - redução do capital social; VII - recompra de ações, exceto se para manutenção em tesouraria; VIII - qualquer envolvimento da Companhia em qualquer atividade que não esteja relacionada ao seu objeto social ou a cessação pela Companhia de qualquer atividade do seu objeto social; IX - definição sobre o conteúdo de voto que deva ser proferido pela Companhia em assembleia geral ou por conselheiros indicados pela Companhia no Conselho de Administração de sociedade controlada ou coligada e cujo ordem do dia tenha por objeto qualquer dos assuntos relacionados nos itens anteriores; e **X** - aprovar qualquer ato ou a celebração de documento que possa resultar em qualquer dos atos anteriores. **Administração da Companhia: Artigo 14.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§ Único.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e a representação da Companhia caberá aos Diretores. **Artigo 15.** O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria é de 3 anos, admitida a reeleição. **§ 1º.** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos. **§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 16.** O Conselho de Administração será composto por 3 membros, eleitos e destituídos a qualquer tempo por deliberação dos acionistas, por meio de Assembleia Geral. **§ 1º** - Os Conselheiros eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura de seus respectivos termos de posse. **§ 2º** - A deliberação das matérias abaixo relacionadas são de competência exclusiva do Conselho de Administração, mesmo quando tais matérias forem de competência do Conselho de Administração: I- Fixação da orientação geral dos negócios e do planejamento estratégico da Companhia; (ii) eleição e destituição dos Diretores da Companhia; (iii) manifestação prévia sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de exercício, bem como exame dos balances mensais; (iv) proposta de criação de nova classe ou espécie de ações, bem como mudanças nas características das ações existentes; (v) aprovação do orçamento anual e/ou quaisquer modificações; (vi) aprovação da contratação, destituição ou substituição de auditores independentes da Companhia; e (vii) proposta do plano anual de negócios da Companhia ou sua modificação, a ser encaminhado à Assembleia Geral. **§ 3º** – As Reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas na presença de todos os Conselheiros eleitos, caso em que, independerá de convocação. **§ 4º** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos Conselheiros e serão registradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. **§ 5º** - O Conselho de Administração da Companhia terá plena competência para deliberar sobre todas as matérias que não forem de exclusiva competência da Assembleia Geral, conforme estabelecidas pelo presente Estatuto Social. **Seção II - Diretoria: Artigo 17** - A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 8 Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Dentre os membros do como Diretor Presidente e os demais como Diretores, com as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração por ocasião de sua eleição. **§ Único.** Os membros da Diretoria poderão ser profissionais contratados/prestadores de serviço sem fins de membro do Conselho de Administração, observado nessa última hipótese o limite imposto pela legislação societária. **Artigo 18.** Nos casos de falta, impedimento ou ausência: I - o Presidente será substituído por qualquer outro Diretor, por ele indicado, ou, na falta de indicação, pelo próprio Diretoria; II - cada Diretor será substituído por outro Diretor ou por empregado da Companhia, mediante designação do Presidente. § 1º. Ocorrendo vacância no cargo de Presidente da Diretoria, o substituto interino será indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros da Diretoria ou do Conselho de Administração, indicação esta que terá validade até a próxima reunião do Conselho. **§ 2º.** Na hipótese da vacância do cargo de Diretor, o substituto interino será indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, indicação esta que terá validade até a próxima reunião do Conselho. **Artigo 19.** A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, competirá ao (i) Diretor Presidente em conjunto com qualquer 1 Diretor, (ii) qualquer 2 Diretores, em conjunto, (iii) qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou ainda (iv) 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B, observado o disposto abaixo: (a) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia cujo valor esteja acima de R$ 50.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor; (b) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 10.000.000,00 e até o limite de R$ 50.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por qualquer 2 Diretores em conjunto; (c) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 1.000.000,00 e até o limite de R$ 10.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador; (d) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou por qualquer 1 Procurador Classe B. **§ 1º.** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos. **§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 16.** O Conselho de Administração será composto por 3 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por deliberação dos acionistas, por meio de Assembleia Geral. **§ 1º** - Os Conselheiros eleitos tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura de seus respectivos termos de posse. **§ 2º** - A deliberação das matérias abaixo relacionadas são de competência exclusiva do Conselho de Administração, mesmo quando tais matérias forem de competência do Conselho de Administração: I- Fixação da orientação geral dos negócios e do planejamento estratégico da Companhia; (ii) eleição e destituição dos Diretores da Companhia; (iii) manifestação prévia sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de exercício, bem como exame dos balances mensais; (iv) proposta de criação de nova classe ou espécie de ações, bem como mudanças nas características das ações existentes; (v) aprovação do orçamento anual e/ou quaisquer modificações; (vi) aprovação da contratação, destituição ou substituição de auditores independentes da Companhia; e (vii) proposta do plano anual de negócios da Companhia ou sua modificação, a ser encaminhado à Assembleia Geral. **§ 3º** – As Reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas na presença de todos os Conselheiros eleitos, caso em que, independerá de convocação. **§ 4º** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos Conselheiros e serão registradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. **§ 5º** - O Conselho de Administração da Companhia terá plena competência para deliberar sobre todas as matérias que não forem de exclusiva competência da Assembleia Geral, conforme estabelecidas pelo presente Estatuto Social. **Seção II - Diretoria: Artigo 17** - A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 8 Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Dentre os membros do como Diretor Presidente e os demais como Diretores, com as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração por ocasião de sua eleição. **§ Único.** Os membros da Diretoria poderão ser profissionais contratados/prestadores de serviço sem fins de membro do Conselho de Administração, observado nessa última hipótese o limite imposto pela legislação societária. **Artigo 18.** Nos casos de falta, impedimento ou ausência: I - o Presidente será substituído por qualquer outro Diretor, por ele indicado, ou, na falta de indicação, pelo próprio Diretoria; II - cada Diretor será substituído por outro Diretor ou por empregado da Companhia, mediante designação do Presidente. § 1º. Ocorrendo vacância no cargo de Presidente da Diretoria, o substituto interino será indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros da Diretoria ou do Conselho de Administração, indicação esta que terá validade até a próxima reunião do Conselho. **§ 2º.** Na hipótese da vacância do cargo de Diretor, o substituto interino será indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, indicação esta que terá validade até a próxima reunião do Conselho. **Artigo 19.** A representação ativa e passiva da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, competirá ao (i) Diretor Presidente em conjunto com qualquer 1 Diretor, (ii) qualquer 2 Diretores, em conjunto, (iii) qualquer Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador, ou ainda (iv) 1 Procurador Classe A em conjunto com 1 Procurador Classe B, observado o disposto abaixo: (a) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia cujo valor esteja acima de R$ 50.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor; (b) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 10.000.000,00 e até o limite de R$ 50.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por qualquer 2 Diretores em conjunto; (c) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia acima de R$ 1.000.000,00 e até o limite de R$ 10.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador; (d) atos que resultem em, ou exonerem terceiros de, obrigações para a Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00, inclusive, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados por 2 Diretores em conjunto, ou por qualquer 1 Diretor em conjunto com qualquer 1 Procurador. Procurador de Classe B. **§ 1º.** Compete especificamente ao Diretor Presidente: I - Supervisionar os negócios sociais e as demais atividades da Companhia; II - Assinar os documentos necessários à realização de auditoria interna, a qual se reportará, em todos os demais aspectos, ao Conselho de Administração; III- Aprovar a divulgação de informações institucionais; e IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria. **§ 2º.** Competem aos demais Diretores e ao Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ 3º.** O Conselho de Administração designará, dentre os Diretores da Companhia, aquele(s) que exercerá(ão) as funções de Diretor de Relações com Investidores. **§ 4

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11.04.2022, às 10:00 horas, no Hotel Coletable, Rua Sotero de Souza, 500 São Roque/SP - CEP 18.130-200, a fim de deliberarem sobre o seguinte ordem do dia: a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2021, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis.

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 31 de março de 2022. **Bruno Giardino Roschel de Araújo** - Diretor de Relações com Investidores.

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 – NIRE 35.300.498.119

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração**. (31/03, 01 e 02/04/2022)

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463

AVISO AOS ACIONISTAS

Documentos relativos ao artigo 133, da Lei nº 6.404/1976

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nesta data, os documentos indicados no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 1º de abril de 2022.

Leonardo Martins - **Diretor de Relações com Investidores.**

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 26 de abril de 2022, às 15h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Samuel Morse, nº 74, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP (**"ADOE/2022"**), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: em **Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** aprovar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2022; **(iv)** aprovar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(v)** eleger os membros do Conselho de Administração, respeitada a seguinte sequência (v.1) eleição em separado do membro do Conselho de Administração previsto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/1976, caso tal modalidade de eleição venha a ser solicitada pelos acionistas que possuem tal prerrogativa; (v.2) fixação do número de membros que comporá o Conselho de Administração, respeitados os limites previstos na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia; e (v.3) eleição dos demais membros do Conselho de Administração; **(vi)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**: **(vii)** reformar o Estatuto Social da Companhia para transformar o atual comitê de auditoria não estatutário da Companhia em comitê de auditoria estatutário ("**CAE**"). Em atenção à instrução CVM nº 165/1991, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na ADOE/2022, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.planoeplanori.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor ("**ICVM 481**"). A Companhia, nos termos da ICVM 481, adotará o sistemática do Boletim de Voto a Distância. As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação por outro sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (www.planoeplanori.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). São Paulo, 25 de março de 2022. **RODRIGO UCHOA LUNA** Presidente do Conselho de Administração.

FORO CENTRAL CÍVEL – 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS Praça João Mendes s/nº - Salas 2213 / 2205 e 2207 - Centro - CEP 01501-900 - Fone (11) 2171-6362 - São Paulo-SP. E-mail: sp2regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1025234-94.2019.8.26.0100**. A MM^a Juíza de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do foro Central, Cível, Estado de São Paulo, **TIVIAN FABIANO CATARINO**, faz saber, que **FAZ SABER** aos 1º Subscritor, **TIVIAN FABIANO CATARINO**, Roberto Macchi, Pedro Dias Reimberg, Maria Aparecida Hiari Reimberg, Luiz Sérgio da Silva, Regina Célia Silveira da Silva, Edinaldo Pereira Braga, Marília das Graças Sousa Braga, Dorott Dantas Placido, Antonio Carlos Placido, Agil Luiz da Silva, Espólio de Olga Puchettknorich, repres por: Yone Maria Puchetti Knorich Zuffo, Henrique Antonio Puchetti Knorich, Nelmara Regina Sanches Lucas, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **MARIA ANITA VELOSO MATHEUS** e **ESPÓLIO** de **PEDRO PEREIRA MATHEUS**, Espólio ajuizaram ação de **USUCAPIÃO**, visando declaração de domínio sobre Rua Náima Brein Siufi, nºs. 20 e 30, lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra "D" e lotes nºs 1, 2, e e 4 da quadra "E", Jardim Represa, São Paulo/SP, CEP 04826-140, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos,expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para **CONTESTAREM** no prazode **15 (quinze) dias úteis**, a fluir após o prazo de **20 (vinte) dias** da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. São Paulo, 07 de março de 2022. Eu, Rebecca Ribeiro Vazan, Estagiário Nível Superior.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **FAZ SABER** a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por **Jaime de Araújo Almeida** foi apresentado, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 846.122 em 21 de dezembro de 2021, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearem a retificação administrativa de área dos imóveis situados na Avenida Senador Casemiro da Rocha nºs 825, 833, 847, 851, 859, 863, 869, 873; Rua Guarujá nºs 126, 138, 140 (emplacado sob nº 144), s/nº e nº 146 (ambos com acesso pelo condomínio s/nº, emplacado sob nº 146 da Rua Guarujá), matrículas nºs 39.004, 40.305, 43.160, 7.271, 7.818, 88.177, 124.661, 22.267, 222.734, 55.189, 190.344, 196.872 e 196.472, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores Julieta da Cruz Fernandes, CPF nº 176.090.338-80; Elizabeth Garcia, CPF nº 955.678.108-06; Eliana Regina Garcia, CPF nº 042.668.678-08 e Elaine Garcia, CPF nº 176.088.678-50, herdeiros dos proprietários do imóvel s/nº, emplacado sob nº 146 da Rua Guarujá (corredor de passagem com acesso pela Rua Guarujá nº 144 e 146), transcrito em seu maior sob nº 24.673, neste Registro, Espólio de ANTÔNIO OSWALDO FERNANDES e sua mulher LUCINDA DA CRUZ FERNANDES, ambos brasileiros, uma vez que os mesmos não foram localizados, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 22 de março de 2022.

LANCE Leilões Somente Presencial

LEILÃO 05/04/2022 às 11:00hs

DECAP - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL

LOCAL DO LEILÃO: Rua Ferreira de Araújo, 653 - 1º andar - Pinheiros - São Paulo/SP, CEP 05428-001

SUCATAS VEÍCULOS RECICLÁVEIS/PRENSA

LOTE ÚNICO - APROXIMADAMENTE 2.062.444 KG

VISITAÇÃO disponível até 04/04, das 09h às 18h.

Mais informações, visitação e edital completo no site.

AEDI DE ANDRADE VERRONE - Leiloeira Oficial - JUCESP 840

Tel. (11) 5811-0730 / 5513-3872 | www.LanceLeiloes.com.br

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº: 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h e em 2ª às 10h30min, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; (iv) consolidar o Estatuto Social; e (v) outros assuntos de interesse dos presentes. **Alberto Alfredo Arellano Garcia** - Presidente do Conselho de Administração - p.p. Gabriel Gomez Chaves. **(01, 02 e 05/04/2022)**

ECCOX SOFTWARE S/A

CNPJ nº 67.609.248/0001-25 - NIRE nº 353.003.167-38

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 (Em Reais)

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021

	2021	2020		2021	2020
Ativo Circulante	22.867.200,13	16.228.225,75	**Passivo Circulante**	18.932.674,32	6.952.598,56
Disponível: Disponibilidades	10.291.587,88	7.613.016,33	**Obrigações com Terceiros:** Fornecedores	4.052.554,76	354.118,20
Contas a Receber	6.033.825,72	4.018.841,28	Empréstimos / juros a financiamentos	10.911.136,93	5.369.812,88
Impostos a Recuperar	6.399.682,26	4.382.595,28	Impostos e contribuições a recolher	3.292.490,34	821.995,82
Despesas Antecipada	361,70	64.391,90	Salários, provisão p/ férias e encargos sociais	676.492,23	406.671,66
Outros Créditos	104.930,45	104.930,45	**Patrimônio Líquido**	6.957.525,82	12.587.074,31
Adiantamentos	36.812,12	44.450,51	**Exigível a Longo Prazo:** Impostos e contribuições	39.160,80	1.958.544,56
Ativo não Circulante	7.563.233,72	7.444.407,38	Empréstimos e financiamentos	6.018.165,02	10.628.529,75
Realizável a Longo Prazo	5.933.260,00	5.933.260,00	**Patrimônio Líquido**	5.440.433,71	4.132.960,26
Títulos de Valores Mobiliários	5.023.260,00	5.023.260,00	Capital social	6.312.960,00	6.312.960,00
Transações com partes relacionadas	910.000,00	910.000,00	Reserva Legal	197.328,90	197.328,90
Imobilizado	1.629.973,72	1.511.147,38	Lucro (Prejuízo) acumulados	(1.127.513,43)	(2.435.758,97)
Total do permanente	1.629.973,72	1.511.147,38	Reserva de lucros a destinar	57.658,24	58.430,33
Total do Ativo	30.430.433,85	23.672.633,13	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	30.430.433,85	23.672.633,13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Findo em 31 de Dezembro 2020 a 31 de dezembro de 2021

	Capital social	Reservas legal	Reservas lucro realizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.312.960,00	197.328,90	–	(2.435.758,97)	4.132.960,26
Reserva Legal	–	–	(772,09)		(772,09)
Reserva de Lucros a Destinar	–	–	–	1.379.982,75	1.379.982,75
Prejuízo acumulado	–	–	–	(71.737,21)	(71.737,21)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.312.960,00	197.328,90	57.658,24	(1.127.513,43)	5.440.433,71

Demonstrativo do Resultado Findos em 31 de Dezembro 2020 a 31 de dezembro de 2021

Resultado Operacional	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Receita de Vendas de Serviços e Produtos	52.882.839,45	36.805.589,17
	52.882.839,45	36.805.589,17
Impostos sobre Vendas	(2.972.658,53)	(2.080.975,39)
Receita Líquida de Vendas	49.910.180,92	34.724.613,78
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(41.792.140,83)	(27.013.510,45)
Lucro Bruto	8.118.040,09	7.711.103,33
Despesas Operacionais		
Salários e Encargos	(585.838,33)	(559.154,87)
Despesas Gerais	(3.680.617,60)	(3.527.640,82)
Resultado Financeiro Líquido	508.187,82	362.862,52
	(3.758.258,11)	(3.723.913,17)
Resultado Antes das Despesas Financeiras	4.359.781,98	3.987.190,16
Despesas financeiras	(2.580.082,74)	(3.971.748,34)
Resultado Operacional	1.779.699,24	15.441,82
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.779.699,24	15.441,82
Imposto de Renda	(287.558,24)	(2.679,65)
Contribuição Social	(172.160,25)	(1.607,79)
Resultado do Período	1.379.982,75	11.154,38

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Findos em 31 de Dezembro de 2020 a 31 de Dezembro 2021

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	1.379.982,75	11.154,38
Ajustes: Depreciação e amortização	30.869,25	31.057,70
Ajustes de exercícios anteriores	(72.509,30)	-
Resultado Líquido Ajustado	1.338.342,70	42.212,08
Variações nos ativos e passivos		
Redução / Aumento em contas a receber	(2.014.984,44)	(1.283.789,51)
Redução / Aumento em adiantamentos	7.638,39	222.670,93
Redução / Aumento tributos a recuperar	(2.017.086,98)	(961.468,19)
Redução / Aumento Despesas de Direito a Receber partes Relacionadas	–	(910.000,00)
Redução / Aumento de empréstimos		
Passivo Circulante e não Circulante	930.959,32	6.056.639,28
Redução / Aumento de fornecedores	3.699.092,18	(172.356,59)
Redução / Aumento em obrigações sociais/ trabalhistas	269.820,63	1.739,16
Redução / Aumento/Redução em obrigações fiscais	551.110,76	(832.455,84)
Redução / Aumento em outras contas a pagar	(655,62)	-
Despesas Antecipadas	64.030,24	44.018,53
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.828.267,14	2.207.209,85
Aquisição de ativo imobilizado	(149.695,59)	(68.298,76)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(149.695,59)	(68.298,76)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.678.571,55	2.138.911,09
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.613.016,33	5.474.105,24
No fim do exercício	10.291.587,88	7.613.016,33
	(2.678.571,55)	(2.138.911,09)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021

Nota 01 - contexto Operacional: A empresa ECCOX SOFTWARE S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, e que tem como principais operações atuar em desenvolvimento e licenciamento de programas de computador. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: (d) Agrupamento das demonstrações contábeis:** As demonstrações Contábeis incertas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 estão sendo apresentadas em reais (R$). **(b) Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Lei nº 11.638/07 promulgada em 28/12/2007 foi posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 449 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), notadamente em relação do capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que iniciou em 01/01/2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a Lei Sociletária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas consoantes das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis - CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **(e) Estimativas contábeis.** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. **Nota 03 - Sumário das Principais Práticas Contábeis: (a) Conversão de operações em Moeda Estrangeira e em Moeda Funcional:** Os direitos e obrigações monetários denominado em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. As receitas de vendas, custo e despesas são registradas em moedas estrangeiras são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de suas ocorrências. A moeda funcional da empresa é o Real (R$). **(b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores há 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. **(c) Contas a Receber:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. **(d) Estoques:** Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. **(e) Não Circulante:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes a data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. **(f) Imobilizado:** O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, forma ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperáveis acumuladas quando aplicável. Os ganhos e as perdas em alienação são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **(g) Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade foi com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os encargos dos arrendamentos são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **(h) Benefícios a Empregados:** Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **(i) Receitas e Despesas:** A Empresa ECCOX SOFTWARE S.A tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 04 - Caixa e Equivalência de Caixa:	2021	2020
Caixa	834,29	2.433,55
Banco conta movimento	650.783,83	162.268,33
Aplicações Financeiras de Liquidez imediata	9.640.169,76	7.442.314,45
Total de Caixa e Equivalência de Caixa	10.291.587,88	7.613.016,33

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco.

Nota 05 - Contas a Receber de Clientes:	2021	2020
Ativo Circulante: Duplicatas a Receber	6.033.825,72	4.018.841,28
Contas a Receber	104.930,45	104.930,45
Despesa Antecipada	361,70	64.391,90
Total	6.139.117,87	4.188.163,63

	2021	2020
Passivo circulante: Adiantamento de Clientes	3.332,84	3.332,84
Total	3.332,84	3.332,84
Total a Receber	6.135.785,03	4.184.830,79

Os valores a receber são registrados pelos valores faturados provenientes de vendas de produtos, mercadorias e serviços e estão registrados no Ativo Circulante.

Nota 06 - Tributos a Recuperar a Receber:	2021	2020
Ativo Circulante: IRRF s/ Aplicação Financeira	12.924,09	7.633,95
IRRF s/Serv. Prestados a Compensar	2.080.070,83	1.594.676,16
IR DE ALUGUEL A RESTITUIR	2.155,64	2.155,64
IRPJ SALDO NEGATIVO 2018	64.424,67	806.976,79
CSLL SALDO NEGATIVO 2018	58.415,57	58.415,57
IRPJ SALDO NEGATIVO 2019	883.807,34	1.043.196,43
CSLL SALDO NEGATIVO 2019	355.883,15	355.883,15
CSLL Retido a Compensar Lei 10.833	389.034,66	347.073,91
PIS Retido a Compensar Lei 10.833	7.337,39	24.869,42
COFINS Retido a Compensar Lei 10.833	23.348,08	109.347,06
PERT-CREDITO	32.367,20	32.367,20
IRPJ PAGO POR ESTIMATIVA	305.870,41	-
CSSL PAGO POR ESTIMATIVA	234.659,41	-
IRPJ SALDO NEGATIVO 2020	1.602.310,11	-
CSLL SALDO NEGATIVO 2020	347.073,91	-
Total	6.399.682,26	4.382.595,28
Passivo Circulante	2021	2020
IRRF a recolher Terceiros	151.746,16	1.210,13
IR SOBRE JCP	-	-
ISS a Recolher	126.436,53	70.093,81
COFINS a Recolher	-	-
PCC a Recolher	666.156,60	127.937,39
IRRF a Recolher - parcelamento	54.365,02	42.902,33
PCC a Recolher - parcelamento	10.411,42	512,09
COFINS a Recolher - parcelamento	46.492,48	51.987,81
PIS a Recolher - parcelamento	25.857,39	25.857,39
CSLL a Recolher - parcelamento	86.803,20	86.803,20
ISS a Recolher - parcelamento	20.526,79	19.261,75
INSS a Recolher - parcelamento	151.351,12	150.242,18
REFIS LEI 12996	1.870.120,55	24.735,47
CSLL a Recolher	-	-
(-) Juros a apropriar	(56.141,50)	(21.081,93)
Total	3.154.145,76	560.942,74

Nota 07 - Imobilizados: a) Valor contábil do Imobilizado:

Investimentos	2021	2020
Investimentos	-	-
Eccox Software Corporation	-	-
Total Investimentos	-	-
Imobilizado	2021	2020
Bens Móveis: Móveis e Utensílios	110.619,39	110.619,39
Equip.Tecnologia e Informática	511.667,09	494.197,09
Veículos	188.568,21	186.558,30
Adiantamento para Consórcios	81.070,17	56.721,68
Instalações	76.968,41	76.968,41
Aparelhos e Equipamentos	105.567,07	79.789,32
Aparelhos e Equipamentos - Leasing	3.000,00	3.000,00
Equip.Tecnologia e Informática - Leasing	66.714,33	66.714,33
Aparelhos de Telecomunicações	600,28	600,28
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	40.969,32	40.969,32
Software	80.059,44	-
Ativo Diferido	1.788.592,21	1.788.592,21
Total	3.054.425,92	2.904.730,33
Depreciações: (-) Depreciações	(2.727.746,75)	(2.697.970,26)
Total Imobilizado	326.679,17	206.760,07
Intangível	2021	2020
Marcas, Direitos e Patentes		
IT-Governance, Automation Parallel Testing, Data Setup, Data Generation e Quality Control Software	1.264.566,03	1.264.566,03
	343.116,20	343.116,20
	1.607.682,23	1.607.682,23
Amortizações: (-) amortizações	(304.387,68)	(303.294,92)
Total	1.303.294,55	1.304.387,31
b) **depreciação dos ativos imobilizados leva em consideração a estimativa de vida útil dos bens e direitos.**		
Nota 08 - Fornecedores	2021	2020
Passivo Circulante: Fornecedores Nacionais	3.819.790,50	120.698,32
Total	3.819.790,50	120.698,32
Ativo Circulante	2021	2020
Adiantamento a Fornecedores	16.777,65	12.647,96
Total	16.777,65	12.647,96
Total a Receber	3.803.012,85	108.050,36

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	10	3.673	2.808
Custos da operação	11	(714)	(1.091)
Lucro bruto		2.959	1.717
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(43)	(25)
Despesa com pessoal		(286)	(215)
Despesas gerais e administrativas	12	(448)	(317)
Despesas tributárias		(2)	(16)
Outras despesas		(2)	(200)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.178	944
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		30	21
Despesas financeiras		(112)	(65)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.096	910
Impostos IRPJ e CSLL	13	(401)	(305)
Lucro dos exercícios		1.695	605

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Lucro dos exercícios	1.695	605
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	1.695	605

Demonstrações do fluxos de caixa - Método indireto

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.096	910
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa		
Depreciação	199	195
Provisão de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(2)	201
Provisão para participação nos lucros	–	129
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	48	(178)
Créditos diversos	(31)	7
Valores a receber de partes relacionadas	380	-
Tributos a recuperar	–	(1)
Fornecedores	119	63
Valores a pagar para partes relacionadas	65	106
Obrigações tributárias	2	3
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(120)	-
Adiantamento de clientes	(5)	53
Outra contas a pagar	(720)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(371)	(315)
	2021	2020
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	1.660	1.173
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(4)	(125)
Adições de propriedade para investimentos	(235)	(136)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(239)	(261)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	–	(400)
Distribuição de dividendos	(1.174)	(143)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamento	(1.174)	(543)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	247	369
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	526	157
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	773	526
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	247	369

Demonstrações dos mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		26.837	–	(7.450)	19.387
Redução de capital		(7.422)	–	7.022	(400)
Lucro líquido do exercício		–	–	605	605
Constituição de reserva legal		–	9	(9)	–
Dividendos obrigatórios		–	–	(42)	(42)
Dividendos adicionais		–	–	(126)	(126)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		19.415	9	–	19.424
Lucro líquido do exercício		–	–	1.695	1.695
Constituição de reserva legal	8.b	–	85	(85)	-
Dividendos obrigatórios	8.c	–	–	(402)	(402)
Dividendos adicionais	8.c	–	–	(1.208)	(1.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		19.415	94	–	19.509

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 12 de cão, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que setembro de 2011, na forma de sociedade anônima de capital tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens fechado. Em 30 de maio de 2020 a Companhia alterou sua razão (i) a (iii) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na social de MF SS Marginal Direita Locação de Espaço S.A. para exploração de locações temporárias de espaços individuais do REC SS Marginal Direita Empreendimentos S.A., cujo o endereço ramo de *self-storage*, em empreendimento imobiliário localizado no da sede da Avenida Marginal Direita do Tietê nº 810, Vila na cidade de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa Anastácio, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem possui capital circulante líquido negativo ("CCL") no valor de R$ como objeto social: (i) realizar investimentos diretamente ou por 145. Isso ocorre em função dos dividendos a pagar provisionados meio de participações societárias, em ativos imobiliários desti- no exercício, visto que a Companhia vem operando normalmente nados à locação temporária de espaços individuais e/ou coletivos, gos gerados pela própria operação da Companhia nos próximos cos para tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou dozes meses. **Resumo das principais políticas contábeis:** As auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participa- principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas de- ção como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que monstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresen- (i) a (